DIRETOR-PRESIDENTE: **EDSON PAZ**

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO-SP - QUINTA-FEIRA - 25 DE ABRIL DE 2024 - **ANO XXI** - Nº 6.142- **R$ 3,00**

Divulgação

JUDOCA TRAZ O BRONZE

O judoca rio-pretense Tiago Mota, da Associação Matsumi, ficou com a medalha de bronze no último fim de semana na fase regional do Campeonato Paulista Sub-21, na cidade de Botucatu. **ESPORTES** Pág.10

Índice de mortalidade infantil está em um dígito desde 2009

Desde 2006, Rio Preto registra uma queda na taxa de mortalidade infantil, com os números se mantendo em um dígito desde 2009. A Secretaria de Saúde informa que tem o compromisso para reduzir ainda mais esse número, com esforços na saúde materna e infantil. Em 2006: 13.06 óbitos de crianças de zero a um ano de idade para cada mil nascidas vivas. Em 2009 caiu para 8.46 e desde então vem reduzindo. A dra. Andréa Zoccal Mingoti, pediatra da Vigilância Epidemiológica, orienta que a melhor maneira sempre é a prevenção. **CIDADES** Pág.5

EDUCAÇÃO

TJ nega incluir administrativos no piso e plano de carreira

O Tribunal de Justiça negou o pedido da Atem para conceder os benefícios salariais que os professores e pessoal de apoio pedagógico recebem, e incluí-los no Plano de Carreira e Salários do magistério.
POLÍTICA Pág.3

CULTURA

Circuito Sesc de Arte é no sábado em Mirassol

ENTRETENIMENTO Pág.6

ESPETÁCULO

Arquivo pessoal

Moana: O Musical faz apresentação

No dia 4 de maio, Moana e sua turma desembarcam em Rio Preto pela primeira vez com o espetáculo infantil "Moana: O Musical". A apresentação, que tem previsão de início às 17h, será realizada no Teatro Paulo Moura.
ENTRETENIMENTO Pág.6

EDUCAÇÃO

Programa Alfabetiza Juntos avalia 3 mil alunos

Rio Preto está engajada na missão de alfabetizar 100% das crianças. Como parte do programa Alfabetiza Juntos SP, a cidade aderiu a nova etapa.Nesta fase, 3.405 alunos do 2º ano do ensino fundamental de 39 escolas participam. **CIDADES** Pág.5

PASSEIO

Prefeitura faz sábado novo tour Descubra Rio Preto

ENTRETENIMENTO Pág.6

BOLSONARO

PRÉ-CANDIDATO DA DIREITA

O pré-candidato a prefeito Coronel Fábio Candido (PL) esteve reunido nesta semana com o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL) onde foi confirmado o seu nome para a disputa da Prefeitura de Rio Preto nas eleições de outubro.
POLÍTICA Pág.2

LULA

PRÉ-CANDIDATO DA ESQUERDA

O PT de Rio Preto vai realizar nesta quinta-feira(25), às 19h, o lançamento oficial da pré-candidatura a prefeito do ex-vereador Marco Rillo, no Centro Cultural Vasco. Na ocasião será lançada a frente "Amor por Rio Preto".
POLÍTICA Pág.3

VIOLÊNCIA

Três casos de tiros em residência em menos de 48h

Policiais militares foram acionados para comparecer a uma residência na rua Luís Mano Sanches, no Residencial Alto das Andorinhas, por volta das 3 horas desta quarta-feira, 24, para atender uma ocorrência de disparos de arma de fogo. Esse é o terceiro caso parecido em pouco mais de 48 horas, em Rio Preto. Locais passaram por perícia técnica. **CIDADES** Pág.4

Divulgação Governo do Estado de São Paulo

CÂMERAS E A POLÍCIA

O STF aceitou o cronograma do Governo de São Paulo para utilização de monitoramento por imagens uso de câmeras corporais.
CIDADES Pág.4

Rua Fritz Jacobs, 1448,
Boa Vista - CEP 15015-600
São José do Rio Preto | SP

fale com a redação
17 3353-2447

dhojeinterior

www.dhojeinterior.com.br

POLÍTICA

"Não desista de um sonho apenas pelo tempo que levará para realizá-lo. O tempo passará de qualquer forma"
Paulo Coelho

ELEIÇÕES 2024

União Brasil confirma Caco Navarrete pré-candidato a prefeito de Mirassol

Rubens CELSO
redacao@dhoje.com.br

Vereador mais votado em 2020, com 888 votos, presidente da Câmara no biênio 2021-2022 e administrador de empresas de profissão, Caco Navarrete foi confirmado pelo União Brasil como o pré-candidato a prefeito pelo partido em Mirassol nas eleições de outubro deste ano.

Filho de família tradicional da cidade, seu pai, o Dr Navarrete, é um dos médicos mais respeitados do município.

"Conto com o total apoio dos meus pais e irmãos, do meu partido e de várias lideranças da cidade para disputar a Prefeitura. Tenho um bom histórico de projetos aprovados em prol da nossa população e estou preparado para assumir a responsabilidade de comandar o Executivo mirassolense", afirmou em entrevista do Dhoje.

Para Caco, a cidade precisa de uma gestão moderna, eficiente e transparente, que gere mais oportunidades para a contratação de mão de obra local, contemple com investimentos constantes áreas prioritárias, como Saúde e Educação, garanta melhor qualidade de vida à população e valorize os servidores públicos.

"Estamos com o nosso programa de governo quase pronto e nele temos obras, aquisições e projetos que vão colocar Mirassol em destaque na região. Nossa gente merece viver bem e a cidade precisa crescer com sustentabilidade, atendendo de forma democrática as demandas de todas as faixas etárias e regiões do município", acrescentou.

Aos 42 anos, Caco vai disputar a Prefeitura pela primeira vez. Em 2018, foi candidato a deputado federal, obtendo 3.263 votos.

Divulgação/Neto Cicchilli
União Brasil confirma Caco Navarrete como pré-candidato a prefeito de Mirassol

ESQUERDA

PT confirma pré-candidatura a prefeito de Marco Rillo nesta quinta-feira

Eduardo VERISSIMO
redacao@dhoje.com.br

O PT de Rio Preto vai realizar nesta quinta-feira(25), às 19h, o lançamento oficial da pré-candidatura a prefeito do ex-vereador Marco Rillo, no Centro Cultural Vasco.

Na ocasião será lançada a frente "Amor por Rio Preto" que busca a união de forças em prol de uma cidade mais justa e acolhedora.

O presidente estadual do PT e deputado Federal Kiko Celeguim e a deputada estadual e vice-presidente da Apeoesp, professora Bebel, tem presença confirmada no ato de lançamento.

Apoio

A Federação formada pelo Psol/Rede já oficializou seu apoio ao petista

Por sua vez, dois outros partidos que fazem parte da Federação com o PT, o PCdoB e o PV ainda não oficializam sua posição e ambas poderão pronunciar-se oficialmente nesta quinta-feira

Divulgação
PT oficializa a pré-candidatura a prefeito de Marco Rillo

DIREITA

Coronel Fábio aceita convite de Bolsonaro e deve disputar a prefeitura de Rio Preto

Sérgio SAMPAIO

O pré-candidato a prefeito Coronel Fábio Candido (PL) esteve reunido nesta semana com o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL) onde foi confirmado o seu nome para a disputa da Prefeitura de Rio Preto nas eleições de outubro.

O pré-candidato salientou que aceitou esse desafio para disputar a eleição após o pedido feito pelo deputado e pelo pai dele o ex-presidente da República, Jair Bolsonaro.

Em vídeo divulgado pelo Coronel Fábio nas redes sociais – o deputado se comprometeu que ele o seu pai irão vir a Rio Preto nos próximos meses quando estiveram fazendo uma agenda no interior do Estado de São Paulo.

"É uma pessoa visionaria, assim que o governador Tarcísio anunciou o projeto estadual das escolas cívico-militares, ele (Coronel Fábio) tem acelerado todo meio de campo para que a partir do ano que vem (2025) se Deus quiser, com bons vereadores, bons prefeitos. A gente consiga levar adiante em Rio Preto uma escola cívico-militar", afirmou o parlamentar.

Na postagem ele destaca como Coronel existe restrições da legislação eleitoral, mas que a partir de junho, estará disponível para encarar este desafio. "O desafio lançado pelo Presidente Bolsonaro é um chamado que não posso ignorar", salientou o Coronel.

Arquivo PESSOAL
Coronel Fábio aceita chamamento de Bolsonaro e oficializa pré-candidatura

STHEFANO ATIQUE
saúde@dhojeinterior.com.br

SAÚDE VASCULAR

Proteja sua circulação controlando a pressão!

Estima-se que aproximadamente 38 milhões de brasileiros sofram com pressão alta, o que significa que uma parcela considerável de 32% da nossa população apresenta níveis pressóricos elevados e consequentemente um importante aumento do risco para o desenvolvimento de doenças cardiovasculares.

Em decorrência do envelhecimento populacional, a expectativa para os próximos anos recai sobre um aumento na incidência de hipertensão arterial entre pessoas acima de 60 anos, taxa que atualmente atinge em média 60% das pessoas idosas. Certamente o dado mais preocupante relacionado a hipertensão: apenas 10% dos pacientes manifestam sinais clínicos da doença.

Por ser uma doença que acomete o sistema circulatório, a hipertensão arterial sistêmica constitui um fator de risco iminente para doenças que afetam as artérias coronárias, as artérias cerebrais e as artérias das pernas, estimulando a progressão do fenômeno aterosclerótico e resultando em maior probabilidade de evolução para o quadro clínico de infarto agudo do miocárdio, derrame cerebral e obstrução da circulação das pernas.

O caráter silencioso da hipertensão arterial sistêmica é preocupante uma vez que o indivíduo não sente e não percebe o aumento em seus níveis pressóricos. Portanto, uma pessoa que não solicita a aferição da sua pressão, provavelmente não terá conhecimento de como estão seus níveis pressóricos durante o período diurno e noturno, um fato que pode postergar a procura pelo acompanhamento médico de rotina. Muitas vezes, este atraso no adequado diagnóstico do quadro hipertensivo eleva o risco de complicações circulatórias, que podem conduzir a situações drásticas como a rotura ou até mesmo a dissecção da aorta, um importante vaso arterial que pode não suportar os níveis pressóricos elevados em sua parede.

O aumento na incidência de hipertensão arterial sistêmica, popularmente conhecida como pressão alta, pode estar refletindo a piora no estilo de vida da nossa população nos últimos anos. O mercado de trabalho competitivo, o estresse profissional, a cobrança por produtividade e resultados empresariais a curto prazo certamente contribuem para este panorama. Apesar da mídia insistir no conceito de vida saudável, muitas pessoas ainda estão sedentárias, alimentam-se de maneira desequilibrada com excesso de sal e gorduras em suas refeições e sofrem com o sobrepeso e a obesidade. Além disso, a influência da genética é comprovada na piora do quadro pressórico, com estudos científicos demonstrando que a hipertensão arterial sistêmica pode ser herdada da família em aproximadamente 50% dos casos.

O check-up vascular permite o diagnóstico precoce da hipertensão arterial sistêmica e reduz o risco de complicações relacionadas aos níveis pressóricos elevados. Para maiores informações, acesse o site www.drsthefanovascular.com.br.

***Doutor em Pesquisa em Cirurgia pela Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, especialista nas áreas de Cirurgia Vascular, Angiorradiologia e Cirurgia Endovascular e coordenador do curso de Medicina da União das Faculdades dos Grandes Lagos (Unilago)**

DHOJE
Fundado em 16 de fevereiro de 2004
A serviço da democracia
Cidades da região e Distritode de abrangência do DHOJE:
Região Metropolitana de Rio Preto
Telefone:
Recepção: (17) 3353-2447
E-mails:
Redação: redacao@dhoje.com.br
Circulação: circulacao@dhoje.com.br
Publicidade legal:
diario.oficial@dhoje.com.br
Portal Dhoje Interior
www.dhojeinterior.com.br
Editora DHOJE Rio Preto Ltda - Redação, Administração, Publicidade e Oficina - Rua Fritz Jacobs, 1448 - Cep 15025-500 -São José do Rio Preto - São Paulo

EDUCAÇÃO

TJ nega incluir agentes e inspetores de alunos em plano de carreira e piso

TJ diz que os inspetores de alunos e agentes administrativos não se enquadram como profissionais da educação

Rubens CELSO
redacao@dhoje.com.br

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ) negou o pedido do Sindicato dos Professores Municipais de Rio Preto (Atem) para conceder os benefícios salariais que os professores e pessoal de apoio pedagógico recebem, e incluí-los no Plano de Carreira e Salários do magistério. O sindicato pleiteava uma mora de 90 dias para que a Câmara de Rio Preto fizesse a inclusão, o que foi rejeitado pela corte.

O pedido do sindicato, representado pelo ATEM (Sindicato dos Trabalhadores em Educação Municipal), baseava-se na alegação de que o Município não estava cumprindo a Constituição ao não garantir um plano de carreira e piso salarial para inspetores de alunos e agentes administrativos das escolas municipais. Citando a Constituição Federal, que trata da valorização dos profissionais da educação e do piso salarial nacional, o sindicato argumentava que a lei municipal excluía injustamente esses profissionais do direito garantido aos professores, diretores, coordenadores e supervisores.

TJ nega benefícios para agentes administrativos e inspetores de alunos

No entanto, o Tribunal de Justiça de São Paulo, em sua decisão, afirmou que os inspetores de alunos e agentes administrativos não se enquadram como profissionais da educação no sentido da Constituição. Segundo o Tribunal, esses cargos não têm funções de docência ou suporte pedagógico, diferentemente dos professores. Portanto, o Município não estaria em mora legislativa por não ter regulamentado o plano de carreira e piso salarial para esses cargos.

Segundo o acórdão, "se não há imperativo constitucional que determine a instituição de plano de carreira e piso salarial aos servidores ocupantes dos cargos de inspetores de aluno e agente administrativo, que não são enquadrados no conceito de profissionais da educação, como pretende o impetrante (Atem), então não há que se cogitar de mora legislativa por parte do Município que possa ser suprida pela via do mandado de injunção."

Assim, a decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo ratifica que Rio Preto não estava em erro ao não garantir um plano de carreira e piso salarial para inspetores de alunos e agentes administrativos, uma vez que esses cargos não se enquadram como profissionais da educação conforme definido pela lei.

Com a decisão, a categoria dos agentes administrativos e inspetores de alunos que aguardar uma possível mudança na legislação municipal para equiparação de benefícios.

A relatora do caso foi a desembargadora Maria Olívia Aves. Seu parecer foi acompanhado por toda a turma.

AÇÃO

Justiça rejeita recurso de familiar de ex-prefeito de Cedral para liberar bens

Rubens CELSO
redacao@dhoje.com.br

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ) decidiu negar a apelação interposta por Giulia Garcia Pedrão, da família do ex-prefeito de Cedral, José Luiz Pedrão. A decisão, proferida pela 11ª Câmara de Direito Público, que confirma a sentença da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Rio Preto.

Giulia Garcia Pedrão contestou a constrição judicial de suas cotas sociais na empresa Comercial Banho Lax Ribeirão Preto Ltda. ME, após uma ação de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra José Luiz Pedrão. Alegando que a transferência das cotas para ela ocorreu antes da sentença condenatória, Giulia buscava reverter a decisão.

A expressão "constrição judicial de suas cotas sociais" significa que um bem de um devedor, no caso, suas cotas sociais em uma empresa, foi bloqueado por ordem judicial. Isso ocorre quando o devedor não consegue pagar uma dívida e o credor entra com uma ação judicial para cobrá-la.

TJ nega recurso de familiar de ex-prefeito de Cedral para liberar bens

No entanto, o relator do caso, desembargador Ricardo Dip, destacou que a transferência das cotas sociais aconteceu após o ajuizamento da ação de improbidade administrativa contra José Luiz Pedrão, que resultou em sua condenação a pagar multa civil. Segundo a jurisprudência citada, essa transferência configura fraude à execução, conforme o Código de Processo Civil.

"Não importa se o descendente sabia ou não da penhora sobre o imóvel. O destaque é a má-fé do devedor que procura blindar seu patrimônio dentro da própria família", ressaltou o relator.

Com base nesses argumentos, o Tribunal decidiu negar atender à apelação, mantendo a decisão da 1ª Vara da Fazenda Pública. Assim, a constrição das cotas sociais de Giulia Garcia Pedrão na empresa Comercial Banho Lax Ribeirão Preto Ltda. ME permanece.

AEROPORTO OLÍMPIA

Deputados cobram agilidade na obra

Dhoje DIGITAL

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, recebeu nesta última terça-feira (23), comissão formada pelos deputados federais Luiz Carlos Motta (PL) e Fernando Marangoni (União Brasil) e com a presença do ex-deputado federal e ex-prefeito de Olímpia, Geninho Zuliani, que pediu agilidade para a abertura do processo licitatório visando à construção do aeroporto internacional em Olímpia.

Investimento

A obra, que possui R$ 104 milhões assegurados no Orçamento da União, tem área comprada pela Prefeitura local, projetos prontos, outorga da Infraero e está na previsão de investimentos do Ministério, porém, a comitiva teme que, se não for licitada ainda em 2024, pode ser que não saia do papel.

"Este aeroporto não é apenas uma obra de infraestrutura, mas primordial para o turismo e desenvolvimento econômico regional. Nosso receio é que o governo efetue cortes no orçamento geral da União e o investimento no aeroporto seja suspenso e todas as tratativas perdidas, priorizando outros acordos comerciais", salientou Geninho Zuliani.

Projeto

Com uma pista de 2.100 metros de extensão por 45 metros de largura, podendo no futuro ser expandir para 2.500 metros, o projeto do aeroporto de Olímpia estima atender cerca de 1 milhão de passageiros por ano, recebendo até grandes aeronaves de carga. O pátio de aeronaves previsto é de 200 metros para taxiar, simultaneamente, até seis aeronaves tipo boeing ou Airbus.

Recursos

Parte dos recursos necessários para o investimento já foram garantidos, graças à atuação do deputado federal Luiz Carlos Motta, que é de Rio Preto, como relator do Orçamento Geral da União no ano passado.

Na época, ele conseguiu aprovar R$ 104 milhões em resposta a um pedido de Geninho. "Temos receio de cortes orçamentários pelo Governo Federal, o que poderia atrasar ou até impedir o início das obras", destacou Motta.

Sugestão

Durante a conversa o ministro Costa Filho sugeriu uma reunião com a diretoria da Infraero para que o aeroporto seja assumido pelo órgão, o que garantiria rapidez no processo licitatório.

Delegação cobra agilidade para inicio do processo licitatório

ORÇAMENTO

Audiência debate LDO de 2025 hoje

Eduardo VERISSÍMO
redacao@dhoje.com.br

A Câmara Municipal de Rio Preto vai sediar nesta quinta-feira (25), às 15 horas, audiência pública para apresentação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício 2025 e, além disso, também vai ter uma apresentação da execução do Programa de Metas do Município de 2023.]

Essas apresentações serão feitas pelo secretário de Planejamento Orlando Bolçone e sua equipe.

Essa audiência também vai contar com a participação da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento da Câmara, que é presidida pelo vereador Anderson Branco(-Novo) e tem como membros os vereadores Cabo Júlio Donizete(PSD) e Jean Charles(MDB).

A audiência será aberta para toda população, quem participar poderá fazer questionamentos e sugestões.

Secretário de Planejamento Orlando Bolçone

Cão morre em avião
Anac e ministério vão investigar morte de cão em voo da Gol. Animal deveria ir para Sinop (MT), mas foi à Fortaleza

Agência Brasil

Escravidão
Posição de Portugal sobre escravidão é fruto de cobranças, diz Anielle, ministra da Igualdade Racial

POLICIAMENTO

STF aceita cronograma do governo de SP para uso de câmeras corporais

DHoje DIGITAL
redacao@dhoje.com.br

O STF (Supremo Tribunal Federal) aceitou nesta quarta-feira (24) o cronograma do Governo do Estado de São Paulo para utilização do apoio ao patrulhamento ostensivo com sistemas de monitoramento por imagens e uso de câmeras corporais em ações policiais.

Compromisso

Na decisão, o ministro Luís Roberto Barroso destacou o compromisso já assumido pelo Estado para a utilização dos equipamentos, acolheu os argumentos da Procuradoria Geral do Estado (PGE/SP) e rejeitou pedido da Defensoria Pública de suspensão de liminar para uso imediato dos dispositivos.

"O Estado de São Paulo comprometeu-se a adotar as medidas necessárias para efetivar o uso de câmaras corporais pela polícia, a partir da apresentação de um cronograma. Seus marcos fundamentais incluem: a publicação do edital, prevista para maio deste ano; a assinatura do contrato com o licitante vencedor, prevista para junho; e a efetiva instalação e capacitação dos operadores, prevista para setembro", escreveu o presidente do STF.

Divulgação Governo do Estado de São Paulo
STF aceita cronograma do Governo de SP para uso de câmeras corporais

Levantamento

A PGE/SP informou à Corte que o Governo de São Paulo mantém atualmente 10.125 câmeras corporais em operação em 267 dos 510 batalhões da Polícia Militar.

Por questões orçamentárias e de logística, a compra de equipamentos é gradual – a Secretaria da Segurança Pública prevê novas licitações, uma delas para a aquisição de aproximadamente mais de 3 mil novos equipamentos.

Novos equipamentos

De acordo com o governo, o monitoramento terá avanço tecnológico e mais funcionalidades, entre elas a leitura de placas para identificação de veículos roubados ou furtados e novos recursos de áudio para que os agentes policiais possam solicitar apoio durante operações.

Também há previsão de uso de câmeras em viaturas e em locais públicos estratégicos para identificação de crimes em tempo real.

Justificativa

"O Estado realizou e tornou público o planejamento da estratégia de expansão da aquisição e utilização das câmeras, prevendo de maneira adequada a alocação de custos, o processo licitatório, e a logística de capacitação de seus operadores. Tudo isso como parte da complexa tarefa de aprimorar o sistema de segurança pública. Portanto, diante do compromisso assumido pelo Estado, neste momento, não é necessário expedir ordem judicial determinando que o Estado faça aquilo que já se comprometeu a fazer", acrescenta a decisão do STF.

OCORRÊNCIAS

Polícia de Rio Preto registra 3º caso de tiros em residência em menos de 48 h

Danielle MOLNAR
redacao@dhoje.com.br

Policiais militares foram acionados para comparecer a uma residência na rua Luís Mano Sanches, no Residencial Alto das Andorinhas, por volta das 3 horas desta quarta-feira, 24, para atender uma ocorrência de disparos de arma de fogo.

De acordo com o boletim de ocorrência, o morador, um aposentado de 69 anos, solicitou a PM após ouvir estampidos na frente da sua casa. Ele relatou aos policiais que verificou o circuito fechado de segurança e percebeu que dois homens teriam passado a pé em frente ao imóvel e efetuado os disparos de arma de fogo atingindo o portão e o muro.

Os autores tomaram rumo ignorado e não foram localizados. A equipe policial verificou o local, mas não encontrou estojos de munições disparadas.

O caso foi registrado como disparo de arma de fogo.

Esse é o terceiro caso parecido em pouco mais de 48 horas, em Rio Preto. Em todos os casos, os locais passaram por perícia técnica e estão sendo investigados pela Polícia Civil.

OUTROS CASOS

Uma casa desabitada foi alvo de tiros na rua Professora Lúcia Maria Galli, no bairro Santo Antônio, na Região Norte de Rio Preto, por volta das 21h10 deste domingo, 21.

Segundo informações do boletim de ocorrência, a Polícia Militar foi acionada pelo telefone 190, onde o denunciante informou que a residência havia sido atingida por diversos disparos de arma de fogo.

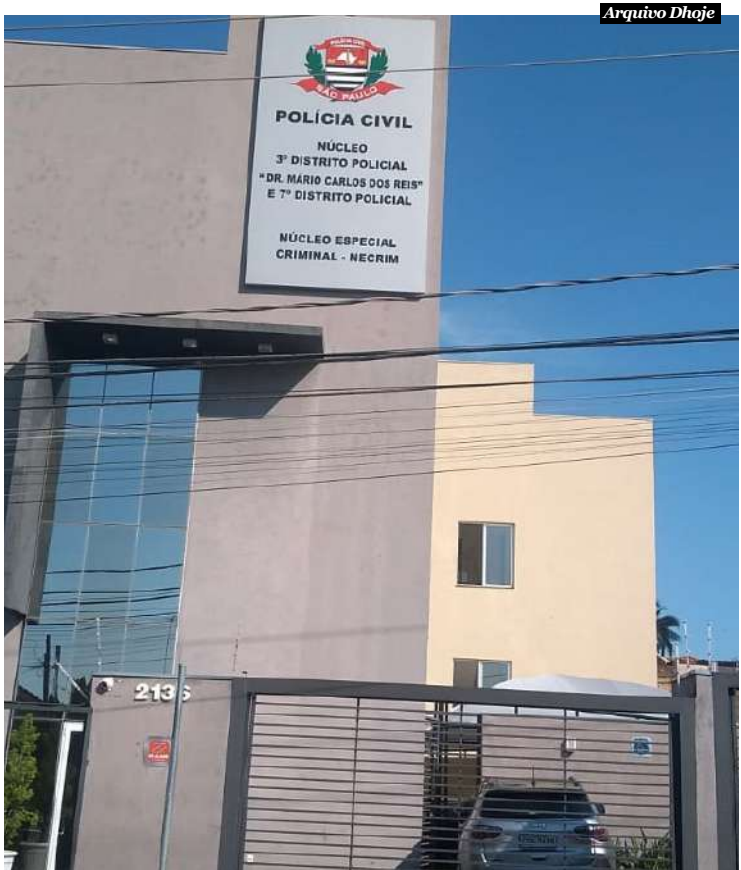
Quando os pms chegaram no local indicado, constataram algumas perfurações na porta de ferro do imóvel, que está vazio.

Alguns populares que não quiseram se identificar relataram para os policiais que um desconhecido, trajando bermuda e camiseta vermelha, chegou no local a pé, efetuou alguns disparos no rumo do portão da casa e saiu correndo para rumo ignorado.

Já na noite de segunda-feira, 22, uma casa no bairro João Paulo II também teve danos materiais após ser alvo de disparos de arma de fogo.

Dois indivíduos não identificados chegaram ao local em uma motocicleta e efetuaram pelo menos seis disparos contra o imóvel. Ninguém se feriu.

De acordo com informações do boletim de ocorrência, uma testemunha relatou que os disparos foram ouvidos por volta das 23h, quando dois suspeitos chegaram em uma moto XT 660 vermelha e dispararam, atingindo a residência, o portão e um veículo Celta estacionado nas proximidades.

Após o ataque, os agressores fugiram sem deixar pistas. A perícia técnica foi acionada e encontrou três estojos e projéteis de calibre 9mm. Todo o material foi recolhido e está sendo investigado.

Arquivo Dhoje
Casos estão sendo investigados pela Polícia Civil

VIOLÊNCIA

Pedreiro briga com vizinho após discutir com companheira e vai parar no HB

Danielle MOLNAR
redacao@dhoje.com.br

Um pedreiro, de 37 anos, se envolveu em uma briga com um vizinho e teve de ser socorrido para o Hospital de Base de Rio Preto na noite desta terça-feira, 23, no bairro Eldorado.

PM acionada

Segundo consta no boletim de ocorrência, o conflito ocorreu por volta das 20h, quando a Polícia Militar foi chamada ao local devido a uma discussão entre vizinhos. Uma faxineira, de 29 anos, que estava registrando uma ocorrência na Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) contra seu companheiro, relatou que ao retornar para casa, encontrou o homem exaltado, destruindo objetos da residência. Assustada, ela fugiu para a casa de seu pai nas proximidades. Ao retornar mais tarde, viu o homem na calçada com ferimentos no rosto.

Vizinha

Uma vizinha, ao presenciar a briga, chamou a Polícia Militar e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu). O pedreiro foi socorrido e levado para o HB.

Um metalúrgico, de 21 anos, contou aos policiais que, ao chegar em casa e guardar o carro na garagem, foi insultado pelo vizinho que mora nos fundos, que estava visivelmente alterado.

Após uma discussão, o pedreiro atirou uma bicicleta na direção dele, que conseguiu se esquivar. Em seguida, o metalúrgico pegou um pedaço de madeira e o golpeou, alegando agir em legítima defesa.

O metalúrgico foi instruído sobre o prazo de seis meses para entrar com uma representação criminal contra o vizinho.

Ocorrência

Ambos foram arrolados como vítima / autor no boletim de ocorrência que foi registrado como lesão corporal e deverá ser investigado pelo 6º Distrito Policial.

Não há atualizações sobre o estado de saúde do pedreiro.

Falecimentos

Daniel Alves Gaspar, natural de São José do Rio Preto/SP, faleceu aos 44 anos. Ele deixa os filhos Isabela, Karina e Karen Carolina. Seu sepultamento deu-se no dia 24/04/2024 às 16h, saindo seu féretro do velório Capelas Prever Rio Preto para o cemitério Jardim da Paz.

Luzia Alexandre Ferro dos Santos, natural de Cedral/SP, faleceu aos 76 anos. Era casada com o Sr. Justino Pereira dos Santos e deixa os filhos Sandra e Marcos. Seu sepultamento deu-se no dia 24/04/2024 às 15h, saindo seu féretro do velório Capelas Prever Rio Preto para o cemitério Engenheiro Schmidt.

Alessandro Perpétuo de Oliveira Silva, natural de São José do Rio Preto/SP, faleceu aos 42 anos. Era solteiro e deixa os filhos Vitor Hugo Costa de Oliveira Filho. Seu sepultamento deu-se no dia 24/04/2024 às 17h, saindo seu féretro do velório Capelas Prever Rio Preto para o cemitério São João Batista.

Ciclista furta caixa de loja na Redentora

Da REPORTAGEM

Aproveitando um instante em que a proprietária de uma loja estava nos fundos do imóvel e não havia clientes, um ciclista desconhecido entrou no local e furtou R$ 760 que estavam no caixa, fugindo em seguida para rumo ignorado.

Imagens do circuito interno de segurança revelam a ação criminosa, que aconteceu às 13h46 desta terça-feira, 23, no bairro Redentora, em Rio Preto.

Em seu depoimento na delegacia de plantão, a vítima, de 33 anos, contou que chegou com as filhas pequenas na loja, as alimentou, atendeu a clientela e enquanto se ocupava com afazeres, quando o movimento parou, o ladrão agiu.

Segundo a empresária, a retornar para a frente do prédio não deu importância à gaveta aberta e só notou o furto quando foi fazer o troco, mais tarde, para um cliente.

O 1º DP vai investigar o caso e a gravação pode ajudar a identificar o bandido.

Jovens tentam despachar moto roubada em ônibus

Da REPORTAGEM

Dois adolescentes, ambos com 17 anos, foram detidos por policiais militares, por volta das 7 horas desta terça-feira, 23, na avenida João Dias da Silva, no Jardim Primavera, em Rio Preto, quando tentavam embarcar uma Honda CG 150 Titan em um ônibus de passageiros com destino para o estado da Bahia.

O veículo foi roubado de um mecânico, de 37 anos, às 21h20 do último dia 21, quando a vítima trafegava nas imediações do bairro Vida Nova, em direção a Ipiguá. Na ocasião, dois assaltantes, que estavam em uma Honda Twister, de cor escura e de placa não anotada, apontaram uma arma de fogo e fugiram levando a CG.

Para a PM, os menores alegaram que compraram a motocicleta em sociedade por R$ 2,5 mil e que fecharam o negócio pelo site da OLX. Eles disseram ainda que o vendedor apresentou o certificado de registro e licenciamento da motocicleta e por isso acreditaram que a origem era lícita.

A Titan foi devolvida ao seu proprietário e os adolescentes liberados para seus responsáveis com o compromisso de se apresentarem na Vara da Infância e Juventude. Eles vão responder por ato infracional análogo a receptação.

SAÚDE

Mortalidade infantil em Rio Preto mantém-se em um dígito desde 2009

Cidade trabalha para manter números baixos e se destaca na redução de óbitos de crianças nascidas vivas

Rubens CELSO
redacao@dhoje.com.br

Desde 2006, Rio Preto registra uma queda na taxa de mortalidade infantil, com os números se mantendo em um dígito desde 2009. A Secretaria de Saúde informa que tem o compromisso para reduzir ainda mais esse número, com esforços na saúde materna e infantil.

A estatística, compilada pela servidora Fátima Grisi Kuyumjian, da Estatísticas Vitais da Vigilância Epidemiológica, mostra o progresso contínuo na redução da mortalidade infantil em Rio Preto: Em 2006: 13.06 óbitos de crianças de zero a um ano de idade para cada mil nascidas vivas; 2007: 12.59; 2008: 10.07; 2009: 8.46; 2010: 7.08; 2011: 7.08; 2012: 7.13; 2013: 8.60; 2014: 9.62; 2015: 7.37; 2016: 6.68; 2017: 8.42; 2018: 8.52; 2019: 8.81; 2020: 8.31; 2021: 5.76; 2022: 9.99; e 2023: 9.06.

Analisando os fatores que influenciam a mortalidade infantil ao longo desses anos, observamos que o maior coeficiente de mortalidade, em todos os anos analisados, ocorre na fase neonatal (o a 27 dias). Especificamente, na faixa etária de 0 a 6 dias (neonatal precoce), as principais causas estão relacionadas a afecções maternas como doença hipertensiva na gestante, incompetência ístmica cervical, trabalho de parto prematuro, e complicações na placenta (como descolamento e hemorragias), levando ao nascimento prematuro.

A prematuridade, classificada pela OMS em moderada a tardia (nascidos de 32 a 37 semanas), muito prematuro (28 a 32 semanas), e prematuros extremos (menores de 28 semanas de gestação), pode implicar em complicações sérias, muitas vezes necessitando de hospitalização em UTI neonatal e ventilação mecânica devido à imaturidade pulmonar.

Nos últimos dois anos, houve aumento de óbitos por "engasgamento" em domicílio, onde crianças acabam aspirando conteúdo líquido, como leite, para os pulmões. Em 2022, foram registrados 6 casos e, em 2023, 3 casos dessa natureza.

Para combater esses índices e promover a saúde materno-infantil, a Dra. Andréa Zoccal Mingoti, pediatra da Vigilância Epidemiológica, orienta que a melhor maneira sempre é a prevenção. Isso inclui um pré-natal bem feito e regular durante a gestação, a realização de todas as vacinas disponíveis dentro do calendário do Ministério da Saúde (tanto para a gestante quanto para a criança), e o acompanhamento regular de consultas de puericultura e pediatria dentro das faixas etárias recomendadas.

Cidade trabalha para manter números baixos e se destaca na redução de óbitos de crianças nascidas vivas

Divulgação SMCS
Mortalidade infantil em Rio Preto mantém-se em um dígito desde 2009

LEITURA

Cidade adere ao Programa Alfabetiza Juntos e promove Avaliação de Fluência

Rubens CELSO
redacao@dhoje.com.br

Rio Preto está engajada na missão de alfabetizar 100% das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental. Como parte do programa Alfabetiza Juntos SP, proposto pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP), a cidade aderiu a uma nova etapa que visa aprimorar a competência leitora dos alunos dos anos iniciais.

A Secretaria Municipal de Educação (SME) implanta a Avaliação de Fluência Leitora, que visa verificar a habilidade dos estudantes em ler palavras e textos adequados à sua etapa escolar, de forma fluida e com o ritmo correto. Nesta primeira fase, 3.405 alunos do 2º ano do ensino fundamental de 39 escolas municipais participam desta avaliação.

A coordenadora de políticas públicas e responsável pelo Departamento de Ensino na rede municipal, Leandra Justo Herrera, destaca a importância desta iniciativa: "O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada tem várias frentes, e uma delas é a avaliação de fluência leitora. Este é um dos primeiros passos para diagnosticar e ajudar no desenvolvimento de nossos alunos. O objetivo principal do programa é a alfabetização de 100% das crianças até o final do segundo ano."

Divulgação SMCS
Rio Preto adere ao Programa Alfabetiza Juntos

Criança

Em um encontro realizado na Diretoria Regional de Ensino, a secretária de Educação de Rio Preto, Fabiana Zanquetta, e Leandra Justo Herrera participaram da 1ª Reunião de Formação do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, um projeto do Governo Federal. Este projeto visa garantir que 100% das crianças estejam alfabetizadas até o final do 2º ano do Ensino Fundamental.

Fabiana Zanquetta ressalta: "O desafio é grande, mas já aplicamos em nossa rede algumas políticas para alcançar este resultado. A equipe de Formação da SME mantém o foco nos diferentes contextos de cada região, de forma que os planejamentos das situações didáticas sejam ajustados às necessidades de cada criança e sala de aula."

Expansão

Além das iniciativas locais, São Paulo será o primeiro estado a implantar o teste de fluência leitora para meio milhão de alunos, expandindo o Programa Alfabetiza Juntos SP. O teste será aplicado agora não apenas para os estudantes do 2º ano, mas também para os do 3º, 4º e 5º anos.

O secretário da Educação, Renato Feder, destaca: "Com essa ação, a Educação de São Paulo está expandindo o olhar para o processo de alfabetização em todo o primeiro ciclo do Ensino Fundamental. Temos uma meta de alfabetizar 90% dos estudantes do 2º ano até 2026. Na avaliação de fluência leitora já em curso, os resultados apontam que estamos no caminho certo."

Fluência

No teste, os estudantes leem um texto enquanto o áudio é disponibilizado em uma área exclusiva para o professor. A ferramenta oferece ao docente a comparação entre o texto original e o teste de cada aluno, classificando-os a partir da fluência e tempo de leitura. Resultados automáticos aparecem na área de trabalho do professor, permitindo a análise individual e coletiva do desenvolvimento dos alunos.

A Seduc-SP organiza três edições do teste para os alunos dos anos iniciais. A primeira delas segue até 9 de maio.

EVENTO

Viver com Parkinson acontece amanhã

Ciclo de palestras organizado pela Escola do Legislativo vai realizar na sexta-feira(26), às 14 horas, a 3ª edição do evento Viver com Parkinson, no Plenário da Câmara. O evento é gratuito e conta com emissão de certificado.

Alessandra Nunes Lisboa, coordenadora da Escola do Legislativo, ressaltou sobre a importância do evento.

"O Encontro tem como principal objetivo promover a conscientização sobre a doença de Parkinson. Por meio das palestras com médicos especialistas, os participantes poderão aprender sobre diagnóstico e tratamento. Além disso, o evento pretende criar um espaço de diálogo e debate entre parkinsonianos, familiares e profissionais da saúde, possibilitando o conhecimento sobre a condição, e o respeito e a inclusão dos portadores de Parkinson". O evento tem como público-alvo: profissionais de saúde, estudantes, portadores da doença de Parkinson, familiares, cuidadores e população em geral.

Inscrições

As inscrições podem ser feitas pelo e-mail: edl@riopreto.sp.leg.br

(Eduardo VERÍSSMO)

Divulgação

Inscrições para os 'Jogos da Mente 2024'

Da REDAÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação (SME) deu o pontapé inicial para a organização dos "Jogos da Mente 2024", um campeonato interescolar de jogos de tabuleiro dirigido aos estudantes do ciclo II – 4º e 5º anos das escolas do Ensino Fundamental. O campeonato deste ano se dará nas seguintes modalidades: Damas Olímpicas, Mancala e Lig4 (Connect 4), e todos os jogos serão disputados individualmente.

As inscrições para as escolas da rede municipal de ensino deverão ser realizadas até o dia 30 de abril. Neste primeiro momento, as unidades não precisam informar os nomes dos alunos, apenas as modalidades.

A primeira fase ocorrerá nas escolas inscritas e deverá ser concluída até o dia 31 de maio. Gestores e professores da unidade escolar serão encarregados pela organização dessa etapa, que selecionará um jogador de qualquer ano (4º ou 5º), por modalidade. São estes os alunos que representarão a escola na fase seguinte.

As inscrições dos estudantes para a segunda fase, a fase final, vão até o dia 5 de junho. A final do torneio está marcada para ocorrer na sexta-feira, dia 28 de junho, a partir das 13h30, no Complexo Swift de Educação e Cultura.

De acordo com o coordenador e idealizador do torneio, o professor formador da rede municipal, Fabrício Pavin Lassi, praticar este tipo de jogos desenvolve o raciocínio lógico, contribui para o preparo emocional, ajuda na concentração e o que é muito importante, estimula o convívio e o respeito pelos adversários.

"Nós lançamos a edição deste ano dos Jogos da Mente, um projeto que a gente vem desenvolvendo já há algum tempo, ficamos ali só dois anos da pandemia ausentes, mas no ano passado já retomamos e esse ano o convite está feito para todos os alunos da rede de 4º e 5º anos para participar em três modalidades, Damas Olímpicas, Mancala e Lig4", diz o professor.

Segundo Fabrício Lassi, todas as escolas já receberam o comunicado e estão convidadas.

As escolas inscritas fazem as seletivas na própria unidade e os campeões de cada unidade escolar e de cada modalidade de jogo vão disputar a final na Swift, que esse ano acontece no fim de junho.

"As inscrições estão abertas e assim que a escola se inscrever ela já começa a desenvolver esse trabalho", explica.

ENTRETENIMENTO

EM MAIO

Cidade recebe espetáculo infantil 'Moana: O Musical'

Maria Paula ANDRADE
redacao@dhoje.com.br

No dia 4 de maio, Moana e sua turma desembarcam em Rio Preto pela primeira vez com o espetáculo infantil "Moana: O Musical". A apresentação, que tem previsão de início às 17h, será realizada no Teatro Paulo Moura.O musical promete encantar toda a família, repleto de momentos divertidos e emocionantes, com a história da pequena princesa que tem a missão de salvar a sua aldeia de uma maldição em uma apresentação leve e divertida.

Moana é determinada a ajudar seu povo, com muita coragem e determinação ela atravessa os recifes em busca do semideus Maui, que roubou o coração da terra em uma jornada emocionante para trazer a paz de volta à sua aldeia.

Fotos: Arquivo pessoal

Rio Preto recebe espetáculo infantil 'Moana: O Musical' em maio

Rafael Ventura, diretor do espetáculo, adaptou o texto do famoso filme e trabalhou em conjunto com a equipe técnica e elenco na pesquisa da cultura da Polinésia francesa, onde a história é ambientada.

Os ingressos para o evento já estão à venda no site Ingresso Nacional a partir de R$ 46. O espetáculo é uma produção da Miller Produções.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

ECOTOY ART GPT terá artes conectadas

Da REDAÇÃO

Fabah

O ECOTOY ART GPT estará no Espaço Galeria do Centro Cultural Sesi Rio Preto a partir do dia 26 de abril até o dia 11 de agosto, a partir das 19h. Serão exibidas 15 obras de arte elaboradas por 12 artistas grafiteiros que adotaram materiais reciclados como matéria prima, para criarem bonecos que prometem interagir com o público através da inteligência artificial.

Os visitantes poderão se aproximar de cada obra e descobrir o rico universo escondido de cada personagem, ao apontar o próprio celular para o QR CODE IA. Um chat com inteligência artificial revelará, mediante o recebimento de perguntas, mais dados curiosos sobre o boneco, criando uma dinâmica única entre o visitante e a obra.

A exposição contará também com recursos de acessibilidade como a audiodescrição, permitindo a compreensão dos bonecos pelos mais variados públicos. Pessoas com deficiência visual ou baixa visão também poderão tocar a obra Pato Galático da artista Sara Mello, desenvolvido especialmente para essa edição, onde suas formas e texturas serão reveladas pelo tato.

Debate e reflexões sobre temas atuais, como sustentabilidade, tecnologia, economia criativa e arte serão realizados através de ações educativas gratuitas aos alunos do Sesi e visitantes em geral.

CULTURA

Circuito Sesc de Arte acontece no sábado em Mirassol

Maria Paula ANDRADE

O Circuito Sesc de Artes 2024 traz uma extensa programação nas áreas de música, teatro, dança, circo, cinema, literatura, artes visuais e tecnologias. Neste sábado, 27, das 16h às 20h, a programação estará em Mirassol, na Praça Doutor Anísio José Moreira.

Serão exibidos 75 trabalhos artísticos, entre espetáculos, intervenções, mediações de leitura, oficinas e vivências. Em todo o estado, são mais de 760 atividades em cerca de 480 horas de programação.

Esta é uma realização do Sesc São Paulo em parceria com prefeituras municipais e sindicatos do comércio de bens, serviços e turismo. O evento é gratuito, com acesso livre e para todos os públicos.

Bruna Quevedo

Circuito Sesc de Arte acontece no sábado em Mirassol

INSCREVA-SE

Prefeitura marca para sábado novo tour Descubra Rio Preto

Passeio, que conta com um guia turístico, percorre vários pontos históricos do município

Da REDAÇÃO
redacao@dhoje.com.br

No próximo sábado, dia 27 de abril, o projeto City Tour "Descubra Rio Preto", desenvolvido pela Prefeitura de Rio Preto, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Negócios de Turismo, realiza novo passeio. A ideia do projeto é mostrar os atrativos da cidade e toda a sua história.

O trajeto inclui pontos tradicionais como a Basílica Menor de Nossa Senhora Aparecida, Memorial do Empreendedor, o Parque da Represa, a ponte estaiada, a igreja Santa Apolônia, no distrito de Engenheiro Schmitt, e o Mercado Municipal que será o ponto final do passeio.

O tour está agendado para o dia 27 de abril, com check-in às 7h30 e saída às 8h, da praça Rui Barbosa. Será disponibilizada uma van com 15 lugares, sendo uma vaga para o guia de turismo, uma vaga para representante da secretaria de Desenvolvimento Econômico e 13 vagas para a comunidade. A previsão é que o tour tenha duração aproximada de duas horas e meia. **(Com informações da Prefeitura de Rio Preto)**

Prefeitura marca para sábado novo tour Descubra Rio Preto

HOJE E AMANHÃ

Espetáculo Longos Anos comemora uma década de trajetória no Teatro

Maria Paula ANDRADE

Completando uma década de trajetória, o espetáculo "Longos Anos", da companhia rio-pretense Hecatombe, se apresenta nos dias 25 e 26 de abril, quinta e sexta-feira respectivamente, às 20h30, no Teatro Municipal Humberto Sinibaldi Neto.

A apresentação foi inspirada livremente no clássico do cinema "O que terá acontecido a Baby Jane?" (1962), o espetáculo é uma espécie de leitura em cena. A cada sessão, o ator recebe uma artista convidada para ler a personagem Joana, irmã gêmea de Bete. E, nesse jogo, convidada e público transitam na fronteira entre a leitura dramática e a encenação.

Homero Kaneko, dramaturgo e diretor teatral, interpreta a personagem Bete. "Longos Anos" conta a história do reencontro emocionante de duas irmãs afastadas pelos rumos incertos da vida.

"Quis comemorar esses dez anos de trajetória do "Longos Anos", porque vejo como raridade uma peça de teatro completar uma década se apresentando e se reinventando. Ainda mais nos dias de hoje em que é solicitado dos artistas operarem pela lógica das estreias e aumento da produtividade o tempo todo. Revisitar esse espetáculo é, por si só, uma forma de exercitar a escrita, percorrendo as variantes possíveis da dramaturgia, e da história que está sendo contada ali na cena por mim e minhas artistas convidadas para viver esse encontro das irmãs", disse Kaneko.

Para as sessões comemorativas do espetáculo, Homero Kaneko traz convidadas com quem tem contato e faz parcerias artísticas de longa data em São José do Rio Preto: a atriz e produtora Clara Tremura e a atriz Beta Cunha, sua primeira professora de teatro.

"Para mim, é sempre um novo começo, pois a cada convidada ou convidado uma nova expectativa se cria, o que permite que a cada apresentação se presencie um novo espetáculo. É no risco que eu, o ator fixo, devo buscar esteio para conduzir o trabalho e é, também no risco, que o público deposita sua experiência no teatro", disse Kaneko.

Em 2016, em apresentações no Festival Internacional de Teatro de São José do Rio Preto (FIT Rio Preto), lotaram sete sessões. Adaptável, a apresentação já foi realizada em diferentes casas, palcos, espaços alternativos, espaços intimistas e salas de aula. Recentemente, "Longos "Anos" ganhou uma versão audiovisual, ainda inédita.

Mandy Ferreira

APRESENTAÇÃO

Show gratuito Forrozinho Pé de Serra chega em Talhado nesta sexta-feira

Maria Paula ANDRADE

O projeto "A Céu Aberto – Forrozinho Pé de Serra" se apresenta nesta sexta-feira (26), às 19h30, na tradicional Praça São Sebastião, no distrito de Talhado. A iniciativa do projeto é da artista Ana Laura, contemplada pelo ProAC Editais (Governo do Estado de SP e Secretaria de Cultura e Economia Criativa).

"O projeto nasceu com a vontade de levar o "Pé de Serra" de forma gratuita para mais de 40 nordestinos que existem em Rio Preto. Eu espero que as pessoas aproveitem esse momento de cultura gratuita e popular. Em Talhado é uma oportunidade nova para quem não teve acesso ao show aproveitar essa experiência", disse Ana Laura.

Ana Laura lidera o espetáculo com sua voz cativante e o tradicional triângulo, acompanhada pelos talentosos músicos Leandro Morais no violão, Victor Hugo no teclado, Lucas Bergman na flauta e Kauê Rocha na zabumba.

O repertório tem duração de 2 horas e apresenta clássicos de Alceu Valença, Elba Ramalho, Luiz Gonzaga, Dominguinhos, Anastácia, além de composições autorais. A entrada é gratuita.

"Eu quero muito que as pessoas sintam orgulho da nossa cultura e da nossa arte. A cultura nordestina é riquíssima, a nossa musicalidade é tão linda, eu espero que com esse show as pessoas sintam orgulho de serem brasileiras" finaliza Ana Laura.

RODOBENS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 56.540.776/0001-59

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Rodobens Participações S.A. é uma holding tem como principais investidas a RNI Negócios Imobiliários S.A. e a Rodobens S.A., e como tal, tem seu resultado predominantemente advindo da equivalência patrimonial de suas investidas. Na Rodobens S.A., a Rodobens Participações detém 26,329462% do capital, e na RNI 33,689417%. Ambas as empresas estão devidamente registradas na CVM e listadas na B3, sendo a RNI uma companhia de capital aberto, com ações negociadas em bolsa (Novo Mercado). O ano de 2023 foi desafiador para uma de suas investidas (RNI), que demandou apoio da Rodobens Participações para monetizar ativos não estratégicos. Neste sentido, a Rodobens Participações criou a empresa **GVINC PARTICIPAÇÕES E GESTÃO DE ATIVOS IMOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 52.924.850/0001-80, que adquiriu a totalidade das quotas do capital social de 166 SPE's pertencentes à RNI, pelo montante de R$ 175,4 milhões. Essa operação gerou um caixa importante para a RNI, contribuindo significativamente para a redução da sua alavancagem e, no aspecto operacional, possibilitará que referida companhia se dedique ao cumprimento da sua nova estratégia. Por outro lado, a sua principal investida - Rodobens S.A. - alcançou o patamar de R$ 16,3 bilhões em negócios gerados, uma carteira de crédito de R$ 17,3 bilhões e lucro líquido superior ao do exercício anterior, totalizando R$ 508 milhões, além de importante geração de caixa. Desta forma, a Rodobens Participações S.A. encerrou o exercício de 2023, cumprindo o seu papel de apoio e desenvolvimento de suas investidas. Para o exercício de 2024, a Rodobens Participações manterá o perfil de gestão já consolidado no Grupo, que se baseia na gestão do caixa e crescimento sustentável de suas investidas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	7.746	92.427	272.725	289.738
Aplicações financeiras, e títulos e valores mobiliários	7	39.409	56.920	78.878	63.292
Contas a receber de clientes	8	-	-	386.042	355.581
Estoques	9	-	-	390.025	407.068
Tributos a recuperar	10	167	84	8.766	9.990
Imposto de renda e contribuição social		12.098	5.878	16.411	8.010
Outros ativos	11	15.338	29.912	91.839	135.948
Total do ativo circulante		74.758	185.221	1.244.686	1.269.627
Não circulante					
Aplicações financeiras, e títulos e valores mobiliários	7	-	-	7.291	4.202
Contas a receber de clientes	8	-	-	674.604	700.328
Estoques	9	-	-	433.264	512.570
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	13	156.928	79.857	118.765	45.021
Depósitos judiciais	22	-	-	10.046	15.275
Tributos diferidos	12	1.715	1.304	7.927	6.386
Outros ativos	11	184.656	27.226	152.206	117.228
		343.299	108.387	1.404.103	1.401.010
Investimentos					
Em sociedades coligadas, controladas e controladas em conjunto	14	961.142	922.138	373.174	359.551
Propriedades para investimentos		4.584	4.500	4.584	4.500
Outros investimentos		-	-	83	99
Intangível	15	113	107	18.655	18.330
Imobilizado de arrendamento	16	-	-	56.309	57.103
Imobilizado de uso	16	870	868	50.074	66.702
Direito de uso de ativos		2.500	933	4.201	1.948
Total do ativo não circulante		1.312.508	1.036.933	1.911.183	1.909.243
Total do ativo		1.387.266	1.222.154	3.155.869	3.178.870

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Fornecedores	17	557	487	56.196	55.093
Empréstimos e financiamentos	18	297	-	185.517	219.381
Salários e contribuições sociais		6.738	7.573	32.132	36.523
Tributos a recolher		1.773	243	16.694	2.657
Provisão para imposto de renda e contribuição social		85	-	359	587
Adiantamentos de clientes	19	384	1.852	61.576	54.935
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	13	172.834	44.333	174.071	48.457
Credores diversos	20	2.607	2.304	98.245	80.204
Passivo de arrendamento		679	767	955	942
Outros passivos	21	1.025	117	30.896	39.797
Total do passivo circulante		186.979	57.676	656.641	538.576
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	18	150.382	-	608.225	431.630
Provisões para contingências	22	378	142	9.494	9.011
Credores diversos	20	48.030	50.530	530.742	607.014
Tributos diferidos	12	-	-	42.877	47.808
Passivo de arrendamento		1.881	259	3.428	1.165
Outros passivos	21	1.840	2.347	4.034	2.125
Total do passivo não circulante		202.511	53.278	1.198.800	1.098.753
Total do passivo		389.490	110.954	1.855.441	1.637.329
Patrimônio líquido	23				
Capital social		1.069.746	1.069.746	1.069.746	1.069.746
Ajustes de avaliação patrimonial		(131.283)	(73.568)	(131.283)	(73.568)
Reservas de lucros		59.313	115.022	59.313	115.022
		997.776	1.111.200	997.776	1.111.200
Participação de sócios não controladores		-	-	302.652	430.341
Total do patrimônio líquido		997.776	1.111.200	1.300.428	1.541.541
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.387.266	1.222.154	3.155.869	3.178.870

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação - Básico e diluído)

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita líquida de vendas e prestação de serviços	25	-	-	593.945	834.178
Custo das vendas e serviços prestados	26	-	-	(495.449)	(622.856)
Lucro bruto		-	-	98.496	211.322
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	27	-	-	(84.970)	(82.964)
Perdas esperadas em crédito de liquidação duvidosa		-	-	(3.883)	(4.125)
Administrativas	28	(23.750)	(23.655)	(124.620)	(121.052)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	30	(3.612)	(17.440)	(22.780)	(12.041)
Resultado de participações societárias	14	61.613	111.557	127.289	133.871
Lucro/(prejuízo) operacional		34.251	70.462	(10.468)	125.010
Receita financeira	31	20.472	25.952	72.605	111.420
Despesa financeira	31	(2.400)	(2.790)	(113.697)	(95.314)
Resultado financeiro		18.072	23.162	(41.092)	16.106
Lucro/(prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		52.323	93.624	(51.560)	141.116
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	24	(71)	-	(19.036)	(19.252)
Diferidos	12 / 24	297	(464)	1.897	(3.019)
		226	(464)	(17.139)	(22.271)
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício		52.549	93.160	(68.699)	118.845
Atribuível a:					
Acionistas/sócios controladores		52.549	93.160	52.549	93.160
Acionistas/sócios não controladores		-	-	(121.248)	25.685
		52.549	93.160	(68.699)	118.845
Resultado por ação					
Básico e diluído (R$ por ação)	32	0,0541	0,0959	0,0541	0,0959

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício		52.549	93.160	(68.699)	118.845
Outros componentes do resultado abrangente					
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado					
Variação cambial de investidas localizadas no exterior	23 (c) (i)	(16.164)	(4.806)	(16.164)	(4.806)
Variação cambial indireta de investidas localizadas no exterior	23 (c) (i)	(45.751)	(26.006)	(45.751)	(26.006)
Valor justo dos títulos e valores mobiliários e sobre *hedge accounting* nas investidas	23 (c) (ii)	4.200	1.594	4.200	1.594
Valor justo combinação de negócios investidas		-	54	-	54
Total do resultado abrangente do exercício		(5.166)	63.996	(126.414)	89.681
Atribuível a:					
Acionistas/ sócios controladores		(5.166)	63.996	(5.166)	63.996
Acionistas/ sócios não controladores		-	-	(121.248)	25.685
		(5.166)	63.996	(126.414)	89.681

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção	Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2021		1.069.746	(44.404)	3.682	8.469	-	1.037.493	413.645	1.451.138
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	93.160	93.160	25.685	118.845
Valor justo de instrumentos financeiros nas investidas	23 (c)	-	1.648	-	-	-	1.648	-	1.648
Variação cambial de investidas localizadas no exterior	23 (c)	-	(30.812)	-	-	-	(30.812)	-	(30.812)
Total do resultado abrangente do exercício		-	(29.164)	-	-	93.160	63.996	25.685	89.681
Ajustes de economia hiperinflacionária	23 (d)	-	-	-	-	34.161	34.161	-	34.161
Ajustes patrimoniais		-	-	-	-	(2.325)	(2.325)	-	(2.325)
Destinações do lucro líquido:									
Distribuição de dividendos	23 (b)	-	-	-	-	(22.125)	(22.125)	(11.049)	(33.174)
Constituição de reserva	23 (b)	-	-	4.658	100.538	(105.196)	-	-	-
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas		1.069.746	(73.568)	8.340	106.682	-	1.111.200	428.281	1.539.481
Alterações nas participações em controladas que não resultam em perda do controle									
Aumento de capital social de acionistas não controladores	23 (e)	-	-	-	-	-	-	2.399	2.399
Redução de participação de acionistas não controladores	23 (e)	-	-	-	-	-	-	(339)	(339)
Total de transações com sócios e acionistas		-	-	-	-	-	-	2.060	2.060
Em 31 de dezembro de 2022		1.069.746	(73.568)	8.340	106.682	-	1.111.200	430.341	1.541.541
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício		-	-	-	-	52.549	52.549	(121.248)	(68.699)
Valor justo instrumentos financeiros nas investidas	23 (c)	-	4.200	-	-	-	4.200	-	4.200
Variação cambial de investidas localizadas no exterior	23 (c)	-	(61.915)	-	-	-	(61.915)	-	(61.915)
Total do resultado abrangente do exercício		-	(57.715)	-	-	52.549	(5.166)	(121.248)	(126.414)
Ajustes de economia hiperinflacionária	23 (d)	-	-	-	-	27.002	27.002	-	27.002
Ajustes patrimoniais		-	-	-	-	(5.260)	(5.260)	-	(5.260)
Destinações do lucro líquido:									
Distribuição de dividendos	23 (b)	-	-	-	(104.769)	(15.231)	(120.000)	(2.402)	(122.402)
Remuneração sobre o capital próprio (TJLP)	23 (b)	-	-	-	-	(10.000)	(10.000)	-	(10.000)
Constituição de reserva	23 (b)	-	-	2.627	51.693	(54.320)	-	-	-
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas		1.069.746	(131.283)	10.967	48.346	-	997.776	306.691	1.304.467
Alterações nas participações em controladas que não resultam em perda do controle									
Aumento de capital social de acionistas não controladores	23 (e)	-	-	-	-	-	-	262	262
Redução de participação de acionistas não controladores	23 (e)	-	-	-	-	-	-	(4.301)	(4.301)
Total de transações com sócios e acionistas		-	-	-	-	-	-	(4.039)	(4.039)
Em 31 de dezembro de 2023		1.069.746	(131.283)	10.967	48.346	-	997.776	302.652	1.300.428

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		52.323	93.624	(51.560)	141.116
Ajustes					
Depreciação e amortização	15 e 16	1.193	167	7.791	6.950
Depreciação sobre direito de uso		755	714	1.051	935
Resultado de equivalência patrimonial	14	(61.613)	(111.557)	(127.289)	(133.871)
Provisão para *impaiment* de contas a receber de clientes	27	-	-	3.883	4.125
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas		(17.858)	(23.268)	82.330	46.807
Apropriação de encargos sobre arrendamento		120	116	1.269	217
Provisões (reversão) com ações judiciais	28	(100)	11	483	431
Provisões de participação no lucro		424	535	735	11.114
Valor justo propriedades para investimento		-	(1.943)	-	(1.943)
		(24.756)	(41.601)	(81.307)	75.881
Variações nos ativos					
Contas a receber	8	-	-	(682)	(299.896)
Estoques	9	-	-	96.349	64.158
Demais contas a receber e outros ativos		8.863	49.403	(10.768)	32.464
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	13	57.198	104.393	-	-
Tributos a recuperar	10	(6.303)	(3.727)	(7.177)	(3.623)
Aplicações financeiras, interfinanceiras e derivativos	7	34.312	37.127	7.805	66.491
Depósitos judiciais	22	-	-	5.229	1.528
		94.070	187.196	90.756	(138.878)
Variações passivos					
Adiantamento de clientes	19	(1.468)	(6.133)	6.641	(7.059)
Fornecedores	17	70	(139)	1.103	823
Salários e encargos sociais		(1.259)	994	(5.126)	(5.093)
Credores diversos	20	(2.197)	(1.996)	(58.231)	112.402
Tributos a recolher		30	17	12.537	(274)
Demais contas a pagar e outros passivos		(244)	(721)	(13.987)	17.381
		(5.068)	(7.978)	(57.063)	118.180
Caixa gerado pelas (aplicado nas) nas operações		64.246	137.617	(47.614)	55.183
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro pagos		-	-	(19.264)	(19.486)
Juros pagos e recebidos	34	-	-	(105.410)	(68.317)
Juros pagos sobre arrendamento	34	(80)	(116)	(242)	(217)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		64.166	137.501	(172.530)	(32.837)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Adições em ativos intangíveis	15	(945)	(48)	(2.430)	(2.448)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	16	(256)	(604)	(5.648)	(6.109)
Aquisições e baixa de investimentos		(148.420)	(109.075)	1.889	(392)
Dividendos e juros sobre o capital recebidos		-	-	37.965	83.984
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento		(149.621)	(109.727)	31.776	75.035
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Dividendos, lucros e juros sobre o capital próprio, pagos		-	-	(5.290)	(8.385)
Participação de não controladores		-	-	(4.039)	2.060
Ingressos e pagamentos de mútuos com partes relacionadas, líquidos		1.557	1.590	910	(5.034)
Captações de empréstimos, financiamentos	34	-	-	363.864	336.870
Pagamentos de empréstimos, financiamentos	34	-	-	(230.676)	(229.281)
Pagamentos de arrendamentos	34	(783)	(783)	(1.028)	(769)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		774	807	123.741	95.461
(Redução) aumento líquida de caixa e equivalentes de caixa		(84.681)	28.581	(17.013)	137.659
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	92.427	63.846	289.738	152.079
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	7.746	92.427	272.725	289.738

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais: A Rodobens Participações S.A. ("Companhia") com sede na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Bady Bassitt, nº 4717, Vila Imperial, 15.015-700, tem como objeto social e atividade preponderante a participação, direta e indireta, no capital de outras empresas, tendo como controladas diretas e indiretas as seguintes empresas, em conjunto com a Companhia denominadas "Grupo" (Nota 14):

	Empresas Controladas	Participação direta + indireta (%) 2023	2022	Endereço da sede das Controladas
(i)	**Incorporação e construção civil**			
	Jaux Holdings Ltda.	99,99	91,27	Rua Doutor Roberto Azurem Furtado, N° 36, Parte D, Distrito Industrial Waldemar de Oliveira Verdi, CEP: 15.035-650, S. J. do Rio Preto - SP
	RNI Negócios Imobiliários S.A.	36,61	36,61	Av. Francisco das Chagas de Oliveira, Nº 2500, Higienópolis, CEP: 15.085-485, S. J. do Rio Preto - SP
(ii)	**Locação de imóveis e outras**			
	AF Tatuapé Veículos Ltda.	100,00	100,00	Rua Dr. Roberto Azurem Furtado, Nº 36, Parte C, Distrito Industrial, CEP: 15.035-650, S. J. do Rio Preto - SP
	Delta Veículos Ltda. (Incorporada na Rodobens Participações S.A.)	-	100,00	Rodovia BR 101 Sul, S/N, KM 83,5, Anexo Parte 3, Prazeres, CEP: 54.335-000, Jaboatão dos Guararapes - PE
	DM Motors do Brasil Ltda.	100,00	99,90	Av. Vicente Filizola, Nº 5020, Parte, Redentora, CEP: 15.015-450, S. J. do Rio Preto - SP
	Green Star Peças e Veículos Ltda.	100,00	100,00	Rua Casemiro de Abreu, Nº 470, Bairro: Vila Redentora, CEP: 15.015-410, S. J. do Rio Preto - SP
	GVC Geração de Valor em Cobrança Ltda.	80,00	80,00	Rua Dr. Roberto Azurem Furtado, Nº 36, Parte B, Distrito Industrial Waldemar de Oliveira Verdi, CEP 15.035-650, S. J. do Rio Preto - SP
	Ilha Bela Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	100,00	100,00	Av. Bady Bassitt, Nº 4717, Vila Imperial, CEP: 15.015-700, S. J. do Rio Preto - SP
	RCE Digital Ltda.	90,00	90,00	Av. Murchid Homsi, Nº 1404, Vila Diniz, CEP: 15.013-000, S. J. do Rio Preto - SP
	Rio Bahia Locação de Imóveis Ltda.	93,77	93,77	Av. Bady Bassitt, Nº 4717, Sala 23, Vila Imperial, CEP: 15.015-700, S. J. do Rio Preto - SP
	Rodobens Administração de Ativos Imobiliários Ltda.	100,00	100,00	Av. Bady Bassitt, Nº 4717, 1º Andar, Sala 23, Vila Imperial, CEP: 15.015-700, S. J. do Rio Preto - SP
	Rodobens Locação de Imóveis Ltda.	99,56	99,56	Av. Bady Bassitt, Nº 4717, Vila Imperial, CEP: 15.015-700, S. J. do Rio Preto - SP
	Rodobens Negócios e Soluções Ltda.	-	100,00	Av. Bady Bassitt, Nº 4717, Vila Imperial, CEP: 15.015-700, S. J. do Rio Preto - SP
	Rodobens Veículos Comerciais Recife Ltda. (Incorporada na Rodobens Participações S.A.)	-	100,00	Rodovia BR 101 Sul, S/N, KM 83,5, Anexo Parte 2, Prazeres, CEP: 54.335-000, Jaboatão dos Guararapes - PE
	Verdade Locação de Imóveis Ltda.	75,64	75,64	Av. Bady Bassitt, Nº 4717, Sala 21, Vila Imperial, CEP: 15.015-700, S. J. do Rio Preto - SP
	GVInc Participações e Gestão de Ativos Imobiliários Ltda.	100,00	-	Av. Bady Bassitt, Nº 4717, Sala 26, Vila Imperial, CEP: 15.015-700, S. J. do Rio Preto - SP
(iii)	**Comercial e outras no exterior**			
	Automotores Juan Manuel Fangio S.A.	100,00	100,00	Domiciliada na Argentina
	Empresas Rodobens S.A. para Fins Determinados	100,00	100,00	Domiciliada na Argentina
	Rodobens Argentina S.A.	100,00	100,00	Domiciliada na Argentina
	Rodobens Internacional S.A.	100,00	100,00	Domiciliada na Argentina
	Rodobens Inversiones S.A.	100,00	100,00	Domiciliada na Argentina
	WV Holdings Ltd.	100,00	100,00	Domiciliada nas Ilhas Virgens Britânicas

Suas controladas abrangem as atividades que podem ser resumidas, segundo a sua natureza, como segue: **(i) Incorporação e construção civil:** Essas atividades incluem a incorporação e construção civil, a compra e venda de imóveis, a prestação de serviços e a administração de carteira de recebíveis de financiamento imobiliário, entre outras. **(ii) Locação de imóveis e outras:** Essas atividades incluem Locação e comercialização de imóveis, participação em outras empresas, comunicação empresarial, dentre outras. **(iii) Comercial e outras atividades no exterior:** Outras atividades desempenhadas pelas controladas, como operações no exterior, participação em outras empresas, dentre outras.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e políticas contábeis materiais adotadas: ***2.1.* Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), para as controladas que atuam com incorporação imobiliária. Os aspectos relacionados à transferência de controle na venda de unidades imobiliárias, seguem o entendimento da diretoria da Companhia, alinhado àquele manifestado pela CVM no Ofício circular /CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre aplicação do Pronunciamento técnico CPC 47. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela diretoria em sua gestão. As políticas contábeis materiais adotadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas a partir da Nota 2.2, essas políticas têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto no caso de ativos e passivos financeiros demonstrados na Nota 5 como mensurados ao valor justo por meio do resultado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos mantidos para a venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da diretoria da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada e aprovada pela Administração em 16 de abril de 2024. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade das operações da Companhia. Na data em que a administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras, a administração da Companhia determinou que não havia incertezas relevantes que pusessem em dúvida a capacidade da Companhia de continuar operando nos próximos 12 meses, bem como não identificou qualquer situação que pudesse afetar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. ***2.2.* Mudanças nas políticas contábeis materiais: a. Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação:** A Companhia e suas controladas adotaram o imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32) a partir de 1º de janeiro de 2024. As alterações restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos para desativação e restauração. A administração avaliou os possíveis impactos dessa política, e não há impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia e suas controladas. **b. Imposto mínimo complementar global:** A Companhia e suas controladas adotaram a Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois (alterações ao CPC 32) quando da sua publicação. As alterações fornecem uma exceção obrigatória temporária da contabilização de impostos diferidos para o imposto adicional, que entra em vigor imediatamente, e exigem novas divulgações sobre a exposição ao Pilar Dois. A exceção obrigatória se aplica retrospectivamente. No entanto, como nenhuma nova legislação para implementar o imposto adicional foi promulgada ou substancialmente promulgada em 31 de dezembro de 2022 em qualquer jurisdição em que a Companhia e suas controladas operam e nenhum imposto diferido relacionado foi reconhecido nessa data, a aplicação retrospectiva não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. **c. Informação de políticas contábeis materiais:** A Companhia e suas controladas também adotaram a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na Nota 2 - Políticas contábeis materiais (2022: Principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações. ***2.3.* Demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** No processo de consolidação foram eliminados saldos ativos, passivos, receitas e despesas de operações e lucros ou prejuízos não realizados entre as empresas consolidadas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. As demonstrações financeiras de investidas em cuja administração a Companhia não exerça controle, independentemente da sua participação, mas que possui influência significativa, foram consideradas como investimentos em coligadas na consolidação conforme item (ii) a seguir e Nota 14 (a). As seguintes políticas contábeis foram aplicadas na elaboração das presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas: ***(i)* Controladas:** A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. Neste contexto a Companhia não consolida as informações dos grupos de consórcio, visto que os grupos possuem patrimônio próprio, que não se confunde com a de outro grupo, nem com o da própria administradora. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as práticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. ***(ii)* Coligadas e controladas em conjunto:** Coligadas e controladas em conjunto são todas as entidades sob as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle. Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo (Nota 14). A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior a sua participação na coligada, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada. ***(iii) Participação de acionistas não controladores:*** A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. ***(iv) Perda de controle:*** Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, ela desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. ***(v) Transações eliminadas na consolidação:*** Saldos e transações intergrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intergrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados, se houver, oriundos de transações com controlada, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na controlada. Prejuízos não realizados, se houver, são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. ***2.4.* Novas normas, alterações e interpretações de normas:** Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia e suas controladas não adotaram as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **a. Classificação dos passivos como circulante e não circulante e passivos não circulantes com *covenants* (alterações CPC 26):** As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado na Nota 18, a Companhia e suas controladas têm empréstimos bancários com garantia que estão sujeitos a *covenants* específicos (não financeiros). Embora ambos os passivos estejam classificados como não circulantes em 31 de dezembro de 2023, uma futura quebra dos *covenants* específicos, pode exigir que a Companhia e suas controladas liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. A Companhia e suas Controladas estão avaliando o possível impacto das alterações na classificação desses passivos e nas respectivas divulgações. **b. Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40):** As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. A Companhia e suas controladas estão avaliando o impacto das alterações, principalmente no que diz respeito à obtenção de informações adicionais necessárias para atender às novas exigências de divulgação. **c. Outras normas contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas: • Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06). • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02). ***2.5.* Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. ***(i) Transações e saldos em moedas estrangeiras:*** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como por exemplo, os investimentos em controladas no exterior, são registrados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registrados ao resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda. ***(ii)* Controladas com moeda funcional diferente:** Os resultados e a posição financeira das controladas que integram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue: • Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço. • As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações). • Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". As controladas Automotores Juan Manuel Fangio S.A., Rodobens Vehículos S.A., Rodobens Argentina S.A., Rodobens Internacional S.A., Empresas Rodobens S.A de Ahorro Para Fines Determinados, Rodobens Locadora de Vehículos S.A. e Rodobens Inversiones S.A. tem como moeda funcional o Peso argentino e a WV Holdings Limited têm como moeda funcional o Dólar norte-americano. Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda. As investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial reportam na moeda de economia hiperinflacionária – Peso argentino. O balanço patrimonial e a demonstração do resultado abrangente dessa investida foram atualizados monetariamente, para calcular a parcela da Companhia em seus ativos líquidos e no resultado. As demonstrações financeiras atualizadas das investidas expressas em moeda estrangeira, foram convertidas pelas taxas de câmbio de fechamento. A Companhia adotou por contabilizar os efeitos decorrentes de ajustes de hiperinflação do patrimônio das investidas na conta de lucros acumulados dentro do patrimônio líquido conforme CPC 02. Os itens monetários não foram atualizados, pois já são expressos em termos da unidade monetária corrente no final do período de relatório. Itens monetários são valores detidos e itens a serem recebidos ou pagos em dinheiro. Todos os outros ativos e passivos não monetários, quando não reconhecidos a valores correntes no final do período de relatório, como, por exemplo, a valor líquido realizável e a valor justo, de modo que não são atualizados monetariamente, foram atualizados monetariamente. Todos os componentes do patrimônio líquido foram atualizados monetariamente pela aplicação do Índice Geral de Preços, desde o início do período ou da data de contribuição, se posterior. As mutações do patrimônio líquido durante o período foram divulgadas. Os ganhos ou as perdas na posição monetária líquida devem ser incluídos no resultado e divulgados separadamente. ***2.6.* Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. ***2.7.* Ativos e passivos financeiros: *2.7.1. Ativos financeiros: 2.7.1.1. Classificação:*** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: (a) mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado) e (b) ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os itens que passaram a ser mensurado ao custo amortizado, atendem as condições especificadas pelo CPC 48: • é mantida dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter os ativos financeiros para receber os fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa relacionados apenas ao pagamento do principal e juros sobre o valor do principal em aberto. **a. Ativos financeiros ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado):** Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem: • Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios da Companhia é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros. A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: • Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. **b. Ativos financeiros ao custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou calculáveis. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data das demonstrações financeiras (estes são classificados como ativos não circulantes). ***2.7.1.2. Reconhecimento e mensuração:*** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados e contabilizados pelo custo amortizado, usam o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. ***2.7.1.3. Compensação de instrumentos financeiros:*** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Dessa forma, os saldos mantidos com clientes em Contas a receber de clientes e Adiantamentos de clientes, bem como os saldos mantidos com fornecedores em Fornecedores e Adiantamentos a fornecedores, estão sendo apresentados líquidos, nas presentes demonstrações financeiras, quando atendidos os requisitos aplicáveis. ***2.7.1.4. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:*** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge.* Como procedimento de gestão de seus riscos de mercado, a Companhia administra as suas exposições em moeda estrangeira por meio da contratação de instrumentos financeiros derivativos atrelados ao dólar, considerando a previsão de despesas contida no orçamento oficial da Companhia. A Companhia também administra suas exposições em juros por meio de políticas de controles, estabelecimento de estratégias operacionais, determinação de limites e diversas técnicas de acompanhamento das posições, e ainda, efetua operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos que se destinam a clientes, associadas a operações de captação ou aplicação de recursos. ***2.7.1.5. Contas a receber de clientes*** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment)*. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment,* se necessária. ***2.7.1.6. Perda de crédito esperada:*** A mensuração da perda de crédito esperada requer aplicação de premissas significativas e uso de modelos quantitativos. A Administração exerce seu julgamento na avaliação da adequação dos montantes de perda esperada resultantes de modelos e, conforme sua experiência, realiza ajustes que podem ser decorrentes da condição de crédito de determinados clientes ou de ajustes temporários decorrentes de situações ou novas circunstâncias que ainda não foram refletidas na modelagem. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. ***2.7.1.7. Passivos financeiros:*** **Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***2.7.1.8. Desreconhecimento:*** **Ativos financeiros:** A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando: • os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retêm o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia e suas controladas realizam transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***2.8.* Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do "custo médio ponderado" das compras ou produção; quando necessário, é constituída provisão para desvalorização desses estoques a mercado. Os imóveis a comercializar estão representados por unidades construídas ou em construção ainda não comercializadas, bem como por terrenos para futuras incorporações. São avaliados pelo custo de aquisição, adicionado pelos custos incorridos com a evolução da obra e despesas estimadas para efetuar a venda. O valor líquido de realização, que é representado pelo preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda, é superior ao seu valor contábil, os quais não excedem o valor de mercado. A Companhia e suas controladas periodicamente avaliam a recuperabilidade de seus estoques, incluindo aqueles que são retornados após distratos com clientes, e não têm identificado mudanças relevantes no seu valor realizável que pudessem apresentar impactos significativos em suas demonstrações financeiras. A classificação entre curto e longo prazo é feita tendo como base a expectativa de lançamento do empreendimento. Os estoques de materiais estão avaliados pelo menor valor entre o custo médio de compras e os valores líquidos de realização. ***2.9. Outros ativos:*** Os demais ativos recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados ao custo, deduzido, quando aplicável, por provisão para ajuste ao valor de realização, que é constituída com base na análise das expectativas de sua efetiva realização. São incluídos como ativo circulante, aqueles ativos com prazo de vencimento inferior a 12 meses após a data de emissão do balanço. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. ***a. Despesas comerciais a apropriar (Incorporação imobiliária):*** Incluem os gastos com comissões diretamente relacionados aos empreendimentos imobiliários, sendo apropriados ao resultado observando-se o critério de apropriação da receita, descrito na Nota 2.21 a seguir, exceto as comissões sobre vendas canceladas, que são lançadas ao resultado no caso de cancelamento ou quando for provável que não haverá pagamento dos valores contratados. ***2.10.* Propriedade para investimento:** A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. A receita de aluguel de propriedades de investimento é reconhecida como outras receitas pelo método linear ao longo prazo do arrendamento. ***2.11.* Investimentos*:*** Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) (Nota 14). ***2.12.* Intangível*:*** Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente, substancialmente formados por direitos de uso de *software*, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável. ***2.13.* Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. Todos os reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. ***2.14.* Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos das empresas de incorporação imobiliária, gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. ***2.15. Impairment* de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para fins de avaliação do *impairment,* os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment,* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas apenas com a condição de que o valor contábil do ativo não exceda o novo valor contábil que teria sido calculado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda por redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida. ***2.16.* Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. ***2.17.* Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. ***2.18.* Provisões para contingências:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. ***2.19.* Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A diretoria avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos passivos são registrados no passivo não circulante e o PIS e a COFINS diferidos passivos são reconhecidos no circulante e não circulante conforme projeção de realização da receita, os quais são decorrentes da diferença entre o reconhecimento pelo critério societário, descrito no item 2.21, e o critério fiscal em que a receita é tributada no momento do recebimento. O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. As provisões de imposto de renda e contribuição social sobre lucro fiscal são calculadas pelo regime de tributação Lucro Real Anual, à alíquota de 15% mais adicional de 10% sobre a parcela excedente a R$ 240 ao ano para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social. Determinadas sociedades efetuam apuração com base no regime de lucro real e outras com base no regime do lucro presumido. Qualificam-se para o regime de lucro presumido as sociedades cuja receita bruta total, no ano-calendário anterior, tenha sido igual ou inferior a R$ 78.000. No regime do lucro real, as alíquotas do imposto de renda e da contribuição social são aplicadas sobre o resultado do período ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. No regime de lucro presumido, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas de vendas de imóveis e de 32% sobre as receitas de prestação de serviços para ambos os tributos. Quanto ao regime especial de tributação (RET) em 19 de julho de 2013 foi publicada a Lei nº 12.844, que deu nova redação aos artigos 4º e 8º da Lei nº 10.931/04, instituindo que, para cada incorporação imobiliária submetida ao Regime Especial de Tributação – RET, a incorporadora ficará sujeita ao pagamento equivalente a 4% da receita mensal recebida, o qual corresponderá ao pagamento mensal unificado do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, do Programa de Integração Social/Programa de Formação ao Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS. A Companhia e suas controladas determinaram que o imposto mínimo complementar global - que é obrigado a pagar de acordo com a legislação do Pilar Dois - é um imposto de renda no escopo do CPC 32. A Companhia e suas controladas aplicaram a isenção obrigatória temporária da contabilização do imposto diferido para os impactos do imposto complementar e o contabiliza como um imposto corrente quando incorrido. ***2.20.* Benefícios a empregados - participação nos lucros: *(i) Benefício de curto prazo:*** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o correspondente serviço seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado, caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço prestado pelo empregado no passado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. ***(ii) Programa de participação nos lucros e resultados:*** A Companhia adota o programa de participação nos lucros ("PPR") tendo como base critérios de meta de resultado e desempenho operacional. A Companhia efetua a provisão baseada na medição periódica do cumprimento das metas e resultado, respeitando o regime de competência e o reconhecimento da obrigação presente resultante de evento passado no montante estimado da saída de recursos no futuro. ***(iii) Outros benefícios pós-empregos e de longo prazo:*** A Companhia não possui benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo e remuneração com base em ações. ***2.21.* Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços em conformidade com o CPC 47, no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre as empresas consolidadas pela Companhia. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia Companhia e suas controladas, conforme descrição a seguir. ***a.* Venda de produtos:** A receita pela venda de mercadorias é reconhecida quando o controle sobre os produtos é transferido e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A Companhia e suas controladas adotam como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador. ***b.* Venda de serviços*:*** As vendas de serviços são reconhecidas após (i) emissão de nota fiscal de prestação de serviço; e (ii) após ser finalizada a prestação de serviços. ***c.* Venda de imóveis:** A receita operacional decorrente da atividade de incorporação imobiliária, cujos contratos são classificados

continua...

...continuação

RODOBENS PARTICIPAÇÕES S.A.

como venda de bens para os quais existem evidências efetivas de que o controle, os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens são transferidos para o comprador durante a execução das obras de forma contínua, é reconhecido conforme o entendimento da manifestado pela CVM no Ofício circular /CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47. • Nas vendas de unidades não concluídas, o resultado é apropriado com base nos seguintes critérios: **1.** As receitas de vendas, os custos de terrenos e de construção inerentes às respectivas incorporações são apropriados ao resultado à medida que a construção avança, adotado o método chamado de "POC", "percentual de execução ou percentual de conclusão" de cada empreendimento, ou seja, o reconhecimento das receitas e dos custos ocorre à medida que a construção avança. O percentual de avanço físico do empreendimento é obtido utilizando a proporção do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos sobre as vendas contratadas. **2.** As receitas de vendas apuradas, conforme o item (i), incluindo a atualização monetária, líquidas das parcelas já recebidas, são contabilizadas como "créditos perante clientes", ou como "adiantamentos de clientes", em função da relação entre as receitas contabilizadas e os valores recebidos. • Nas vendas a prazo de unidades concluídas, o resultado é apropriado no momento em que a venda é efetivada, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual. • As atualizações e os ajustes a valor presente são apropriados ao resultado, na rubrica de receita de empreendimentos vendidos, no período pré-chaves, e atualizações na rubrica de receitas financeiras, no período pós-chaves, observando o regime de competência, independentemente de seu recebimento. As receitas e as despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o regime de competência. Para os casos em que os clientes não obtêm sucesso na contratação de crédito com instituição financeira ou perda da capacidade financeira, a Companhia e suas controladas analisam a viabilidade de crédito direto com o cliente e para os casos em que não há viabilidade de crédito direto com o cliente, ocorre o distrato da venda e o tratamento contábil adotado pela Companhia e suas controladas são os estornos do saldo devedor do cliente deduzindo as receitas registradas na demonstração do resultado do período na rubrica "Receita líquida dos empreendimentos vendidos" e em contrapartida é estornado também o custo desta unidade na rubrica "Custo dos empreendimentos vendidos" contra o estoque da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas constituí a provisão para distrato com base em seu histórico e expectativas de realizações dos seus recebíveis de acordo com o previsto no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018. ***d.* Receitas financeiras:** As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos resultados financeiros líquidos na rubrica receitas financeiras. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas). ***2.22.* Custos e demais receitas e despesas:** Os custos e as demais receitas e despesas são reconhecidas ao resultado de acordo com o princípio contábil da competência. Os custos acompanhando o reconhecimento da receita de acordo com o CPC 47. ***2.23.* Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social das empresas. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelo Conselho de Administração. ***2.24.* Resultado por ação básico e diluído:** O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado por ação. ***2.25.* Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia e suas controladas tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia e suas controladas requerem a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia e suas controladas mensuram o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia e suas controladas mensuram ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia e suas controladas determinarem que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo, ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. ***3.1.* Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Consolidação: Determinação se a Companhia detém de fato o controle sobre uma investida (Nota 2.3); • Equivalência patrimonial: Determinação se a Companhia tem influência significativa sobre uma investida (Notas 2.3 e 14); • Reconhecimento de receita de acordo com a os aspectos relacionados à transferência de controle na venda de unidades imobiliárias seguem o entendimento da diretoria da Companhia, alinhado àquele manifestado pela CVM no Ofício circular /CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (Nota 2.21 c.); e • Tributos diferidos: Disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados (Nota 12). ***3.2.* Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Custo orçado de empreendimentos utilizado para reconhecimento de receita pelo método de percentual de conclusão da obra: julgamento para estimar os insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais, mão de obra e as margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada (Nota 2.21 c); • Perdas esperadas ("*impairment*") de contas a receber: mensuração de perdas de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais com principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda. (Nota 8); • Imóveis, veículos e outros bens retomados classificados como "Outros Ativos" no balanço patrimonial: determinação do valor justo menos custo da venda, dos quais a insuficiência é reconhecida registro de *impairment* (Nota 11); • Perdas por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis, como teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio e as principais premissas em relação ao valor recuperável (Nota 15); • Estimativas de vida útil e valor residual do ativo imobilizado, bem como análise de indicativos de *impairment* (Nota 16); • Provisão para demandas judiciais e administrativas reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (Nota 22). ***Mensuração do valor justo:*** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia e suas controladas estabelecem uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. A Companhia e suas controladas revisam regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas: • Nota 4 – Gestão de risco financeiro; e • Nota 5 – Instrumentos financeiros por categoria.

4. Gestão de risco financeiro: ***4.1.* Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia e suas controladas a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (risco de taxa de juros e risco cambial), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia e suas controladas se concentram na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e suas controladas. A gestão de risco é realizada pela Gestão de Finanças da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Gestão de Finanças da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros em conjunto com as unidades operacionais da Companhia e suas controladas. O Conselho de Administração estabelece princípios, através de políticas por escrito e realização de comitês, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de crédito, e investimento de excedentes de caixa. ***a. Risco de mercado: (i) Risco de taxas de juros:*** A Companhia e suas controladas estão expostas a risco de taxas de juros flutuantes. A remuneração das aplicações financeiras está exposta às variações do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) a uma taxa média de 102,4% do CDI. O custo de juros de empréstimos e financiamentos estão expostos a variações de (i) CDI (Certificado de Depósito Interbancário), indexados a CDI + 1,70% a 3,50% ao ano (dívidas em CDI + taxa pré, como CCBs, CRIs, Nota Promissória e Plano Empresário) e indexados a Rendimento da Poupança + 2,75% a 4,52% (dívidas pós fixadas, Plano Empresário); (ii) TR (Taxa Referencial), indexados a TR + 6,0% a 10,94% ao ano (dívidas em TR + taxa pré, como Plano Empresário). A Gestão de Finanças da Companhia e suas controladas consideram que, pela característica dos índices pelos quais suas aplicações e obrigações financeiras são indexadas, possíveis altas nas taxas de juros podem impactar seu custo de captação, afetando negativamente o resultado financeiro. Em contrapartida, a receita proveniente do rendimento das aplicações financeiras também pode ser afetada, porém de forma positiva. ***b. Risco de crédito:*** O risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrente do não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador. O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do varejo. Para bancos e instituições financeiras, alocamos os recursos da Companhia e suas controladas em entidades com baixo risco de crédito, priorizando, nesta ordem, segurança, liquidez e rentabilidade. Com relação às contas a receber, a Companhia e suas controladas restringem a sua exposição a riscos de crédito por meio de uma realização contínua de análise de crédito. ***c. Risco de liquidez:*** A previsão de fluxo de caixa é realizada pelas entidades operacionais da Companhia e suas controladas em conjunto com sua diretoria e reportada à Gestão de Finanças da Companhia. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas dos financiamentos em qualquer uma de suas linhas de crédito. O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em depósitos a prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para atender às necessidades da Companhia (Notas 6 e 7). O caixa e equivalente, aplicações financeiras e interfinanceiras e títulos e valores mobiliários são mantidos em instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- até AAA, baseado na agência de *rating* Fitch Ratings. Apesar do passivo circulante total da Companhia exceder seu ativo circulante total, a Companhia acredita que os fluxos de caixa das atividades operacionais, caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo, junto com os instrumentos financeiros derivativos e acesso a facilidades de empréstimos é suficiente para financiar as despesas de capital, o passivo financeiro e pagamento de dividendos no futuro. A Companhia optou por demonstrar os pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio, em sua demonstração de fluxo de caixa, como fluxo de caixa das atividades de financiamento, conforme permitido pelo pronunciamento contábil CPC 03. A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros em 31 de dezembro de 2023, incluindo pagamentos de juros estimados:

Controladora

Saldo Total a Pagar	Saldo Contábil	Fluxo de caixa contratual	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e quatro anos	Acima de quatro anos
Empréstimos e financiamentos	150.679	210.328	18.708	38.628	65.222	87.770
Passivo de arrendamento	2.560	2.982	793	785	1.348	56
Fornecedores	557	557	557	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	172.834	172.834	172.834	-	-	-
Credores diversos	50.637	50.637	2.607	2.760	6.022	39.248
Total	**377.267**	**437.338**	**195.499**	**42.173**	**72.592**	**127.074**

Consolidado

Saldo Total a Pagar	Saldo Contábil	Fluxo de caixa contratual	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e quatro anos	Acima de quatro anos
Passivo de arrendamento	4.383	5.504	1.190	1.158	1.924	1.232
Empréstimos e financiamentos	793.742	1.064.670	52.659	298.688	528.870	184.453
Fornecedores	56.196	56.196	56.196	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	174.071	174.071	174.071	-	-	-
Credores diversos	628.987	705.751	118.338	120.274	360.196	106.943
Total	**1.657.379**	**2.006.192**	**402.454**	**420.120**	**890.990**	**292.628**

***4.2.* Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade, proporcionando retorno aos acionistas e manter uma estrutura de capital ideal que possibilite redução de custos e o seu desenvolvimento. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia e suas controladas, a diretoria pode, com a autorização do Conselho de Administração, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, propor aumento de capital ou, ainda, alienar ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia e suas controladas monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos subtraído do montante de caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. O capital total corresponde à dívida líquida mais o patrimônio líquido. Os índices de alavancagem financeira (não incluí passivo de arrendamento) da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 podem ser assim sumariados:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Empréstimos e financiamentos, mútuos financeiros e instrumentos financeiros derivativos	150.679	-	789.924	646.283
Total dívida	150.679	-	789.924	646.283
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(7.746)	(92.427)	(272.725)	(289.738)
(-) Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	(39.409)	(56.920)	(86.169)	(67.494)
Dívida líquida	103.524	(149.347)	431.030	289.051
Total do patrimônio líquido	997.776	1.111.200	1.300.429	1.541.541
Total do capital	1.101.300	961.853	1.731.459	1.830.592
Índice de alavancagem financeira (%)	9,40	(15,53)	24,89	15,79

***4.3.* Análise de sensibilidade para exposição a taxa de juros:** Para a análise de sensibilidade de exposição de taxa de juros e de câmbio, a Companhia utiliza cenários para avaliar as posições ativas e passivas, considerando curvas de juros com variações de 25% e 50% de *stress.* A Companhia entende que esses percentuais atendem sua necessidade, já que a exposição é basicamente risco de taxa de juros e possui baixa volatilidade.

As tabelas a seguir demonstram a análise de sensibilidade preparada pela administração da Companhia e o efeito das operações em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Controladora 2023

	Moeda	Saldo em 31.12.2023	Provável (valor base)	Possível (+) 25%	Remoto (+) 50%	Possível (-) 25%	Remoto (-) 50%
Caixa e equivalentes de caixa	BRL	7.746	697	871	1.046	523	349
Aplicações financeiras	BRL	39.409	3.547	4.434	5.320	2.660	1.773
Empréstimos/Financiamentos – CDI	BRL	(150.680)	(16.682)	(20.136)	(23.591)	(13.227)	(9.772)
		(103.525)	**(12.438)**	**(14.831)**	**(17.225)**	**(10.044)**	**(7.650)**

Controladora 2022

	Moeda	Saldo em 31.12.2022	Provável (valor base)	Possível (+) 25%	Remoto (+) 50%	Possível (-) 25%	Remoto (-) 50%
Caixa e equivalentes de caixa	BRL	92.427	12.709	15.886	19.063	9.532	6.354
Aplicações financeiras	BRL	56.920	7.827	9.783	11.740	5.870	3.913
		149.347	**20.535**	**25.669**	**30.803**	**15.401**	**10.268**

Consolidado (Exceto RNI) 2023

	Moeda	Saldo em 31.12.2023	Provável (valor base)	Possível (+) 25%	Remoto (+) 50%	Possível (-) 25%	Remoto (-) 50%
Caixa e equivalentes de caixa	BRL	185.431	16.689	20.861	25.033	12.517	8.344
Aplicações financeiras	BRL	78.877	7.099	8.874	10.648	5.324	3.549
Empréstimos/financiamentos - CDI	BRL	(150.680)	(16.682)	(20.136)	(23.591)	(13.227)	(9.772)
Empréstimos/financiamentos - Cheque sem juros	ARS	(34)	-	-	-	-	-
		(434.850)	**(50.656)**	**(63.321)**	**(75.983)**	**(37.993)**	**(25.329)**

Consolidado (Exceto RNI) 2022

	Moeda	Saldo em 31.12.2022	Provável (valor base)	Possível (+) 25%	Remoto (+) 50%	Possível(-) 25%	Remoto (-) 50%
Caixa e equivalentes de caixa	BRL	219.182	26.850	33.562	40.275	20.137	13.425
Aplicações financeiras	BRL	63.290	7.753	9.961	11.629	5.815	3.876
Empréstimos/financiamentos - Cheque sem juros	ARS	(752)	-	-	-	-	-
		1.008.240	**152.247**	**187.294**	**222.340**	**117.199**	**82.152**

RNI Negócios Imobiliários

2023

	Cenário de perda: Queda 50%	Cenário de perda: Queda 25%	Cenário provável	Cenário provável: Aumento 25%	Cenário provável: Aumento 50%
IGPM	-1,68%	-2,52%	-3,36%	-4,20%	-5,04%
INCC	1,67%	2,51%	3,34%	4,18%	5,01%
CDI	5,88%	8,81%	11,75%	14,69%	17,63%

Ativos (passivos) líquidos	Efeito: Perda 25%	Efeito: Perda 50%	Resultado esperado com índice provável	Efeito: Aumento 25%	Efeito: Aumento 50%
CDI	(27.782)	(41.674)	(55.565)	(69.456)	(83.347)
INCC	1.696	2.544	3.392	4.240	5.088
IGPM	(3.855)	(5.783)	(7.711)	(9.639)	(11.566)
	(29.941)	(44.913)	(59.884)	(74.855)	(89.825)
	29.941	**(14.971)**	**-**	**(29.941)**	**14.971**

RNI Negócios Imobiliários

2022

	Cenário de perda: Queda 50%	Cenário de perda: Queda 25%	Cenário provável	Cenário provável: Aumento 25%	Cenário provável: Aumento 50%
IGPM	2,76%	4,13%	5,51%	6,89%	8,27%
INCC	4,70%	7,05%	9,40%	11,75%	14,10%
CDI	6,88%	10,31%	13,75%	17,19%	20,63%

Ativos (passivos) líquidos	Efeito: Perda 25%	Efeito: Perda 50%	Resultado esperado com índice provável	Efeito: Aumento 25%	Efeito: Aumento 50%
CDI	(34.901)	(52.351)	(69.801)	(87.252)	(104.702)
INCC	7.788	11.682	15.576	19.469	23.363
IGPM	7.580	11.369	15.159	18.949	22.739
	(19.533)	(29.300)	(39.066)	(48.834)	(58.600)
	19.533	**9.766**	**-**	**(9.768)**	**(9.766)**

Análise de sensibilidade para o câmbio: Com relação as aplicações em moeda estrangeira foram demonstradas os cenários: **(i) Provável:** Projeção do Boletim Focus (Banco Central) na data base do balanço para o próximo ano; **(ii) Valorização da moeda estrangeira:** Impacto de +25% e +50% nas taxas de câmbio com base no cenário provável; **(iii) Desvalorização da moeda estrangeira:** Impacto de -25% e -50% nas taxas de câmbio com base no cenário provável.

Consolidado 2023

Cotação USD 4,8413	Moeda	Saldo em 31.12.2023	Provável (valor base)	Possível (+) 25%	Remoto (+) 50%	Possível (-) 25%	Remoto (-) 50%
Caixa e equivalentes de caixa	USD	125.606	4.117	36.548	68.979	(28.313)	(60.744)
Aplicações financeiras	USD	27.256	893	7.931	14.968	(6.144)	(13.181)
Empréstimos/Financiamentos - Poupança	USD	(34)	(1)	(10)	(19)	8	16
		152.828	**5.009**	**44.469**	**83.928**	**(34.449)**	**(73.909)**

Consolidado 2022

Cotação USD 5,2177	Moeda	Saldo em 31/12/2023	Provável (valor base)	Possível (+) 25%	Remoto (+) 50%	Possível (-) 25%	Remoto (-) 50%
Caixa e equivalentes/TVM	USD	67.686	2.365	19.878	37.390	(15.148)	(32.661)
Aplicações financeiras	USD	44.149	1.543	12.965	24.388	(9.880)	(21.303)
Empréstimos/Financiamentos - Cheque sem juros	USD	(752)	(26)	(221)	(415)	168	363
		111.083	**3.882**	**32.622**	**61.363**	**(24.860)**	**(53.601)**

***4.4.* Instrumentos financeiros e estimativa de valor justo:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment)* no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. Abaixo segue a mensuração dos ativos e passivos (não há passivos mensurados a valor justo):

	Nível	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários					
- Fundos de investimento					
- Tesouraria	1	1	3	2	3
- Certificados de Depósitos Bancários - CDB	2	6.990	1.313	15.899	1.430
- Outros Fundos	1	-	9.054	27.673	78.622
- Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	13.675	18.785	29.350	20.278
- Letras Financeiras - LF	1	18.744	26.453	33.213	29.319
- Letras Financeiras Sênior Nivel II	1	-	1.315	-	1.329
- Over 1 dia	2	4.666	23.908	14.516	28.769
		44.076	80.831	120.653	159.750
Propriedades para investimentos	2	4.584	4.500	4.568	4.500

5. Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora – Valor contábil 2023	Controladora – Valor contábil 2022	Controladora – Valor justo 2023	Controladora – Valor justo 2022	Consolidado – Valor contábil 2023	Consolidado – Valor contábil 2022	Consolidado – Valor justo 2023	Consolidado – Valor justo 2022
Ativos (passivos) ao custo amortizado								
Caixa e equivalentes de caixa	3.079	68.516	3.079	68.516	230.951	192.940	230.951	192.940
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	7.290	4.202	7.290	4.202
Contas a receber de clientes	-	-	-	-	1.060.646	1.055.909	1.060.646	1.055.909
Outros ativos	199.994	57.138	199.994	57.138	244.045	253.176	244.045	253.176
Fornecedores	(557)	(487)	(557)	(487)	(56.196)	(55.093)	(56.196)	(55.093)
Empréstimos e financiamentos	(150.679)	-	(157.021)	-	(793.742)	(651.011)	(807.280)	(686.723)
Credores diversos	(50.637)	(52.834)	(50.637)	(52.834)	(628.987)	(687.218)	(628.987)	(687.218)
Passivo de arrendamento	(2.560)	(1.026)	(2.560)	(1.026)	(4.383)	(2.107)	(4.383)	(2.107)
Ativos (passivos) ao valor justo por meio do resultado								
Caixa e equivalentes de caixa	4.667	23.911	4.667	23.911	41.774	96.458	41.774	96.458
Aplicações financeiras, interfinanceiras e títulos e valores mobiliários	39.409	56.920	39.409	56.920	78.879	63.292	78.879	63.292
Propriedades para investimentos	4.584	4.500	4.584	4.500	4.584	4.500	4.584	4.500

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Caixa e bancos	625	793	31.914	37.659
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários				
Certificados de depósito bancário - CDB (ii)	2.454	67.723	199.037	155.281
Compromissadas - Lastro em Debêntures (iii)	-	-	-	340
Fundos de investimento (i)				
- Outros fundos	-	-	27.256	67.686
- Tesouraria	1	3	2	3
- Over 1 dia	4.666	23.908	14.516	28.769
	7.746	92.427	272.725	289.738

(i) Esses valores são representados, substancialmente, por títulos de renda fixa, remunerados as taxas que correspondem a aproximadamente 102,7% (Em 31 de dezembro de 2022 – 105,0%) da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"); (ii) Esse valor é representado por aplicações financeiras que são remunerados com base no Certificado de Depósito Interbancário – CDI, com remuneração média de 102,1% (Em 31 de dezembro de 2022 – média de 101,8%) do CDI. As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra dos títulos por parte dos próprios bancos emissores, e de revenda pelo cliente, com taxas definidas, prazos pré-determinados, lastreados por títulos privados ou públicos, dependendo das disponibilidades de lastro. As operações compromissadas com lastro em debêntures são remuneradas por uma taxa média de 78,4% do CDI em 31 de dezembro de 2022.

7. Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários podem ser assim sumariados:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	-	-	1.235
Aplicações financeiras compromissadas como garantias de ações judiciais	-	-	7.290	2.967
Fundos de Investimentos - FI (i)				
- Certificados de Depósito Bancário - CDB	6.990	1.313	15.899	1.430
- Outros Fundos	-	9.054	417	10.936
- Letras Financeiras do Tesouro - LFT (ii)	13.675	18.785	29.350	20.278
- Letras Financeiras - LF	18.744	26.453	33.213	29.319
- Letras Financeiras Sênior Nivel II	-	1.315	-	1.329
	39.409	56.920	86.169	67.494
Circulante	39.409	56.920	78.878	63.292
Não circulante	-	-	7.291	4.202

(i) Esses valores são representados, substancialmente, por títulos de renda fixa, remunerados as taxas que correspondem a aproximadamente 102,7% (Em 31 de dezembro de 2022 –105,0%) da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"); (ii) Esse valor é representado por títulos de renda fixa remunerados a taxa de 100% do CDI (Em 31 de dezembro de 2022 – 100% do CDI).

8. Contas a receber de clientes

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Devedores por compra de imóveis (a)	1.096.138	1.081.346
Duplicatas a receber (b)	6.591	12.144
Provisão para *impairment* (c)	(42.083)	(37.581)
	1.060.646	1.055.909
Circulante	386.042	355.581
Não circulante	674.604	700.328

(a) Os saldos de devedores por compra de imóveis referem-se às seguintes principais operações de venda de imóveis realizadas pelas controladas RNI, Jaux e GVInc, e são compostos por:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Créditos para contratação de financiamento (SFH) (i)	251.756	296.840
Créditos diretos com clientes (ii)	338.322	322.789
Outros créditos pro-soluto (iii)	266.209	232.981
Contas a receber por venda de terrenos (iv)	239.851	228.736
Total	1.096.138	1.081.346
Circulante	421.535	381.018
Não circulante	674.604	700.328

(i) Os créditos para contratação de financiamento com o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) referem-se ao valor de amortização que se encontra em processo de análise perante o agente do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) ou perante a incorporadora. (ii) Créditos direto com cliente são créditos dos clientes que as controladas mantêm em carteira até o fim do fluxo de caixa contratado, tenho como garantia real o próprio imóvel comercializado. Os saldos de créditos perante clientes da RNI e Jaux foram atualizados conforme cláusulas contratuais, pelos seguintes índices: até a entrega das chaves dos imóveis comercializados, pela variação do Índice Nacional de Construção Civil – INCC e após a entrega das chaves dos imóveis comercializados, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ou pela Taxa Referencial – TR, para Urbanismo os saldos de créditos são atualizados pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M desde o início do contrato. (iii) Outros créditos pró-soluto são valores a receber residual de clientes onde tiveram as unidades imobiliárias alienação junto a instituição financeira. (iv) As controladas efetuaram vendas de terrenos que estão segregadas conforme datas descritas nos respectivos contratos de compra e venda. Estas operações foram realizadas com os compromissos de pagamentos em moeda corrente, e Valor Geral de Vendas (VGV) com valor mínimo garantido. **Processo de repasse – incorporação imobiliária:** Quando a Companhia entrega seus empreendimentos, a maior parte dos clientes passa pelo processo de financiamento bancário (conhecido também como repasse), processo este requerido para a entrega das chaves e a tomada de posse da unidade. Clientes eventualmente não aprovados para financiamento bancário serão analisados individualmente e poderão ser distratados, não recebendo, assim, as chaves e não tomando posse do imóvel. Clientes sem condições de financiamento não receberão as unidades e a Companhia devolverá, conforme contrato, parte do saldo recebido e colocará as unidades à venda novamente. Os vencimentos dos valores em processo de repasse são referentes à data original que consta no contrato de compra e venda, sendo que a Companhia somente altera a data de vencimento no momento da efetiva renegociação com os clientes. (b) Referem-se a valores a receber substancialmente pela venda de veículos e peças. Os saldos em aberto são realizáveis no curto prazo e a análise sobre esses títulos feita pela diretoria da Companhia, não revelou expectativas de perdas em montante superior ao valor provisionado. Os vencimentos dessas contas a receber são como seguem:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
A vencer	5.931	8.372
Vencidas até 30 dias	516	2.122
Vencidas de 31 a 60 dias	87	1.022
Vencidas de 61 a 90 dias	2	469
Vencidas de 91 a 180 dias	-	159
Vencidas há mais de 180 dias	55	-
	6.591	12.144

(c) A Companhia e suas controladas aplicam uma abordagem simplificada para o cálculo do *impairment* de duplicatas a receber, segregando a carteira de clientes segundo sua categoria e aplicando um percentual variável, de acordo com a sua classificação, o risco que apresenta e o tempo de atraso. Os saldos dos clientes já estão líquidos da provisão para perdas esperadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Os saldos do ativo não circulante em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, estão compostos pelos seguintes vencimentos:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Vencidos (i)	41.942	35.081
A vencer:		
2024	6.096	193.998
2025	118.671	70.647
2026	93.901	56.844
2027	56.560	40.674
Após 2027	357.434	303.084
	674.604	700.328

(i) Os valores vencidos registrados no não circulante referem-se a clientes em discussão judicial com garantia real do imóvel visando recebimento integral ou a reintegração do imóvel.

A provisão para *impairment* de duplicatas a receber apresentou as seguintes movimentações:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Saldo em 1º de janeiro	(37.581)	(32.976)
Provisão para impairment de duplicatas a receber, líquida	(4.502)	(4.605)
Saldo em 31 de dezembro	(42.083)	(37.581)

Os saldos de créditos perante clientes são atualizados conforme cláusulas contratuais, pelos seguintes índices: • Até a entrega das chaves dos imóveis comercializados, pela variação do Índice Nacional de Construção Civil – INCC; • Após a entrega das chaves dos imóveis comercializados, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ou pela Taxa Referencial – TR; e • Para Urbanismo, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M desde o início do contrato. ***8.1. Ajuste a valor presente:*** Os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de curto prazo (se relevantes) e longo prazo, sem a previsão de remuneração ou sujeitas a: (i) juros prefixados; (ii) juros notoriamente abaixo do mercado para transações semelhantes; e (iii) reajustes somente por inflação, sem juros, ajustados a seu valor presente com base na taxa média de captação da Companhia deduzida do IPCA, sendo suas reversões reconhecidas no resultado do exercício na rubrica "receita de incorporação imobiliária" no período pré-chaves. Em 31 de dezembro de 2023, a taxa utilizada pela Companhia e suas controladas para ajustar esses ativos e passivos a valor presente é de 6,94% a.a. (6,64% a.a. em 31 de dezembro de 2022) que correspondem a sua taxa média de captação. Ajuste a valor presente calculado na carteira da Rodobens Urbanismo, em atendimento ao Pronunciamento Técnico Contábil – CPC 12, é utilizado para fins de descapitalização à taxa divulgada pela NTN-B de 10 anos (Nota do Tesouro Nacional – Série B), considerada a taxa que melhor reflete o prazo médio da carteira. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia e suas controladas possuíam registradas em créditos perante clientes R$ 7.052 de ajuste a valor presente (R$ 9.685 em 31 de dezembro de 2022). ***8.2. Cessão de recebíveis*:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a controlada RNI celebrou junto a instituição financeira um convênio, para contratação de operações de cessão de créditos prósoluto. A controlada RNI mantém a administração sobre os recebíveis sendo assim foi constituído um passivo financeiro na rubrica "Credores diversos", conforme Nota 20.

Consolidado

31 de dezembro de 2023	2024	2025	2026	2027	após 2027	Total
Cessão de recebíveis	28.709	19.521	16.240	11.545	7.027	83.042
Passivo circulante	28.709	-	-	-	-	28.709
Passivo não circulante	-	19.521	16.240	11.545	7.027	54.333

Consolidado

31 de dezembro de 2022	2023	2024	2025	2026	após 2026	Total
Cessão de recebíveis	24.350	19.612	17.240	12.987	14.325	88.514
Passivo circulante	24.350	-	-	-	-	24.350
Passivo não circulante	-	19.612	17.240	12.987	14.325	64.164

9. Estoques

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Imóveis a comercializar	819.030	916.327
Veículos nacionais novos	728	482
Peças, acessórios e pneus	3.531	2.829
	823.289	919.638
Circulante	390.025	407.068
Não circulante (imóveis)	433.264	512.570

Os imóveis classificados no "Não circulante" são terrenos para futuras incorporações com lançamentos previstos a partir de janeiro de 2025. (Nota 20). O valor contábil do terreno de um empreendimento é transferido para a conta "Imóveis em construção" quando o empreendimento é lançado. **Juros capitalizados:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o valor de juros capitalizados é de R$ 51.057 (R$ 32.781 em 31 de dezembro de 2022) no consolidado.

10. Tributos a recuperar

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	-	1	5.959	5.031
Programa de integração social - PIS	-	-	1.325	1.112
INSS a compensar	-	-	620	-
IOF - Contrato de mútuo	166	-	481	331
Tributos a recuperar - Argentina	-	-	9	2.989
Outros	1	83	372	527
	167	84	8.766	9.990

11. Outros ativos

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Créditos com terceiros (i)	28.211	33.874	36.277	44.875
Despesas antecipadas	208	377	23.834	21.336
Adiantamentos a fornecedores (iii)	-	1.193	3.165	943
Adiantamentos a terceiros	37	-	16.163	34.605
Transações a receber com partes relacionadas (Nota 13)	11.550	421	17.607	7.201
Despesas e custos a repassar para Empreendimentos Imobiliários	-	-	-	26.041
Contas a receber por alienação cotas	-	-	119.835	74.741
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) - (Nota 13) (iv)	150.680	-	-	-
Imóveis (ii)	7.910	19.485	7.910	19.485
Outros valores a receber	1.398	1.788	19.254	23.949
	199.994	57.138	244.045	253.176
Circulante	15.338	29.912	91.839	135.948
Não circulante	184.656	27.226	152.206	117.228

(i) Créditos, substancialmente, oriundos das vendas de imóveis a terceiros adquiridos da controlada RNI Negócios Imobiliários S.A. e do Banco Rodobens S.A. (ii) Referem-se a imóveis adquiridos, substancialmente, do Banco Rodobens com o objetivo de venda a terceiros. (iii) Referem-se substancialmente, a adiantamentos efetuados principalmente a fornecedores para aquisição de insumos e terrenos. (iv) Em 27 de dezembro de 2023 a Companhia e sua controlada RNI e GVInc firmaram contrato de compra e vendas de quotas, cessão de ativos e passivos atrelados aos recebíveis da RNI, onde alienou as cotas sociais da participação societária de 166 subsidiárias, e cedeu direitos e deveres de crédito da RNI à GVInc Participações e Gestão de Ativos Imobiliários Ltda. no montante de R$ 326.478. Adicionalmente, houve também a cessão dos empréstimos relacionados aos recebíveis que se encontravam registrados nas SPEs da controlada RNI para a Rodobens Participações S.A. no montante de R$ 151.078. O valor total da operação foi de R$ 175.400, sendo o recebimento de R$ 100.000 à vista, recebido entre os dias 11 a 20 de dezembro de 2023 e o restante será recebido em 5 parcelas anuais iniciando em 27 de dezembro de 2024 no valor de R$ 15.080, corrigidas pelo INCC. Referente as vendas das 166 SPEs foram elaborados Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio de livros contábeis em 30 de setembro de 2023 emitido pela empresa terceira Approach Auditores Independentes e para as cessões de ativos foi elaborado relatório de procedimentos previamente acordados também emitido pela empresa terceira Approach Auditores Independentes, com data de 30 de setembro de 2023. No entanto, conforme cláusulas do contrato de compra e venda de quotas, cessão de ativos e outras avenças, a data de fechamento da operação seria efetivada a partir de: i) celebração das alterações contratuais das SPEs; e ii) recebimento do valor a vista, no qual ocorreu em 31 de dezembro de 2023. O motivo da operação refere-se a geração de um aporte de capital imediato na controlada RNI, que monetiza ativos não estratégicos ao negócio. A administração destaca que o negócio faz parte de uma reestruturação organizacional, através da simplificação de suas operações.

12. Tributos diferidos: a. Composição dos créditos tributários: Os ativos diferidos de imposto de renda decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a realização provável desses tributos, a partir de projeções de resultados elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Controladora:

	Saldo em 2021	Resultado 2022	Saldo em 2022	Resultado 2023	Outros	Saldo em 2023
Créditos tributários diferidos						
No realizável a longo prazo						
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:						
Diferenças temporárias:						
Provisões de contingências	44	4	48	(34)	-	14
Provisão sobre participação nos lucros	1.697	182	1.879	144	-	2.023
Redução do valor recuperável de ativos *impairment*	-	-	-	-	-	-
Outros	727	(372)	355	723	111	1.189
	2.468	(186)	2.282	833	111	3.226
Pis e cofins sobre outras diferenças temporárias	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
Saldos compensáveis de tributos diferidos sobre diferenças temporárias	(700)	(278)	(978)	(533)	-	(1.511)
	1.768	(464)	1.304	300	111	1.715
Débitos tributários diferidos						
No passivo não circulante						
Imposto de renda e contribuição social diferidos:						
Arrendamento	700	(382)	318	532	-	850
Receita reconhecida pela evolução e não realizadas financeiramente	-	-	-	-	-	-
Outros	-	660	660	4	(3)	661
	700	278	978	536	(3)	1.511
Pis e cofins diferidos s/Receita reconhecida pela evolução e não realizadas financeiramente	-	-	-	-	-	-
Pis e cofins sobre outras diferenças temporárias	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
Saldos compensáveis de tributos diferidos sobre diferenças temporárias	(700)	(278)	(978)	(533)	-	(1.511)
	-	-	-	3	(3)	-

Consolidado:

	Saldo em 2021	Resultado 2022	Efeito em patrimônio líquido em 2022	Saldo em 2022	Resultado 2023	Efeito em patrimônio líquido em 2023	Saldo em 2023
Créditos tributários diferidos							
No realizável a longo prazo							
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:							
Diferenças temporárias:							
Provisões de contingências	48	348	-	396	393	-	789
Provisão sobre participação nos lucros	2.753	494	-	3.247	251	-	3.498
Redução do valor recuperável de ativos *impairment*	4.756	532	(2.171)	3.117	(5)	699	3.811
Outros	1.280	(358)	33	955	1.034	(71)	1.919
	8.837	1.016	(2.138)	7.715	1.673	628	10.017
Pis e cofins sobre outras diferenças temporárias	27	(27)	-	-	-	-	-
	27	(27)	-	-	-	-	-
Saldos compensáveis de tributos diferidos sobre diferenças temporárias	(949)	(380)	-	(1.329)	(761)	-	(2.090)
	7.915	609	(2.138)	6.386	912	628	7.927
Débitos tributários diferidos							
No passivo não circulante							
Imposto de renda e contribuição social diferidos:							
Arrendamento	938	(274)	-	664	765	-	1.429
Receita reconhecida pela evolução e não realizadas financeiramente	20.146	3.803	-	23.949	(206)	-	23.743
Outros	1.612	506	(5)	2.113	(783)	(245)	1.085
	22.696	4.035	(5)	26.726	(224)	(245)	26.257
Pis e cofins diferidos s/Receita reconhecida pela evolução e não realizadas financeiramente	17.789	(17.789)	-	-	18.424	-	18.424
Pis e cofins sobre outras diferenças temporárias	195	22.216	-	22.411	(22.125)	-	286
	17.984	4.427	-	22.411	(3.701)	-	18.710
Saldos compensáveis de tributos diferidos sobre diferenças temporárias	(949)	(380)	-	(1.329)	(761)	-	(2.090)
	39.731	8.082	(5)	47.808	(4.686)	(245)	42.877

Na controladora, os ativos diferidos de imposto de renda decorrentes de diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a realização provável desses tributos, a partir de projeções de resultados elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. No consolidado, os débitos tributários diferidos são, substancialmente, oriundos das operações da RNI Negócios Imobiliários S.A., onde o imposto de renda, a contribuição social sobre o lucro, o PIS e a COFINS diferidos são calculados tomando por base as receitas apropriadas ao resultado dos exercícios que não foram realizadas financeiramente (recebidas). O recolhimento será efetuado à medida dos respectivos recebimentos, em conformidade com o estabelecido pelo critério fiscal adotado pela controlada. A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada na Nota 24. **b. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos:** Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos para os seguintes itens, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia e suas controladas possam utilizar seus benefícios.

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Prejuízo fiscal de imposto de renda	27.872	28.039	466.580	446.501
Base negativa de contribuição social	35.017	32.652	474.471	451.519
Efeito tributário	10.120	9.948	159.348	152.263

continua...

...continuação

RODOBENS PARTICIPAÇÕES S.A.

13. Partes relacionadas

a. Saldos em 31 de dezembro

Controladora 2023

	Ativo					Passivo					Resultado		
	Dividendos a receber	Juros sobre o capital próprio a receber	Outros ativos	Contas a receber de clientes	Aplicações financeiras	Dividendos a pagar	Juros sobre o capital próprio a pagar	Outros passivos (i)	Fornecedores	Passivo de arrendamento	Receitas financeiras	Despesas administrativas	Despesas financeiras
Banco Rodobens S.A.	-	-	-	-	551	-	-	-	-	-	4.707	-	-
Casa Bela Locação de Imóveis e Participações Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	13	221	-	(119)	(25)
GVC Geração de Valor em Cobrança Ltda.	-	-	-	15	-	-	-	-	10	-	-	-	-
Regina Célia Zecchin Torres	-	-	-	-	-	-	-	-	-	47	-	(26)	(5)
RNI Negócios Imobiliários S.A.	-	-	-	-	-	-	-	50.637	-	-	-	-	-
Rodobens S.A.	105.773	12.992	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-
Rodobens Locação de Imóveis Ltda.	34.834	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Verhaw Locação de Equip. de Informática Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	(59)	-
Acionistas (pessoas físicas)	-	-	11.087	-	-	164.334	8.500	-	100	-	-	(159)	-
Outros (ii)	3.329	-	151.143	49	-	-	-	-	43	-	1.057	(235)	-
	143.936	12.992	162.230	64	551	164.334	8.500	50.637	172	268	5.764	(598)	(30)

Controladora 2022

	Ativo					Passivo					Resultado		
	Dividendos a receber	Juros sobre o capital próprio a receber	Outros ativos	Contas a receber de clientes	Aplicações financeiras	Dividendos a pagar	Juros sobre o capital próprio a pagar	Outros passivos (i)	Fornecedores	Passivo de arrendamento	Receitas financeiras	Despesas administrativas	Despesas financeiras
Banco Rodobens S.A.	-	-	-	-	53.302	-	-	-	3	-	3.831	-	-
Casa Bela Locação de Imóveis e Participações Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	342	-	(109)	(33)
GVC Geração de Valor em Cobrança Ltda.	3.200	-	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Regina Célia Zecchin Torres	-	-	-	-	-	-	-	-	-	72	-	(24)	(7)
RNI Negócios Imobiliários S.A.	1.769	-	-	-	-	-	-	52.834	-	-	-	-	-
Rodobens S.A.	45.021	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rodobens Locação de Imóveis Ltda.	29.867	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Verhaw Locação de Equip. de Informática Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-	(105)	-
Acionistas (pessoas físicas)	-	-	-	-	-	44.333	-	-	-	-	-	(157)	-
Outros	-	-	71	-	-	-	-	31	13	-	70	(209)	-
	79.857	-	82	-	53.302	44.333	-	52.865	22	414	3.901	(604)	(40)

(i) Na controladora, refere-se à aquisição de 324.039.647 ações da SPE Sistema Fácil, Incorporadora Imobiliária – Goiânia I – SPE Ltda (Nota 14 (b));
(ii) Valores a receber da controlada GVInc. Participações e Gestão de Ativos Imobiliários Ltda. referente a cessão de Certificado de Recebíveis Imobiliários (Nota (iv)).

Consolidado 2023

	Ativo					Passivo					Resultado			
	Dividendos a receber	Juros sobre o capital próprio a receber	Outros ativos	Contas a receber de clientes	Aplicações financeiras	Dividendos a pagar	Juros sobre o capital próprio a pagar	Outros passivos (i)	Fornecedores	Passivo de arrendamento	Receitas financeiras	Receitas com as vendas	Despesas administrativas	Despesas financeiras
Banco Rodobens S.A.	-	-	-	1.216	14.889	-	-	-	-	389	6.119	14.847	(49)	-
BrQualy Administradora de Consórcios Ltda.	-	-	-	108	-	-	-	-	-	-	-	1.609	(28)	-
Casa Bela Locação de Imóveis e Participações Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	23	-	-	-	(221)	(43)
CNF - Administradora de Consórcios Nacional Ltda.	-	-	-	132	-	-	-	-	-	-	-	1.584	(5)	-
Portobens Administradora de Consórcios Ltda.	-	-	-	371	-	-	-	-	-	-	-	3.860	(8)	-
Regina Célia Zecchin Torres	-	-	-	-	-	-	-	-	-	83	-	-	(48)	(9)
Rodobens Administradora de Consórcios Ltda.	-	-	-	905	-	-	-	-	181	1.055	-	14.320	(38)	-
Rodobens Comércio e Locação de Veículos Ltda.	-	-	-	352	-	-	-	-	5	23.456	-	3.130	(57)	-
Rodobens S.A.	105.773	12.992	-	2	-	-	-	-	4	9	-	16	-	-
Verhaw Locação de Equip. de Informática Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	42	-	-	-	(567)	-
Acionistas (pessoas físicas)	-	-	11.087	-	-	165.571	8.500	-	100	-	-	-	(159)	-
Outros	-	-	12.276	304	-	-	-	1.938	2	15.310	1.795	2.724	(351)	(145)
	105.773	12.992	23.363	3.390	14.889	165.571	8.500	1.938	357	40.302	7.914	42.090	(1.531)	(197)

Consolidado 2022

	Ativo					Passivo					Resultado			
	Dividendos a receber	Juros sobre o capital próprio a receber	Outros ativos	Contas a receber de clientes	Aplicações financeiras	Dividendos a pagar	Juros sobre o capital próprio a pagar	Outros passivos (i)	Fornecedores	Passivo de arrendamento	Receitas financeiras	Receitas com as vendas	Despesas administrativas	Despesas financeiras
Banco Rodobens S.A.	-	-	-	716	63.234	-	-	-	9	-	7.451	10.048	(65.711)	-
BrQualy Administradora de Consórcios Ltda.	-	-	-	109	-	-	-	-	-	-	-	1.270	-	-
Casa Bela Locacao de Imóveis e Participações Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	603	-	-	(204)	(58)
CNF - Administradora de Consórcios Nacional Ltda.	-	-	-	231	-	-	-	-	-	-	-	1.736	-	-
Portobens Administradora de Consórcios Ltda.	-	-	-	324	-	-	-	-	-	-	-	3.429	-	-
Regina Célia Zecchin Torres	-	-	-	-	-	-	-	-	-	127	-	-	(29)	(13)
Rodobens Administradora de Consórcios Ltda.	-	-	-	963	-	-	-	267	-	1.511	-	11.364	(7)	-
Rodobens Comércio e Locação de Veículos Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	10	-	-	3.862	-	-
Rodobens S.A.	45.021	-	-	2	-	-	-	-	-	28	-	52	-	-
Verhaw Locação de Equip. de Informática Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	84	-	-	-	(662)	-
Acionistas (pessoas físicas)	-	-	-	-	-	45.266	-	-	1	-	-	-	(163)	-
Outros	-	-	7.201	579	-	3.191	-	2.206	11	23.228	705	3.403	(231)	-
	45.021	-	7.201	2.924	63.234	48.457	-	2.473	115	25.497	8.156	35.164	(67.007)	(71)

b. Remuneração do pessoal chave da administração: ***Benefícios de curto prazo:*** O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores, membros do Comitê Executivo e o chefe de Auditoria Interna. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Salários, bônus e outras gratificações	5.418	4.990	11.501	9.772
Participação nos Lucros	-	-	1.690	1.432
Benefícios	58	50	381	274
Encargos trabalhistas	1.287	1.170	2.871	2.462
	6.763	6.210	16.443	13.940

A Companhia não possui benefícios de longo prazo relacionados a rescisão de contrato de trabalho, outros benefícios de longo prazo e remuneração com base em ações. **c. Estoques e outros ativos:** Em 2022, a controlada Rodobens Adm de Ativos Imobiliários efetuou transações envolvendo aquisições de imóveis de partes relacionadas pelo valor de laudo de avaliação, com pagamento à vista, totalizando o valor de R$ 38.135. **d. Aquisição de direitos creditórios:** Em dezembro de 2022, a controlada Rodobens Adm de Ativos Imobiliários efetuou a compra de direitos creditórios (Cessão de crédito) de partes relacionadas pelo valor de mercado (Laudo de avaliação), totalizando um valor de aquisição de R$ 24.192. **e. Garantias de empréstimos:** A Companhia presta avais a Instituições financeiras relacionados a linhas de créditos concedidos a controlada RNI Negócios Imobiliários S.A. para Cédula de crédito Bancário, Nota Promissória, Certificado de Recebíveis Imobiliários e Plano empresário (Nota n° 18).

14. Investimentos

a. Informações sobre investimentos

Controladora

	Quantidade de ações e quotas possuídas (em lotes de mil)	Percentual de participação direta %	Ativo circulante 31.12.2023	Ativo não circulante 31.12.2023	Total do ativo 31.12.2023	Passivo circulante 31.12.2023	Passivo não circulante 31.12.2023	Total do passivo 31.12.2023	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício	Investimentos 31.12.2023	Investimentos 31.12.2022	Equivalência patrimonial 31.12.2023	Equivalência patrimonial 31.12.2022
Em 31 de dezembro de 2023														
WV Holdings Ltd.	30.305	100,00	152.862	40.867	193.729	375	-	375	193.355	7.883	193.356	174.277	7.883	(7.787)
AF Tatuapé Veículos Ltda.	1.539	100,00	301	-	301	1	-	1	300	(12)	5.581	5.593	(12)	(10)
Delta Veículos Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.645	(109)	(121)
DM Motors do Brasil Ltda.	35.833	100,00	2.326	13.374	15.700	327	2.209	2.536	13.164	(7.748)	11.374	18.737	(6.599)	(816)
Green Star Peças e Veículos Ltda.	10.378	100,00	564	1.813	2.377	14	59	73	2.304	(1.084)	2.303	2.197	(922)	(44)
GVC Geração de Valor em Cobrança Ltda.	256	80,00	12.914	6.115	19.029	12.030	1.504	13.534	5.495	11.852	4.396	434	9.482	6.423
Ilha Bela Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	6.339	100,00	3.365	2.315	5.680	16	823	839	4.841	(981)	4.842	6.922	(979)	(238)
RCE Digital Ltda.	3.870	90,00	2.603	2.144	4.747	663	40	703	4.044	(587)	3.669	4.364	(565)	109
Rio Bahia Locação de Imóveis Ltda.	1.864	93,77	2.041	-	2.041	10	-	10	2.031	714	6.252	6.464	669	942
RNI Negócios Imobiliários S.A.	14.746	33,69	834.940	1.089.739	1.924.679	454.565	1.008.961	1.463.526	461.153	(193.748)	149.993	215.608	(65.258)	7.284
Rodobens Administração de Ativos Imobiliários Ltda.	128.010	100,00	65.035	35.282	100.317	3.890	152	4.042	96.275	(19.415)	96.275	115.690	(19.415)	(23.526)
Rodobens Locação de Imóveis Ltda.	69.731	99,56	53.852	56.586	110.438	1.323	35.817	37.140	73.298	6.367	73.023	79.001	6.389	6.478
Verdade Locação de Imóveis Ltda.	2.750	75,64	1.164	7.762	8.926	39	4.400	4.439	4.487	1.751	3.396	7.289	1.325	(43)
Sistem Fácil, Incorporadora Imobiliária - Goiânia I - SPE LTDA	1.296.158	25,00	19.088	115.514	134.602	692	8.516	9.208	125.394	5.930	56.520	54.591	4.602	1.474
GVInc Participações e Gestão de Ativos Ltda	100.000	100,00	48.601	308.499	357.100	24.206	231.633	255.839	99.805	(195)	99.805	-	(195)	-
Rodobens S.A.	251.787	26,33	321.219	2.111.908	2.433.127	1.408.620	73.785	1.482.405	950.722	478.786	250.318	228.809	126.346	124.002
Outros											39	517	51	(1.286)
Total			**1.520.875**	**3.791.918**	**5.312.793**	**1.906.771**	**1.367.899**	**3.274.670**	**2.036.668**	**289.513**	**961.142**	**922.138**	**62.693**	**112.841**
Investimentos negativos														
Jaux Holdings Ltda.	3.258	99,99	261	102	363	1.831	457	2.288	(1.925)	(967)	(1.863)	(2.287)	(1.080)	(1.284)
											(1.863)	**(2.287)**	**(1.080)**	**(1.284)**
											959.279	**919.851**	**61.613**	**111.557**

b. Movimentação dos investimentos

Controladora

	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Integralização/ aquisição (venda) de quotas/ações	Baixa por incorporações	Ajuste patrimonial	Juros sobre capital próprio	Distribuição de dividendos	AFAC (Adiantamento para futuro aumento de capital)	Ajuste de avaliação patrimonial	Ajustes de economia hiperinflacionária	Resultado de equivalência patrimonial	Saldos em 31 de dezembro 2023	Valor do investimento	Mais valia de participação societária	Ágio	Saldos em 31 de dezembro de 2023
WV Holdings Ltd.	174.277	150.588	-	-	-	-	(104.881)	(61.046)	26.535	7.883	193.356	193.356	-	-	193.356
AF Tatuapé Veículos Ltda.	5.593	-	-	-	-	-	-	-	-	(12)	5.581	300	5.281	-	5.581
Delta Veículos Ltda.	1.645	-	(1.535)	-	-	-	-	(33)	32	(109)	-	-	-	-	-
DM Motors do Brasil Ltda.	18.737	-	-	(417)	-	-	-	(746)	399	(6.599)	11.374	11.374	-	-	11.374
Green Star Peças e Veículos Ltda.	2.197	1.208	-	(126)	-	-	-	(89)	35	(922)	2.303	2.303	-	-	2.303
GVC Geração de Valor em Cobrança Ltda.	434	-	-	-	-	(5.520)	-	-	-	9.482	4.396	4.396	-	-	4.396
Ilha Bela Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	6.922	-	-	(1.101)	-	-	-	-	-	(979)	4.842	4.842	-	-	4.842
Jaux Holdings Ltda.	(2.288)	1.505	-	-	-	-	-	-	-	(1.080)	(1.863)	(1.863)	-	-	(1.863)
RCE Digital Ltda.	4.364	-	-	-	-	(130)	-	-	-	(565)	3.669	3.639	-	30	3.669
Rio Bahia Locação de Imóveis Ltda.	6.464	-	-	-	-	(881)	-	-	-	669	6.252	1.904	4.348	-	6.252
RNI Negócios Imobiliários S.A.	215.608	-	-	-	-	(357)	-	-	-	(65.258)	149.993	149.993	-	-	149.993
Rodobens Administração de Ativos Imobiliários Ltda.	115.690	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.415)	96.275	96.275	-	-	96.275
Rodobens Holding Ltda.	38	-	-	-	-	-	-	-	-	-	38	38	-	-	38
Rodobens Locação de Imóveis Ltda.	79.001	-	-	(1.913)	-	(10.454)	-	-	-	6.389	73.023	73.023	-	-	73.023
Rodobens Negócios e Soluções Ltda.	414	-	(430)	-	-	-	-	-	-	16	-	-	-	-	-
Rodobens Veículos Comerciais Recife Ltda.	65	-	(100)	-	-	-	-	-	-	35	-	-	-	-	-
Verdade Locação de Imóveis Ltda.	7.289	-	-	-	-	(5.218)	-	-	-	1.325	3.396	3.396	-	-	3.396
Sistema Fácil, Incorporadora Imobiliária - Goiânia I - SPE Ltda.	54.591	-	-	-	-	(2.673)	-	-	-	4.602	56.520	31.350	-	25.170	56.520
GVInc Participações e Gestão de Ativos Ltda	-	100.000	-	-	-	-	-	-	-	(195)	99.805	99.805	-	-	99.805
Rodobens S.A.	228.809	-	-	1.075	(15.285)	(93.751)	-	3.124	-	126.346	250.318	250.318	-	-	250.318
Outros	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	1
	919.851	253.301	(2.065)	(2.482)	(15.285)	(118.984)	(104.881)	(58.790)	27.002	61.613	959.279	924.450	9.629	25.200	959.279
Provisão para perdas com investimentos - Passivo (Nota 21)	(2.287)														(1.863)
	922.138														961.142

Controladora

	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Integralização/ aquisição (venda) de quotas/ações	Baixa por incorporações	Ajuste patrimonial	Juros sobre capital próprio	Distribuição de dividendos	AFAC (Adiantamento para futuro aumento de capital)	Ajuste de avaliação patrimonial	Ajustes de economia hiperinflacionária	Resultado de equivalência patrimonial	Saldos em 31 de dezembro 2022	Valor do investimento	Mais valia de participação societária	Ágio	Saldos em 31 de dezembro de 2022
WV Holdings Ltd.	73.928	-	-	-	-	-	104.881	(30.316)	33.571	(7.787)	174.277	174.277	-	-	174.277
AF Tatuapé Veículos Ltda.	5.603	-	-	-	-	-	-	-	-	(10)	5.593	312	5.281	-	5.593
Delta Veículos Ltda.	1.889	-	-	(138)	-	-	-	(20)	35	(121)	1.645	1.645	-	-	1.645
DM Motors do Brasil Ltda.	21.485	-	-	(1.990)	-	-	-	(448)	506	(816)	18.737	18.737	-	-	18.737
Green Star Peças e Veículos Ltda.	2.416	-	-	(196)	-	-	-	(29)	50	(44)	2.197	2.197	-	-	2.197
GVC Geração de Valor em Cobrança Ltda.	414	-	-	-	-	(6.403)	-	-	-	6.423	434	434	-	-	434
Ilha Bela Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	7.160	-	-	-	-	-	-	-	-	(238)	6.922	6.922	-	-	6.922
Itabens Participações Ltda.	1.035	(1.087)	-	-	-	-	-	-	-	52	-	-	-	-	-
Jaux Holdings Ltda.	(1.635)	572	-	-	-	-	59	-	-	(1.284)	(2.288)	(2.288)	-	-	(2.288)
Juillan Holdings Ltda.	(1.367)	2.178	-	-	-	-	-	-	-	(810)	1	1	-	-	1
Junas Holdings Ltda.	(90)	675	-	-	-	-	-	-	-	(585)	-	-	-	-	-
Promogreen Promotora de Vendas e Prestação de Serviços Ltda.	203	(203)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RCE Digital Ltda.	4.459	-	-	-	-	(204)	-	-	-	109	4.364	4.334	-	30	4.364
Rio Bahia Locação de Imóveis Ltda.	6.362	-	-	-	-	(840)	-	-	-	942	6.464	2.116	4.348	-	6.464
RNI Negócios Imobiliários S.A.	210.259	-	-	-	-	(1.935)	-	-	-	7.284	215.608	215.608	-	-	215.608
Rodobens Administração de Ativos Imobiliários Ltda.	137.216	2.000	-	-	-	-	-	-	-	(23.526)	115.690	115.690	-	-	115.690
Rodobens Holding Ltda.	38	-	-	-	-	-	-	-	-	-	38	38	-	-	38
Rodobens Locação de Imóveis Ltda.	118.320	-	-	-	-	(45.797)	-	-	-	6.478	79.001	79.001	-	-	79.001
Rodobens Negócios e Soluções Ltda.	377	-	-	-	-	-	-	-	-	37	414	414	-	-	414
Rodobens Veículos Comerciais Recife Ltda.	45	-	-	-	-	-	-	-	-	20	65	65	-	-	65
Verdade Locação de Imóveis Ltda.	8.493	-	-	-	-	(1.161)	-	-	-	(43)	7.289	7.289	-	-	7.289
Sistema Fácil, Incorporadora Imobiliária - Goiânia I - SPE Ltda.	55.845	-	-	-	-	(2.728)	-	-	-	1.474	54.591	29.421	-	25.170	54.591
Rodobens S.A.	169.410	-	-	-	(11.615)	(54.637)	-	1.649	-	124.002	228.809	228.809	-	-	228.809
	821.865	4.135	-	(2.324)	(11.615)	(113.705)	104.940	(29.164)	34.161	111.557	919.851	885.022	9.629	25.200	919.851
Provisão para perdas com investimentos - Passivo (Nota 21)	(3.092)														(2.287)
	824.957														922.138

c. Comentários sobre as principais movimentações relativas às empresas controladas e coligadas: A equivalência patrimonial foi calculada com base em demonstrações financeiras das controladas e coligadas na data base 31 de dezembro de 2023 e 2022. No exercício findo em 2023, as controladas Delta Veículos Ltda. e Rodobens Veículos Comerciais Recife Ltda. foram baixadas por distrato social, tendo seus respectivos ativos líquidos vertidos à Companhia. Em novembro de 2023, foi criada a empresa controlada GVInc Participações e Gestão de Ativos Imobiliários Ltda., empresa que tem como objeto social, a participação em outras sociedades e gestão de ativos imobiliários. O capital social da empresa é de R$ 100.000, integralizados em moeda corrente nacional em dezembro de 2023. Em dezembro de 2022, a Companhia aumentou capital na controlada no exterior WV Holding LTD por meio de integralização de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) no montante de R$ 104.881, representando um aumento de US$ 20.000 mil de dólares. Adicionalmente, em janeiro de 2023, a Companhia realizou novo adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) no montante de R$ 45.707, representando um aporte de U$ 8.800 mil dólares efetuados em dinheiro por meio de remessa bancária (*SWIFT*), posteriormente convertidos em aumento de capital em abril de 2023. Durante o ano de 2022, a Companhia integralizou capital em investidas: • Em junho de 2022, a Companhia integralizou capital em suas investidas Juillan Holdings Ltda., Junas Holdings Ltda. e Rodobens Administração de Ativos Imobiliários Ltda. nos montantes, respectivamente, de R$ 324, R$ 302 e R$ 2.000, em moeda corrente. Ainda, a Companhia integralizou capital em suas investidas Juillan Holdings Ltda. e Junas Holdings Ltda. por meio de integralização de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) nos montantes, respectivamente, de R$ 1.863 e R$ 393; • Em julho de 2022, a Companhia integralizou capital em sua investida Jaux Holdings Ltda. por meio de integralização de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) no montante de R$ 542; • Em janeiro de 2022 houve a baixa da investida Promogreen Promotora de Vendas e Prestação de Serviços Ltda. conforme distrato social; • Em julho de 2022 houve a baixa da investida Itabens Participações Ltda. conforme distrato social; • Em julho de 2022 as investidas Juillan Holdings Ltda. e Junas Holdings Ltda. foram incorporadas pela investida Jaux Holdings Ltda.; • Em novembro de 2022 foi aprovado aporte de capital pela Companhia em sua investida no exterior WV Holding LTD por meio de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC), no montante de R$ 104.881, representando um aporte de US$ 20.000 mil de dólares efetuados em dinheiro por meio de remessa bancária (*SWIFT*).

d. Investimentos em sociedades coligadas, controladas e controladas em conjunto

Consolidado

	Quantidade de ações e quotas possuídas (em lotes de mil)	Percentual de participação direta e indireta	Ativo Circulante 31.12.2023	Ativo Não Circulante 31.12.2023	Total do Ativo 31.12.2023	Passivo Circulante 31.12.2023	Passivo Não Circulante 31.12.2023	Total do Passivo 31.12.2023	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	2023 Valor do investimento	2023 Valor de perda com investimento (passivo)	2023 Resultado de equivalência patrimonial	2022 Valor do investimento	2022 Valor perda com investimento (passivo)	2022 Resultado de equivalência Patrimonial
Empreendimentos Imobiliários - Sistema Fácil - SPEs (25)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35.216	(4.015)	(7.912)	46.685	(2.071)	6.368
Sistema Fácil, Incorporadora Imobiliária - Goiânia I - SPE Ltda.	1.296.158	50%	19.088	115.514	134.602	692	8.516	9.208	125.394	5.930	87.531	-	8.858	84.019	-	2.956
Rodobens S.A.	251.787	26,37%	321.219	2.111.908	2.433.127	1.408.620	73.785	1.482.405	950.722	478.786	250.318	-	126.346	228.809	-	124.002
Outros											109	-	(3)	38	-	545
											373.174	(4.015)	127.289	359.551	(2.071)	133.871

Abaixo estão demonstradas as movimentações dos investimentos:

Consolidado

Empresas	Saldo em 31.12.2022	Distribuição de dividendos	Juros sobre o capital próprio	Ajuste de avaliação patrimonial	Integralização/aquisição (venda) de quotas/ações	Adiantamento para futuro aumento de capital	Outros	Resultado com equivalência patrimonial	Saldo em 31.12.2023
Empreendimentos Imobiliários - Sistema Fácil	46.685	(5.874)	-	-	(348)	2.561	(20)	(7.778)	35.226
Sistema Fácil, Incorporadora Imobiliária - Goiânia I - SPE Ltda.	84.019	(2.673)	-	-	(2.673)	-	-	8.848	87.521
Rodobens S.A.	228.809	(93.751)	(15.285)	3.124	-	-	1.075	126.346	250.318
Outros	38	-	-	-	-	-	74	(3)	109
	359.551	(102.298)	(15.285)	3.124	(3.021)	2.561	1.129	127.413	373.174
Investimentos com passivo a descoberto									
Empreendimentos Imobiliários - Sistema Fácil	(2.071)	-	-	-	(1.840)	23	(3)	(124)	(4.015)
Total dos investimentos	357.480	(102.298)	(15.285)	3.124	(4.861)	2.584	1.126	127.289	369.159

Consolidado

Empresas	Saldo em 31.12.2021	Distribuição de dividendos	Juros sobre o capital próprio	Ajuste de avaliação patrimonial	Integralização/aquisição (venda) de quotas/ações	Adiantamento para futuro aumento de capital	Outros	Resultado com equivalência patrimonial	Saldo em 31.12.2022
Empreendimentos Imobiliários - Sistema Fácil	38.330	-	-	-	(5.370)	4.324	153	6.521	46.685
Sistema Fácil, Incorporadora Imobiliária - Goiânia I - SPE Ltda.	86.518	(2.728)	-	-	-	-	-	2.956	84.019
Rodobens S.A.	169.410	(54.637)	(11.615)	1.649	-	-	-	124.002	228.809
Outros	10	-	-	-	-	-	(364)	545	38
	294.268	(57.365)	(11.615)	1.649	(5.370)	4.324	(211)	134.024	359.551
Investimentos com passivo a descoberto									
Empreendimentos Imobiliários - Sistema Fácil	(2.074)	-	-	-	-	156	-	(153)	(2.071)
Total dos investimentos	292.194	(57.365)	(11.615)	1.649	(5.370)	4.480	(211)	133.871	357.480

15. Intangível

Controladora

	Software	Marcas e patentes	Total
Em 31 de dezembro de 2022			
Saldo inicial	-	76	76
Aquisição	48	-	48
Amortização	(6)	(11)	(17)
Saldo contábil líquido	42	65	107
Saldos em 31 de dezembro de 2022			
Custo total	48	175	223
Amortização acumulada	(6)	(110)	(116)
Saldo contábil líquido	42	65	107
Em 31 de dezembro de 2023			
Saldo inicial	42	65	107
Aquisição	940	5	945
Amortização	(928)	(11)	(939)
Saldo contábil líquido	54	59	113
Saldos em 31 de dezembro de 2023			
Custo total	1.080	181	1.261
Amortização acumulada	(1.026)	(122)	(1.148)
Saldo contábil líquido	54	59	113
Taxas anuais de amortização - %	20%	10%	

Consolidado

	Software	Marcas e patentes	Mais valia de investimentos (Nota 14)	Outros bens intangíveis	Total
Em 31 de dezembro de 2022					
Saldo inicial	6.311	1.054	9.659	412	17.436
Aquisições	32	-	-	-	32
Ajuste de conversão	1.797	6	-	645	2.448
Alienação	(141)	-	-	-	(141)
Amortização	(1.299)	(146)	-	-	(1.445)
Saldo contábil líquido	6.700	914	9.659	1.057	18.330
Saldos em 31 de dezembro de 2022					
Custo total	22.303	1.624	9.659	1.157	34.743
Amortização acumulada	(15.603)	(710)	-	(100)	(16.413)
Saldo contábil líquido	6.700	914	9.659	1.057	18.330
Em 31 de dezembro de 2023					
Saldo inicial	6.700	914	9.659	1.057	18.330
Ajuste de conversão	(52)	-	-	-	(52)
Aquisições	995	5	-	1.430	2.430
Amortização	(2.039)	(14)	-	-	(2.053)
Saldo contábil líquido	5.604	905	9.659	2.487	18.655
Saldos em 31 de dezembro de 2023					
Custo total	23.221	1.630	9.659	2.487	36.997
Amortização acumulada	(17.617)	(725)	-	-	(18.342)
Saldo contábil líquido	5.604	905	9.659	2.487	18.655
Taxas anuais de amortização - %	20%	10%	-	20%	

16. Imobilizado de uso e imobilizado de arrendamento

Controladora

	Benfeitoria em bens de terceiros (i)	Móveis e utensílios	Veículos	Computadores e periféricos	Instalações	Obras em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2022							
Saldo inicial	6	116	201	17	5	69	414
Aquisições	405	72	114	13	-	-	604
Alienação	-	-	69	-	-	(69)	-
Depreciação	(60)	(37)	(42)	(10)	(1)	-	(150)
Saldo contábil líquido	351	151	342	20	4	-	868
Saldos em 31 de dezembro de 2022							
Custo total	2.458	895	423	455	8	-	4.239
Depreciação acumulada	(2.107)	(744)	(81)	(435)	(4)	-	(3.371)
Saldo contábil líquido	351	151	342	20	4	-	868
Em 31 de dezembro de 2023							
Saldo inicial	351	151	342	20	4	-	868
Aquisições	90	40	52	7	-	67	256
Depreciação	(171)	(28)	(50)	(4)	(1)	-	(254)
Saldo contábil líquido	270	163	344	23	3	67	870
Saldos em 31 de dezembro de 2023							
Custo total	2.543	935	474	477	6	67	4.502
Depreciação acumulada	(2.273)	(772)	(130)	(454)	(3)	-	(3.632)
Saldo contábil líquido	270	163	344	23	3	67	870
Taxas anuais de depreciação - %	-	10%	3,19% a 20%	20%	10%	10%	

Consolidado

	Terras e terrenos	Edifícios e dependências	Benfeitorias em bens de terceiros (i)	Instalações	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Máquinas e equipamentos	Outros bens	Obras em andamento	Total imobilizado de uso	Imóveis de arrendamento (iii)	Total Imobilizado
Em 31 de dezembro de 2022													
Saldo inicial	21.033	22.386	1.079	653	733	347	259	8.739	7.310	84	62.623	59.421	122.044
Aquisições	-	-	988	122	542	34	-	243	3.481	699	6.109	-	6.109
Ajuste de conversão (ii)	(3.792)	6.221	-	28	1	12	3	4	-	-	2.477	-	2.477
Alienação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	-	69	(69)	-	-	-
Transferência para estoque	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.321)	(1.321)
Depreciação	-	(286)	(183)	(244)	(512)	(131)	(13)	(502)	(2.636)	-	(4.507)	(997)	(5.504)
Saldo contábil líquido	17.241	28.321	1.884	559	764	262	249	8.484	8.224	714	66.702	57.103	123.805
Saldo contábil													
Saldos em 31 de dezembro de 2022													
Custo total	17.241	35.344	7.080	4.627	7.721	5.355	1.109	45.548	30.728	714	155.467	65.329	220.796
Depreciação acumulada	-	(7.023)	(5.196)	(4.068)	(6.957)	(5.093)	(860)	(37.064)	(22.504)	-	(88.765)	(8.226)	(96.991)
Saldo contábil líquido	17.241	28.321	1.884	559	764	262	249	8.484	8.224	714	66.702	57.103	123.805
Em 31 de dezembro de 2023													
Saldo inicial	17.241	28.321	1.884	559	764	262	249	8.484	8.224	714	66.702	57.103	123.805
Ajuste de conversão (ii)	(2.035)	(14.213)	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.248)	-	(16.248)
Aquisições	-	38	997	6	585	277	52	525	2.753	415	5.648	227	5.875
Alienação	-	-	-	-	-	(1)	-	(1.310)	-	-	(1.311)	-	(1.311)
Transferência para estoque	-	-	670	-	15	-	-	-	-	(685)	-	-	-
Depreciação	-	(234)	(366)	(144)	(469)	(142)	(57)	(482)	(2.823)	-	(4.717)	(1.021)	(5.738)
Saldo contábil líquido	15.206	13.912	3.185	421	895	396	244	7.217	8.154	444	50.074	56.309	106.383
Saldo contábil													
Saldos em 31 de dezembro de 2023													
Custo total	15.206	21.169	8.893	4.615	8.040	5.624	912	44.763	33.490	444	143.156	65.556	208.712
Depreciação acumulada	-	(7.257)	(5.708)	(4.194)	(7.145)	(5.228)	(668)	(37.546)	(25.336)	-	(93.082)	(9.247)	(102.329)
Saldo contábil líquido	15.206	13.912	3.185	421	895	396	244	7.217	8.154	444	50.074	56.309	106.383
Taxas anuais de depreciação - %					10%	20%	3,19% a 20%	10%	10%				

(i) As benfeitorias em propriedades de terceiros referem-se a reformas nos prédios locados. As depreciações são conforme o prazo remanescente de vigência dos contratos de aluguel dos imóveis onde as benfeitorias foram realizadas. (ii) Os ajustes referem-se, substancialmente, a atualização por hiperinflação e variação cambial dos imobilizados da empresa Automotores Juan Manuel Fangio S.A., empresa sediada na Argentina. (iii) Referem-se a imóveis das empresas Rodobens Locação de Imóveis Ltda, Verdade Locação de Imóveis Ltda. e Rio Bahia Locação de imóveis Ltda. destinados a locação.

17. Fornecedores

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fornecedores de materiais para as construções de obras - RNI	-	-	52.817	51.019
Outros	557	487	3.379	4.074
	557	487	56.196	55.093

18. Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e Financiamentos	Moeda	Encargos financeiros	Ano de Vencimento	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante							
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	R$	Variação do CDI + juros de 2,00% a 3,40% a.a.	2024/2025	-	-	88.009	148.184
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	R$	Variação do CDI + juros de 1,70% a 3,00% a.a.	2026/28/29	297	-	5.750	40.289
Nota promissória	R$	Variação do CDI + juros de 2,90% a 3,10% a.a.	2024/2025	-	-	73.576	7.845
Plano Empresário	R$	TR + juros de 6,00% a 10,94% a.a.	2027/2028	-	-	5.516	22.311
Plano Empresário	R$	Variação do CDI + juros 3,50% a.a.	2025	-	-	12.622	-
Plano Empresário	R$	Juros de 2,75% a 4,52% a.a. + Rendimento da Poupança	2027	-	-	10	-
Outros	ARS	Cheque diferido Mercedes-Benz - sem juros	2023	-	-	34	752
				297	**-**	**185.517**	**219.381**
Não Circulante							
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	R$	Variação do CDI + juros de 1,40% a 3,41% a.a.	2025	-	-	82.956	29.386
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	R$	Variação do CDI + juros de 1,70% a 3,00% a.a.	2026/28/29	150.382	-	272.635	168.125
Nota Promissória	R$	Variação do CDI + juros de 2,90% a 3,10% a.a.	2025	-	-	28.066	87.187
Plano Empresário	R$	TR + juros de 6,00% a 9,30% a.a.	2026/27/28	-	-	54.395	40.717
Plano Empresário	R$	Variação do CDI + juros 3,50% a.a.	2025	-	-	154.542	101.390
Plano Empresário	R$	Juros de 2,75% a 4,52% a.a. + Rendimento da Poupança	2027/2028	-	-	15.631	4.825
				150.382	**-**	**608.225**	**431.630**

Além da Companhia, no consolidado, os empréstimos e financiamentos são oriundos também da controlada RNI Negócios Imobiliários S.A. e são garantidos por: • Cédula de Crédito Bancário: Aval dos sócios controladores; • Nota promissória: Aval dos sócios controladores; • Certificado de Recebíveis Imobiliários: Garantia dos recebíveis e aval dos sócios; • Plano empresário: Fração ideal dos terrenos e unidades concluídas, carteira de recebíveis e aval dos sócios. Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
2024	-	-	-	147.434
2025	21.808	-	312.655	153.642
2026	21.881	-	114.813	54.959
2027	21.881	-	61.601	75.595
Após 2027	84.811	-	119.156	-
	150.382	-	**608.225**	**431.630**

(i) Em 19 de janeiro de 2022 a controlada RNI Negócios Imobiliários S.A. efetuou a contratação da 4ª emissão de notas promissórias no montante de R$ 25.000, com amortização em 19 de janeiro de 2023 de R$ 2.000, em 19 de janeiro 2024 de R$ 2.000 e em 19 de janeiro de 2025 de R$ 21.000, com taxa contratada de 100% (cem por cento) do CDI adicionado 2,90% a.a. (ii) Em 20 de junho de 2022 a controlada RNI Negócios Imobiliários S.A. contratou um Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI") no montante de R$ 72.090 com vencimento em 25 de abril de 2028, sendo que a remuneração é de 100% do CDI acrescidos de 2,00% ao ano. Em 31 de dezembro de 2023 a controlada RNI Negócios Imobiliários S.A. cedeu direito de crédito e deveres do saldo residual dessa dívida para a Companhia no montante de R$ 69.986. (iii) Em 23 de junho de 2023, a controlada RNI Negócios Imobiliários S.A. contratou Cédula de Crédito Bancário ("CCB") no montante de R$ 15.000 com vencimento em 20 de junho de 2025, sendo a remuneração de 100% do CDI acrescidos de 3,00% ao ano. (iv) Em 1° de agosto de 2023, a controlada RNI Negócios Imobiliários S.A contratou um Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI") no montante de R$ 43.000 com vencimento em 16 de julho de 2026, sendo a remuneração de 100% do CDI acrescidos de 3,00% ao ano. (v) Em 24 de março de 2023, a controlada RNI Negócios Imobiliários S.A. firmou contrato de Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI") no montante total de R$ 86.175 com vencimento em 24 de março de 2028, sendo a remuneração de 100% do CDI acrescidos de 1,80% ao ano. Em 31 de dezembro de 2023 a controlada RNI Negócios Imobiliários S.A. cedeu direito de crédito e deveres do saldo residual dessa dívida para a Companhia no montante de R$ 81.092. ***Covenants*** **não financeiros:** Os empréstimos e financiamentos possuem certas obrigações contratuais a serem cumpridas enquanto perdurarem as dívidas, tais como: • Cumprir os pagamentos previstos em contrato; itens relacionados à continuidade das atividades, falência, insolvência; recuperação judicial ou extrajudicial, itens relacionados a qualquer medida judicial que possa afetar as garantias dadas em contratos, não realizar cessão ou transferência de direitos e obrigações dos contratos assim como fusão, cisão ou incorporação (neste caso, salvo se incorporada pela RNI) sem anuência do agente financeiro; garantir a contratação dos devidos seguros obrigatórios dos projetos ou bens; garantir a integridade dos dados e veracidade das declarações fornecidas aos agentes financeiros; não ter alterações significativas na composição societária, sem a observância das respectivas leis, e no controle acionário; não redução de capital social da Emissora e/ou da Avalista, exceto se decorrente de operação de redução de capital social por absorção de prejuízos acumulados ou se previamente aprovado pelos titulares, comprovar a destinação imobiliária dos recursos captados nos projetos descritos em contrato; obedecer ao projeto, às especificações e restrições aprovadas pelos agentes financeiros ressalvado o disposto em clausulas pré-estabelecidas para alterações; prestar informações nos prazos solicitados nos contratos; não ocorrer qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil; pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social da Emitente, caso a Emitente esteja inadimplente com as obrigações pecuniárias ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; não realizar operações estranhas ao seu objeto social, observar as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor; garantir o cumprimento de todas as leis, regras e regulamentos em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, bem como não seja movida qualquer medida judicial, extrajudicial ou administrativa que possa afetar os direitos do agente financeiro desde de que não sejam reparadas ou justificadas pela Companhia; não ultrapassar valor máximo estipulado em contrato de títulos protestados; garantir a manutenção da capacidade de honrar com as garantias apresentadas nos contratos; manter válidas as licenças pertinentes ao funcionamento do negócio; expropriação, nacionalização, desapropriação ou afins de ativos ou ações, por qualquer autoridade governamental; não conclusão da obra dentro do prazo contratual, retardamento, paralisação da mesma, ou delegar a execução das obras e serviços correlatos sem a devida justificativa aceita pelo agente financeiro; vender, hipotecar, obras de demolição, alteração ou acréscimo de modo a comprometer a manutenção ou realização da garantia dada, ou deixar de manter em perfeito estado de conservação o imóvel oferecido em garantia, sem prévio e expresso consentimento do agente financeiro; dentre outras. • A falta de cumprimento dos itens citados poderá ocasionar o acionamento dos agentes financeiros que poderá resultar em vencimento antecipado dos contratos.

19. Adiantamento de clientes

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Adiantamento de clientes por compra de imóveis	346	1.852	1.255	10.834
Adiantamento de clientes - RNI Negócios Imobiliários (i)	-	-	58.340	40.624
Outros adiantamentos de clientes	38	-	1.981	3.477
	384	1.852	61.576	54.935

(i) Referem-se a recebimentos de clientes decorrentes das vendas de unidades em construção, onde os valores recebidos são superiores aos créditos a receber em razão do percentual de conclusão da obra.

20. Credores diversos

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Recursos de parceiros e contas a pagar por aquisição de imóveis (i)	-	-	544.412	598.569
Cessão de recebíveis (Nota 8.2)	-	-	83.042	88.514
Contas a pagar por aquisição de investimentos (Nota 13)	50.637	52.834	-	-
Outros	-	-	1.533	135
	50.637	52.834	628.987	687.218
Circulante	2.607	2.304	98.245	80.204
Não circulante	48.030	50.530	530.742	607.014

(i) São, substancialmente, compromissos assumidos na compra de terrenos registrado na rubrica de "Estoques" como "Imóveis a comercializar" para a incorporação de empreendimentos imobiliários. O saldo é substancialmente referente a pagamentos por VGV, onde a atualização do saldo a pagar é efetuada com base nas mesmas condições dos contratos de compra e venda das unidades ou pelo valor mínimo atualizado.

21. Outros passivos

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Contas a pagar por negócios imobiliários	-	-	32.831	36.382
Outros (i)	2.865	2.464	2.099	5.540
	2.865	2.464	34.930	41.922
Circulante	1.025	117	30.896	39.797
Não circulante	1.840	2.347	4.034	2.125

(i) Refere-se, substancialmente, a provisão para perdas de investimentos (Nota 14) e créditos de terceiros da Empresa Rodobens S.A. de Ahorro Para Fines Determinados.

22. Provisão para contingências e depósitos judiciais: A Companhia apresenta os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados às contingências

	Controladora 2023 Montante provisionado	Consolidado 2023 Montante provisionado	Consolidado 2023 Depósitos judiciais
Tributárias	-	2.019	67
Trabalhistas e previdenciárias	-	1.852	2.490
Cíveis	378	5.577	7.386
Outras	-	46	103
	378	9.494	10.046

	Controladora 2022 Montante provisionado	Consolidado 2022 Montante provisionado	Consolidado 2022 Depósitos judiciais
Tributárias	131	1.050	58
Trabalhistas e previdenciárias	-	1.950	13.258
Cíveis	11	5.531	756
Outras	-	480	1.203
	142	9.011	15.275

A Companhia e suas controladas são parte envolvida em litígios trabalhistas, cíveis e tributários, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As provisões constituídas na data das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas são baseadas na posição de seus consultores legais internos e/ou externos, envolvendo riscos de perda classificados pela diretoria como prováveis (passivos contingentes) e são consideradas pela diretoria suficientes para fazer face aos eventuais desembolsos por conta do desfecho desses litígios. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela diretoria como possíveis (passivos contingentes), com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante de R$ 6.467 (Em 31 de dezembro de 2022 – R$ 6.070) da controladora e R$ 81.637 (Em 31 de dezembro 2022 – R$ 62.767) do consolidado, para as quais não há provisão constituída.

continua...

RODOBENS PARTICIPAÇÕES S.A.

...continuação

e. Movimentação de provisão de contingências

	Controladora			Consolidado				
	Tributárias	Cíveis	Total	Trabalhista e previdenciárias	Tributárias	Cíveis	Outras	Total
Em 1º de janeiro de 2022	131	-	131	1.848	154	5.727	875	8.604
Constituições	-	11	11	354	896	3.676	334	5.260
Reversões	-	-	-	(252)	-	(3.849)	(729)	(4.830)
Efeito da Cisão	-	-	-	-	-	(23)	-	(23)
Em 31 de dezembro de 2022	131	11	142	1.950	1.050	5.531	480	9.011
Constituições	-	42	42	301	1.219	3.663	-	5.183
Reversões	(131)	(11)	(142)	(399)	(250)	(3.617)	(434)	(4.700)
Efeito Incorporação	-	336	336	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	378	378	1.852	2.019	5.577	46	9.494

23. Patrimônio líquido: a. Capital social: As ações ordinárias dão direito a voto e aos dividendos, correspondendo a um voto nas assembleias gerais, ou direito ao voto múltiplo nos casos e na forma prevista na lei. As ações preferenciais não conferem direito a voto, salvo condições e hipóteses em que a Lei determine em contrário, e têm prioridade na distribuição de dividendos, bem como reembolso de capital no caso da liquidação da sociedade, participando ainda, em igualdade de condições com as ações ordinárias, sempre que a estas forem distribuídos dividendos superiores aos mínimos anuais previstos no estatuto da Companhia. Abaixo segue quadro de composição das ações do capital social da Companhia:

			2023 e 2022
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Capital social integralizado Total de ações
Acionistas pessoas físicas	560.784.323	411.089.508	971.873.831
	560.784.323	411.089.508	971.873.831

b. Destinação dos lucros: A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. Em 31 de dezembro de 2023, foi constituída reserva legal no montante de R$ 2.657 (Em 31 de dezembro de 2022 – R$ 4.658), que corresponde a 5% do lucro líquido apurado no exercício. Aos acionistas da Companhia é assegurado dividendos mínimos obrigatórios anuais, não cumulativos, equivalentes a 25% do lucro líquido operacional do exercício, ajustado de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/76. Em 2023 a Companhia distribuiu dividendos no montante de R$ 120.000, sendo R$ 15.232 referente a parte do lucro líquido de 2023 e R$ 104.769 de exercícios anteriores. (Em 2022 – R$ 22.125 referente aos 25% mínimos obrigatórios do exercício de 2022). Adicionalmente, a Companhia distribuiu juros sobre o capital próprio aos seus acionistas referente ao exercício de 2023 no montante de R$ 10.000, sendo retido IRRF no montante de R$ 1.500. **c. Ajustes de avaliação patrimonial:** ***(i) Ajustes acumulados de conversão:*** Correspondem aos registros contábeis de ajustes de variação cambial sobre investimentos diretos e indiretos no exterior, substancialmente relativos à W.V. Holdings Ltd., controladora da Automotores Juan Manoel Fangio S.A., Rodobens Argentina S.A. e Rodobens Internacional S.A., as quais são investidas da Companhia e com efeitos de equivalência via DM Motors do Brasil Ltda, Delta Veículos Ltda. e Green Star Peças e Veículos Ltda. ***(ii) Instrumentos financeiros derivativos das investidas:*** Correspondem à participação no resultado abrangente referente ao valor justo dos títulos e valores mobiliários e ao valor justo sobre *hedge accounting* nas investidas. **d. Ajustes de economia hiperinflacionária:** As investidas DM Motors do Brasil Ltda. e WV Holding Ltd. possuem participações societárias em empresas estabelecidas na Argentina. Durante os anos de 2023 e 2022 a Argentina foi declarada país com economia hiperinflacionária, no qual a Companhia aplicou o CPC 42 – "Contabilidade em Economia Hiperinflacionária", sendo que os efeitos foram refletidos pela equivalência no patrimônio líquido da Companhia no montante de R$ 27.002 (2022 – R$ 34.161). **e. Transação com não controladores:** Principais transações em 2023: • Venda de ações que gerou um aumento de participação de acionistas não controladores no montante de R$ 262; • Compra de ações que gerou uma redução de participação de acionistas não controladores no montante de R$ 4.301. Principais transações em 2022: • Venda de ações que gerou um aumento de participação de acionistas não controladores no montante de R$ 2.399; • Compra de ações que gerou uma redução de participação de acionistas não controladores no montante de R$ 339.

24. Imposto de renda e contribuição social: A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	52.323	93.624	(51.560)	141.116
Imposto calculado com base em alíquotas de imposto locais - 34%	17.790	31.832	(17.530)	47.979
Adições e Exclusões				
Resultado com participações em coligadas e controladas	(20.948)	(37.929)	(43.278)	(45.516)
Juros sobre o capital próprio	1.797	3.949	1.797	3.949
Efeito das empresas tributadas pelo lucro presumido	-	-	6.125	(9.013)
Prejuízos fiscais não reconhecidos	-	1.235	26.493	21.496
Outras adições (exclusões) permanentes	1.135	1.377	43.532	3.375
...continuação				
Encargo fiscal	(226)	464	17.139	22.271
Imposto de renda e contribuição social correntes	(71)	-	(16.713)	(17.772)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	297	(464)	1.897	(3.019)
Total de imposto de renda e contribuição social (lucro real)	**226**	**(464)**	**(14.816)**	**(20.791)**
(+) imposto de renda e contribuição social (lucro presumido)	-	-	(2.323)	(1.480)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	**226**	**(464)**	**(17.139)**	**(22.271)**
Alíquota efetiva	(0,4%)	0,5%	(33,2%)	15,8%

25. Receitas líquidas de vendas e de serviços prestados

	Consolidado	
	2023	2022
Receita da incorporação imobiliária (i)	714.516	897.079
Receita bruta de vendas de mercadorias	92.771	75.150
Receita de prestação de serviços	53.978	43.028
Receita de venda de imóveis	52.195	52.352
Receita de locação de imóveis	10.680	10.588
Impostos sobre vendas	(28.860)	(28.864)
Devoluções e vendas canceladas	(301.335)	(215.155)
Receita líquida total	593.945	834.178

(i) Informações sobre obras em andamento: O resultado das vendas imobiliárias, oriundas, substancialmente, da controlada RNI Negócios Imobiliários S.A., que engloba as receitas de vendas, os custos de terreno e de construção e os gastos inerentes à respectiva incorporação imobiliária é apropriado ao resultado utilizando o método do percentual de conclusão de cada empreendimento, sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado contratado para o empreendimento, em conformidade com os critérios estabelecidos no CPC 47. Os valores a receber de clientes, decorrentes das vendas de unidades em construção, são apresentados em razão do mesmo percentual de conclusão, sendo os recebimentos superiores a esses créditos a receber registrados no passivo circulante como "Adiantamento de clientes". Em decorrência do reconhecimento contábil descrito anteriormente, os saldos de receita bruta não contabilizada de transações de vendas de imóveis já contratadas, incluindo a respectiva receita financeira, e os respectivos custos a incorrer (ou compromissos de construção) não refletidos nas demonstrações financeiras pelas condições descritas acima, conforme aplicável, referentes a imóveis não concluídos, são como segue referente a controlada RNI Negócios Imobiliários S.A.:

	Consolidado	
	2023	2022
Empreendimentos em construção		
(i) Receita de vendas a apropriar de unidades vendidas		
Empreendimentos em construção:		
(a) Receita de vendas contratadas	2.144.435	1.672.115
Receita de vendas apropriadas:		
Receita de vendas apropriadas	(2.093.616)	(1.412.382)
Distratos - receitas estornadas	505.840	238.246
(b) Receita de vendas apropriadas líquidas	(1.587.776)	(1.174.136)
Receita de vendas a apropriar (a+b)	556.659	497.979
(ii) Receita de indenização por distratos	**2.534**	**9.683**
(iii) Custo orçado a apropriar das unidades vendidas (*)		
Empreendimentos em construção:		
(a) Custo orçado	1.522.598	1.152.523
Custo incorrido:		
Custos de construção	(1.446.650)	(958.723)
Distratos - Custos de construção	317.893	149.116
(b) Custo incorrido líquido	(1.128.757)	(809.607)
Custo a incorrer das unidades vendidas (a+b)	393.841	342.916
(iv) Custo orçado a apropriar das unidades em estoque (*)		
Empreendimentos em construção:		
(a) Custo orçado	483.613	589.936
(b) Custo incorrido	(197.691)	(172.921)
Custo a incorrer das unidades em estoque (a+b)	285.922	417.015
Resultado na venda de imóveis a apropriar (i - iii)	162.818	155.063
Margem bruta estimada das vendas a apropriar	29,2%	31,1%

(*) Não considera encargos financeiros.

26. Custos das vendas e dos serviços prestados

	Consolidado	
	2023	2022
Custos das vendas e dos serviços prestados		
Custo de incorporação imobiliária	(359.084)	(501.772)
Custo de imóveis	(61.674)	(62.252)
Custo de automóveis e agregados	(69.551)	(53.648)
Outros	(5.140)	(5.184)
Total custos	(495.449)	(622.856)

27. Despesas com vendas

	Consolidado	
	2023	2022
Benefícios a empregados (nota 29)	(2.808)	(3.715)
Comissão sobre vendas por terceiros	(45.735)	(40.466)
Despesa de propaganda e publicidade	(30.455)	(32.647)
Serviços prestados por terceiros	(2.025)	(2.184)
Outras	(3.947)	(3.952)
	(84.970)	(82.964)

28. Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Benefícios a empregados (nota 29)	(15.215)	(13.828)	(63.501)	(60.894)
Demais despesas com pessoal	(18)	(18)	(426)	(84)
Aluguéis	(815)	(1.017)	(1.701)	(1.559)
Depreciação e amortização	(1.034)	(879)	(3.940)	(3.719)
Impostos, taxas e contribuições	(213)	(423)	(3.503)	(5.851)
Serviços prestados por terceiros	(3.117)	(2.801)	(10.190)	(10.339)
Combustível	(68)	(119)	(79)	(127)
Energia elétrica	(69)	(57)	(223)	(147)
Comunicação	(146)	(151)	(586)	(503)
Tecnologia da informação e licenças de *software*	(293)	(269)	(4.266)	(2.767)
Viagens e hospedagens	(443)	(99)	(1.625)	(1.361)
Limpeza e vigilância	(221)	(367)	(1.240)	(1.752)
Despesas indedutíveis	(754)	(1.259)	(2.418)	(2.329)
Provisões (reversões) com ações judiciais	100	(11)	(483)	(431)
Materiais de uso e consumo	(83)	(119)	(22.517)	(19.542)
Despesas compartilhadas	(401)	(416)	(2.185)	(1.726)
Outras	(961)	(1.822)	(5.736)	(7.921)
	(23.750)	(23.655)	(124.619)	(121.053)

29. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo:

Benefícios a empregados relacionados com vendas (nota explicativa 27)	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Salários, participação nos resultados e bonificações	-	-	(2.735)	(3.538)
Contribuição para previdência social	-	-	(73)	(177)
	-	-	(2.808)	(3.715)

Benefícios a empregados relacionados com administração (nota explicativa 28)	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Salários, participação nos resultados e bonificações	(11.847)	(10.784)	(53.601)	(45.166)
Assistência médica e alimentação e outros benefícios	(660)	(608)	(3.035)	(5.882)
Contribuição para previdência social	(2.708)	(2.436)	(6.865)	(9.846)
	(15.215)	(13.828)	(63.501)	(60.894)

A Companhia não possui benefícios de longo prazo referente a rescisão de contrato de trabalho, outros benefícios de longo prazo e remuneração com base em ações.

30. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Recuperação de despesas	724	702	1.034	1.018
Resultado na alienação de investimentos (i)	(2.922)	(19.011)	(2.922)	(19.011)
PIS e COFINS sobre JSCP	(1.414)	(1.074)	(1.414)	(1.074)
Outras (ii)	-	1.943	(19.478)	7.026
	-	-	-	-
	(3.612)	(17.440)	(22.780)	(12.041)

(i) Referem-se, substancialmente, a resultado na alienação de imóveis a terceiros (Nota 11 (i)). (ii) Referem-se, substancialmente, a despesas de intermediações diversas e despesas em garantia da RNI Negócios Imobiliários S.A..

31. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras, interfinanceiras e títulos e valores mobiliários	16.614	22.867	25.958	30.583
Variações monetárias ativas	1.179	1.643	29.476	64.365
Juros ativos	2.611	2.519	14.838	14.758
Descontos obtidos	3	25	16	33
Receitas financeiras sobre contratos de mútuos	1.057	70	1.795	705
Demais receitas financeiras	6	94	3.212	4.991
Tributos incidentes sobre receita financeira	(998)	(1.266)	(2.690)	(4.015)
	20.472	25.952	72.605	111.420
Despesas financeiras				
Variações monetárias passivas	(1)	-	(1.330)	(1.343)
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(81.819)	(62.531)
Juros s/ arrendamento	(75)	(116)	(242)	(218)
Outros juros passivos	(1.632)	(1.613)	(386)	(488)
Desconto concedidos	(476)	(630)	(6.900)	(9.414)
Atualização monetária sobre hiperinflação	-	-	(7.240)	(13.919)
Demais despesas financeiras	(216)	(431)	(15.780)	(7.401)
	(2.400)	(2.790)	(113.697)	(95.314)
	18.072	23.162	(41.092)	16.106

32. Resultado por ação (básico e diluído)

	2023	2022
Lucro do exercício	52.549	93.160
Número de ações durante o período (mil)	971.874	971.874
Resultado por ação - básico e diluído	0,0541	0,0959

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não tinha potencial para a diluição de ações ordinárias. Assim o lucro por ação básico e diluído é equivalente.

33. Cobertura de seguros: O Grupo possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela diretoria para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2023, o grupo possui apólices cobrindo sua frota em 100% da tabela FIPE, seus imóveis no valor máximo de R$ 7.350, suas operações de incorporação imobiliária no valor máximo de R$ 1.382.198 e outras coberturas envolvendo outros bens patrimoniais e danos materiais no valor máximo de R$ 148.639.

34. Outras divulgações sobre fluxos de caixa

a. Reconciliação da dívida líquida

Controladora	Outros	Empréstimos	Passivo de arrendamento	Total da dívida	Caixa e equivalentes	Dívida líquida
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2021	**(1.557)**	**-**	**2.138**	**581**	**(63.846)**	**(63.265)**
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa						
Captações / saída	1.557	-	-	1.557	-	1.557
Pagamento de principal	-	-	(783)	(783)	-	(783)
Pagamento de juros	-	-	(116)	(116)	-	(116)
Movimentação do caixa	-	-	-	-	(28.581)	(28.581)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa						
Variações monetárias	-	-	(329)	(329)	-	(329)
Provisão de juros	-	-	116	116	-	116
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2022	**-**	**-**	**1.026**	**1.026**	**(92.427)**	**(91.401)**
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa						
Captações / saída	-	-	-	-	-	-
Pagamento de principal	-	-	(788)	(788)	-	(788)
Pagamento de juros	-	-	(75)	(75)	-	(75)
Movimentação do caixa	-	-	-	-	84.681	84.681
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa						
Variações monetárias	-	-	45	45	-	45
Provisão de juros	-	-	75	75	-	75
Renovações de contratos	-	-	2.277	2.277	-	2.277
Cessão de empréstimos (Nota 18)	-	150.679	-	-	-	-
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2023	**-**	**150.679**	**2.560**	**2.560**	**(7.746)**	**(5.186)**

Consolidado	Empréstimos	Contratos de mútuo, líquidos	Passivo de arrendamento	Total da dívida	Caixa e equivalentes	Dívida líquida
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2021	**528.734**	**306**	**2.867**	**531.907**	**(152.079)**	**379.828**
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa						
Captações / saída	336.870	(5.034)	-	331.836	-	331.836
Pagamento de principal	(229.281)	-	(769)	(230.050)	-	(230.050)
Pagamento de juros	(68.317)	-	(217)	(68.534)	-	(68.534)
Movimentação do caixa	-	-	-	-	(137.659)	(137.659)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa						
Adição por novos contratos	-	-	315	315	-	315
Redução por baixas	-	-	(106)	(106)	-	(106)
Provisão de juros	83.005	-	217	83.222	-	83.222
Variações monetárias e cambiais	-	-	(200)	(200)	-	(200)
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2022	**651.011**	**(4.728)**	**2.107**	**648.390**	**(289.738)**	**358.652**
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa						
Captações/saída	363.864	910	-	364.774	-	364.774
Pagamento de principal	(230.676)	-	(1.028)	(231.704)	-	(231.704)
Pagamento de juros	(105.410)	-	(242)	(105.652)	-	(105.652)
Movimentação do caixa	-	-	-	-	17.013	17.013
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa						
Provisão de juros	115.351	-	242	115.593	-	115.593
Variações monetárias e cambiais	-	-	1.027	1.027	-	1.027
Renovações de contratos	-	-	2.277	2.277	-	2.277
Outros	(398)	-	-	(398)	-	(398)
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2023	**793.742**	**(3.818)**	**4.383**	**794.307**	**(272.725)**	**521.582**

35. Eventos subsequentes: Em 18 de março de 2024, a controlada RNI Negócios Imobiliários S.A. concluiu uma operação de cessão de crédito com coobrigação junto a instituição financeira no montante de R$ 75.400 sem a incidência da correção monetária que será devida a controlada, esse recebível tinha o vencimento em 5 parcelas anuais a partir de 06 de dezembro de 2024, a taxa efetiva de desconto foi de 0,9961% ao mês, o montante realizado foi de R$ 56.160 pagos nessa data.

DIRETORIA

Waldemar Verdi Júnior - Diretor Presidente
Milton Jorge de Miranda Hage - Diretor Vice-Presidente
Dorival Dutra da Silva - Diretor Administrativo
Flávio Lopes Ferraz - Diretor Geral
Márcio Anisio Haddad - Diretor

CONTADOR

Marcel Pinheiro Orlandini - Contador CRC 1SP259667/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e acionistas da Rodobens Participações S.A. (anteriormente denominada Rodobens Corporativa S.A.) - *São José do Rio Preto – SP*

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Rodobens Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Rodobens Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), para as controladas que atuam com incorporação imobiliária.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Receita de incorporação imobiliária: Conforme descrito na nota explicativa 2.1, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem controladas que atuam em incorporação imobiliária que seguem as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada dessas controladas, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, seguem o entendimento da administração da Companhia quanto a aplicação do CPC 47 – Receita de contrato com cliente, alinhado com aquele manifestado pela CVM no Ofício circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto - SP, 17 de abril de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP

Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC SP-293539/O-8

ESPORTES

FUTEBOL

Mirassol estreia com derrota fora de casa

Vinicius LIMA
redacao@dhoje.com.br

Depois de mais de um mês, o Mirassol voltou a campo na noite desta terça-feira (23), mas não saiu com o resultado do que a torcida esperava na estreia da Série B do Campeonato Brasileiro. Jogando em Santa Catarina, o Leão foi superado por 3 a 1 pelo Brusque.

A equipe da casa saiu na frente logo aos 7 minutos. Após a defesa do Mirassol afastar uma bola levantada para a área, Rodolfo Potiguar acertou um chute de primeira e mandou no cantinho de Muralha. Os visitantes tentaram reagir e obrigaram o goleiro Matheus Nogueira a fazer boas defesas em finalizações de Dellatorre e Chico Kim.

Logo no início da etapa final, aos 4 minutos, o árbitro marcou pênalti para o Mirassol após Gabriel ser derrubado na área. Dellatorre cobrou e empatou o jogo. Aos 19 minutos, Fernandinho foi derrubado na área e o árbitro marcou mais uma penalidade para o Leão. No entanto, dessa vez, Dellatorre isolou a bola na cobrança.

Dois minutos após desperdiçar o pênalti, o Brusque cobrou escanteio para área e Luiz Otávio marcou gol contra. O Mirassol não conseguiu mais reagir na partida e no último lance, levou o terceiro gol em um contra-ataque, convertido por Anderson Rosa.

Após o jogo, o técnico Mozart afirmou que foi um dos jogos mais frustrantes de sua carreira, que a equipe produziu para vencer o jogo, mas ainda tem muito que evoluir.

"É uma derrota frustrante que liga o sinal de alerta na nossa equipe. É uma competição difícil e nós precisamos melhorar. A responsabilidade por essa derrota eu assumo, pois tivemos 40 dias para treinar e apresentamos coisas boas, mas um resultado pesado para um período longo de treinamento", afirmou.

Considerando os jogos do Paulistão, essa foi a 4ª derrota seguida do Mirassol na temporada. O próximo duelo é na segunda-feira (29) contra o Ceará no Maião. Já o Brusque visita o Coritiba no domingo (28).

Felipe Modesto/Agência Mirassol

Mirassol estreia com derrota fora de casa na Série B

ARTE SUAVE

Judoca de Rio Preto fica com bronze

Da REPORTAGEM
redacao@dhoje.com.br

O judoca rio-pretense Tiago Mota, da Associação Matsumi, ficou com a medalha de bronze no último fim de semana na fase regional do Campeonato Paulista Sub-21, na cidade de Botucatu.

Mota, que é treinado pelo sensei Roberto Fuscaldo, já foi campeão dos Jogos Regionais e Abertos representando a cidade. Agora ele vai em busca do título estadual, no dia 11 de maio.

"Estou orgulhoso demais pela conquista desse Paulista Inter-regional, por conta que estou voltando agora e estou batendo de frente com atletas do alto rendimento e eu sendo um atleta comum e com meu resultado eu vou super confiante para fazer a final do Paulista. É continuar focado, cuidando dos treinos, da alimentação, e ir lá buscar um bom resultado agora na final", afirmou o atleta.

Divulgação

Judoca de Rio Preto fica com bronze em disputa do Paulista

PREFEITURA MUNICIPAL SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

COMUNICADO – Notificação. Contratada: CM HOSPITALAR S/A – Empenhos 4212/24 e 6978/24. Contratada: INOVAMED HOSP. LTDA – Empenho 7678/24. Contratada: ONCO PROD. DIST. PROD. HOSP. E ONCOLOGICOS LTDA – Empenho 6874/24. Contratada: MEDTRONIC COM LTDA – Empenho 6875/24. Contratada: PRO REMEDIOS DIST. PROD. FARM. COSMETICOS EIRELI ME – Empenho 6982/24. Contratada: GREINER BIO ONE BRASIL PROD. MED. HOSP. LTDA – Empenhos 7691/2024 e 7688/2024. Contratada: NEW MED IMP. E DISTRIB. DE MATERIAIS MED. LTDA – Empenho 7690/24. Notifico os representantes legais das contratadas, para entregarem no prazo de 03 dias úteis, impreterivelmente, a contar do recebimento desta, a quantidade solicitada dos empenhos em epígrafe. O não cumprimento do prazo estabelecido implicará na aplicação das penalidades administrativas. Fica concedido o prazo de 05 dias úteis para a empresa em querendo apresentar contraditório, em atendimento aos ditames constitucionais. – SMS – DADM

COMUNICADO – Notificação Derradeira. Contratada: Emcoker Distribuidora de Material Medico Hospitalar e Odontologico Ltda – 29.838.820/0001-39. Contratada: Global Rio Preto Produtos Alimentícios – 32.981.676/0001-08. Considerando editais dos processos licitatórios quanto à regularidade fiscal do licitante em seu Título VI, item 1.2, alínea "c", bem como previsão contratual em suas Cláusulas Sétima, Item 7.3. Ficam os representantes legais das empresas supramencionadas NOTIFICADOS para apresentar as referidas Certidões nesta S. M. Saúde, no prazo de 24 horas, de forma a dar real cumprimento ao processo licitatório, estando a contratada sujeita à aplicação das penalidades contratuais. Concedemos o prazo de 05 dias úteis para a empresa em, querendo, apresentar o contraditório, em atendimento aos ditames constitucionais. - SMS – DADM

EXTRATO DE CONTRATO: Pregão Eletrônico nº 31/2024 - ATA nº 0338/24 – Contratada: LTC Locação de Luz e Equipamentos de Som Ltda- Objeto: Fornecimento de serviços de locação, montagem e desmontagem de iluminação. Sonorização, palco, paneis de LED, tendas, backdrop – Valores Unitários– Lote 1 - Item 1- R$600,00; Item 2- R$600,00; Item 3- R$600,00; Item 4- R$3.000,00; Item 5- R$1.000,00; Item 6- R$1.500,00; Item 7- R$2.000,00; Item 8- R$3.000,00; Item 9- R$2.000,00; Item 10- R$800,00; Item 11- R$500,00; Item 12- R$1.500,00; Item 13- R$1.000,00; Item 14- R$200,00; Item 15- R$2.000,00; Item 16- R$3.500,00; Item 17- R$350,00; Item 18- R$400,00; Item 19- R$1.500,00; Item 20- R$150,00; Item 22- R$500,00; Item 23- R$450,00– SMTT – Amaury Hernandes - Prazo de vigência:12 meses

EXTRATO DE CONTRATO: Pregão Eletrônico nº 60/2024 - ATA nº 0339/24 – Contratada: Vitoria Scardelai Jacintho 43647772852- Objeto: Fornecimento de material hidráulico – Valores Unitários – Item 26- R$3,80; Item 54- R$425,00; Item 74- R$55,00; Item 85- R$268,90; Item 87- R$32,00– SM Bem-Estar Animal – Diego Borges Lourenço - Prazo de vigência:12 meses

EXTRATO DE CONTRATO: Pregão Eletrônico nº 60/2024 - ATA nº 0340/24 – Contratada: Rafela Lauriano Canalle 43647772852 Ltda- Objeto: Fornecimento de material hidráulico – Valores Unitários – Item 66- R$65,00; Item 67- R$50,00; Item 70- R$65,00 – SM Bem--Estar Animal – Diego Borges Lourenço- Prazo de vigência:12 meses

EXTRATO DE CONTRATO: Pregão Eletrônico nº 60/2024 - ATA nº 0341/24 – Contratada: Viscardi e Goulart Engenharia da Construção Ltda- Objeto: Fornecimento de material hidráulico – Valores Unitários – Item 59- R$27,69; Item 91- R$3,04 – SM Bem-Estar Animal – Diego Borges Lourenço- Prazo de vigência:12 meses

EXTRATO DE CONTRATO: Pregão Eletrônico nº 49/2024 - ATA nº 0342/24 – Contratada: Café da Xicara de Produtos em Geral Ltda- Objeto: Fornecimento de café torrado e moído – Valores Unitários – Item 1- R$9,00; Item 2- R$9,00 – SMA – José Fabio Gazzola Heredia- Prazo de vigência:12 meses

EXTRATO DE CONTRATO: Pregão Eletrônico nº 57/2024 - ATA nº 0343/24 – Contratada: Comercial Hortifrutigranjeiro Itauba Ltda- Objeto: Fornecimento de ovo de galinha – Valor Unitário – Item 2- R$6,70 – SMAA – Antonio Pedro Pezzuto Junior- Prazo de vigência:12 meses

DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

AVISO - EXTRATO DA SESSÃO, DECISÃO SOBRE INTENÇÃO DE RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 711/2023 – Processo 15602/2023

Objeto: Registro de preços para aquisição de mobiliário (cadeiras especiais), em atendimento as unidades escolares. Secretaria Municipal de Educação. Sessão pública realizada on line com início dia 05/01/2024, sendo declarada vencedoras as empresas A.N.D CAPELLI LTDA (item 1) e SERRA MOBILE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (item 2). Houve manifestação de intenção de recurso pelas empresas FK GRUPO S.A e GR CORP LTDA (não apresentaram as razões recursais). Não foram apresentadas contrarrazões. As intenções de recurso ficaram prejudicadas. A pregoeira manteve a decisão prolatada na sessão do Pregão. O processo foi encaminhado a Sra. Secretária Municipal de Educação que ratificou a decisão da pregoeira, negando provimento as intenções de recurso. Celia Candida Faria - Pregoeira.

ADJUDICO o pregão às empresas A.N.D CAPELLI LTDA (item 1) e SERRA MOBILE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (item 2) e HOMOLOGO este procedimento licitatório por não vislumbrar qualquer irregularidade. Fabiana Zanquetta de Azevedo - Secretária Municipal de Educação. O inteiro teor encontra-se a disposição dos interessados no Portal de Compras e nos autos do processo.

AVISO - EXTRATO DA SESSÃO, DECISÃO DE RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 690/2023 – Processo 15499/2023

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de material para serviços de roçada em atendimento as unidades escolares e demais prédios da Secretaria Municipal de Educação. Sessão pública realizada on line com início dia 10/01/2024, sendo declarada vencedora a empresa RAMADAM & FIGUEIREDO CONSTRUÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA (item 1). Houve manifestação de intenção de recurso pela empresa CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPAÇÕES LTDA. (apresentou as razões recursais). Foram apresentadas contrarrazões. A pregoeira manteve a decisão prolatada na sessão do Pregão. O processo foi encaminhado a Sra. Secretária Municipal de Educação que ratificou a decisão da pregoeira, negando provimento ao recurso. Celia Candida Faria - Pregoeira.

ADJUDICO o pregão à empresa RAMADAM & FIGUEIREDO CONSTRUÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA (item 1) e HOMOLOGO este procedimento licitatório por não vislumbrar qualquer irregularidade. Fabiana Zanquetta de Azevedo - Secretária Municipal de Educação. O inteiro teor encontra-se a disposição dos interessados no Portal de Compras e nos autos do processo.

DECRETO Nº 19.838
DE 24 DE ABRIL DE 2024.

Dispõe sobre a padronização da identificação visual e uso das viaturas da Guarda Civil Municipal, e dá outras providências.

PREFEITO EDINHO ARAÚJO, do Município de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 64, VI; da Lei Orgânica deste Município,

D E C R E T A:

CAPÍTULO I
DA IDENTIFICAÇÃO VISUAL DAS VIATURAS

Art. 1º As viaturas, motocicletas, bicicletas, ônibus, utilitários e quaisquer outros veículos pertencentes a Guarda Civil Municipal de São José do Rio Preto, serão adquiridos na cor branca e deverão estar identificados e padronizados, com grafismo nas cores azul marinho e amarelo.

Art. 2º Os veículos da Guarda Civil Municipal de São José do Rio Preto, deverão ser adesivados ou pintados com o brasão oficial da instituição no capô, a descrição "GCM" nas portas dianteiras, a atividade a que se destina nas portas traseiras.

Art. 3º Em ambos os lados e na traseira dos veículos, serão adesivados ou pintados de maneira visível, o prefixo das viaturas e o número emergencial da Guarda Civil Municipal 153.

Art. 4º As especificações técnicas do grafismo das viaturas, que tratam os artigos 1º, 2º e 3º serão definidos conforme Anexo I deste Decreto.

Art. 5º As viaturas serão equipadas com dispositivos luminosos intermitentes, sirenes de emergência e rádio de comunicação.

Parágrafo único. Qualquer outra adaptação necessária, deverá ser autorizada pelo Secretário da pasta.

Art. 6º A padronização do grafismo conforme demanda desta normativa, será executada de forma gradativa, a partir dos processos de aquisição e/ou locação futuras, a contar da data de publicação deste Decreto.

Parágrafo único. As viaturas adquiridas através de Convênios ou outros repasses parlamentares,
obrigatoriamente deverão obedecer ao grafismo padrão da Guarda Civil Municipal de São José do Rio Preto, exceto apenas, quando for obrigatória outra determinação imposta pelo Termo de Convênio.

Art. 7º É vedada a colocação de adesivos em qualquer local do veículo e adaptações, de natureza diversas a finalidade do serviço, exceto os originais de fábrica, oriundos da linha de montagem do veículo.

CAPÍTULO II
DO USO DAS VIATURAS

Art. 8º As viaturas da GCM somente poderão ser conduzidas pelos integrantes da instituição, devidamente uniformizados, habilitados e autorizados pelo Comandante da Guarda Civil Municipal.

Parágrafo único. O motorista da viatura oficial da GCM é o profissional responsável pela condução, controle do tráfego, manutenção preventiva, limpeza e abastecimento durante o período de emprego da mesma.

Art. 9º O uso e emprego das viaturas da GCM serão estritamente para o cumprimento das atribuições legais da instituição sendo vedado sua utilização para fins particulares.

Parágrafo único. Todo deslocamento de viaturas precederá de comunicação ao CECOM - Centro de Comunicação, respeitando a normatização interna.

Art. 10 Os dispositivos luminosos intermitentes e sirenes de emergência durante o emprego da viatura, sempre que necessário, terão seu uso regulamentado através de ordem de serviço emitida pelo Comandante da Guarda Civil Municipal.

Art. 11 Demais detalhes de identificações omissos neste Decreto, bem como as demais regulamentações necessárias ao uso das viaturas, serão definidos oportunamente através de portaria emitida pelo Secretário de Segurança Pública do município, conforme necessário.

Art. 12 Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal "Dr. Lotf João Bassitt", 24 de abril de 2024, 172º Ano de Fundação e 130º Ano de Emancipação Política de São José do Rio Preto.

PREFEITO EDINHO ARAÚJO
LUIS HENRIQUE DI JACINTHO SANTOS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
LUÍS ROBERTO THIESI
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Registrado no Livro de Decretos e, em seguida publicado por afixação na mesma data e no local de costume e pela Imprensa local.

ANEXO I
ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO GRAFISMO DAS VIATURAS DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

1. Padrão do grafismo das viaturas:

1.1. Viaturas veículos 4 rodas (todos os modelos):

1.1.1. Laterais da viatura deverão constar: o número do telefone 153 na cor azul fixado na parte superior traseira do veículo, número PM na cor azul fixado na parte central traseira do veículo, bandeira do município fixada na parte inferior traseira do veículo, faixa azul iniciando do farol dianteiro até o número PM, faixa amarela fixada abaixo da faixa azul iniciando do farol dianteiro até o número PM, quadriculado (estilo xadrez) nas cores preta e branca fixadas na parte inferior do veículo;

1.1.2. Portas dianteiras da viatura deverão constar: dentro da faixa azul marinho o escrito "GUARDA CIVIL MUNICIPAL" na cor branca, brasão da Guarda Civil Municipal, as letras "GCM" na cor azul;

1.1.3. Parte frontal da viatura deverá constar: brasão da Guarda Civil Municipal centralizado, as letras "GCM" na cor azul, quadriculado (estilo xadrez) nas cores preta e branca na extremidade do capô;

1.1.4. Parte traseira da viatura deverá constar: brasão da Guarda Civil Municipal fixado na parte inferior à esquerda, o escrito "GUARDA CIVIL MUNICIPAL" na cor azul centralizado na parte superior, telefone 153 na cor vermelha e número PM na cor azul fixados na parte inferior à direita; quadriculado (estilo xadrez) nas cores preta e branca fixadas na parte inferior da tampa da porta mala;

1.2. Viaturas motocicletas:

1.2.1 Laterais traseiras da viatura abaixo do assento do motociclista deverão constar: o escrito "GUARDA CIVIL MUNICIPAL" na cor azul e logo abaixo quadriculado em duas camadas (estilo xadrez sillitoe) nas cores preta e branca;

1.2.2 Laterais da viatura na carenagem na cor branca junto ao tanque de combustível deverão constar: brasão da Guarda Civil Municipal fixado na parte superior, as letras "GCM" na cor azul fixadas abaixo do brasão, telefone 153 na cor vermelha e número PM na cor azul fixados na parte inferior;

2. **Adesivos**: Sobre a pintura serão afixados os adesivos identificadores, seguindo exatamente a grafia e cores conforme layout enviado pela Secretaria Municipal de Segurança Pública, observando que todas as faixas, letras, números e o símbolo do telefone serão confeccionados em vinil refletivo, exceções são o brasão da Guarda Civil Municipal, Bandeira do município e o adesivo na cor preta que serão em vinil não refletivo.

2.1. **Adesivos não refletivos**:

2.1.1. Material: Película PVC fundida, polimérica, especifica para uso em cortadoras planas, controladas eletronicamente, com adesivo em uma das faces, protegido por meio de *liner*;
2.1.2. Espessura: mínima de 0,08 mm;
2.1.3. Adesivo: acrílico à base de solventes, sensível à pressão;
2.1.4. Encolhimento aplicado: máximo de 0,4 mm;
2.1.5. Adesão: 6 lb/pol (superfície pintada);
2.1.6. Resistência à tração: 5 lb/pol;
2.1.7. Alongamento: mínimo 100%.

2.2. **Adesivos refletivos:**

2.2.1. Material: PVC fundido tipo, flexível, com tecnologia de retro-reflexão através de micro esferas de vidro encapsuladas, com adesivo em uma das faces, protegido por meio de *liner*;
2.2.2. Espessura: 0,16 a 0,22mm;
2.2.3. Adesivo: acrílico à base de solventes, sensível à pressão;
2.2.4. Encolhimento aplicado: máximo de 0,4mm;
2.2.5. Adesão: 0,8 Kg/cm (superfície pintada);
2.2.6. Resistência a tração: 1,8 Kg/cm.

2.3. **Procedimentos para aplicação das Películas Adesivas**:

2.3.1. Tecnologia para transformação: recorte eletrônico;
2.3.2. Aplicação: manual, seguindo as instruções fornecidas pelo fabricante;
2.3.3. Recortes em todas as regiões de baixo relevo;
2.3.4. Ausência completa de cantos vivos;
2.3.5. Não aplicação das películas em regiões de borrachas;
2.3.6. Uso de soprador térmico em toda a película durante sua aplicação;
2.3.7. Limpeza da superfície com água e detergente, seguido de desengraxante comercial;
2.3.8. Superfície para aplicação (pintura dos veículos) em perfeitas condições de ancoragem da tinta/verniz ao metal;
2.3.9. A aplicação deverá ser feita em local coberto e limpo (sem poeira);
2.3.10. Tempo para secagem da película (cura) não inferior a 48 horas.

LEI Nº 14.560
DE 23 DE ABRIL DE 2024.

Institui o Dia do Motorista de Aplicativo no Calendário de Festas e Comemorações, o dia 25 de julho, no Município de São Jose do Rio Preto SP".

PREFEITO EDINHO ARAÚJO, do Município de São José do Rio Preto SP, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Dia do Motorista de Aplicativo no Calendário de Festas e Comemorações, o dia 25 de julho, no Município de São Jose Do Rio Preto SP.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto, 23 de abril de 2024.

PREFEITO EDINHO ARAÚJO

Registrada no Livro de Leis e, em seguida publicada por afixação na mesma data e local de costume e, pela Imprensa Local.

Autógrafo nº 16.232/2024
Projeto de Lei nº 017/2024
Autoria da propositura: Ver. Francisco Sávio Ruel Júnior

SERVIÇO MUNICIPAL AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SeMAE

ABERTURA DE LICITAÇÃO - AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO. Acha-se publicado no portal de compras da Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto-SP, https://compras.empro.com.br/, o **Pregão Eletrônico SeMAE nº 22/2024, Processo SICOM 356/2024** objetivando o **Registro de preços para contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios**. **Vigência da Ata:** 12 meses. O recebimento das propostas dar-se-á até o dia **10.05.2024, às 08h30** e abertura a partir das **08h35**. O edital, na íntegra, e demais informações, encontram-se à disposição dos interessados, no portal de compras**. S.J.R.P. 22.03.2024 – Ruy Dias Sampaio – DCSRP.**

ABERTURA DE LICITAÇÃO - AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO - Acha-se publicado no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto-SP, https://compras.empro.com.br/, o **Pregão Eletrônico SeMAE nº 31/2024**, **Processo SICOM 378/2024** objetivando a **Contratação de empresa para o fornecimento de uma eletroválvula composta por atuador elétrico, redutor, flange de adaptação e válvula borboleta DN400 Concêntrica Flangeada. Prazo de entrega**: 30 dias. O recebimento das propostas dar-se-á até o dia **08.05.2024**, às **08h30** e abertura a partir das **08h35**. O edital, na íntegra, e demais informações, encontram-se à disposição dos interessados, no Portal de Compras. **S.J.R.P. 19.04.2024 - Fábio Augusto Zambon Furlan - DSA.**

EXTRATO DE SESSÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2024 – PROCESSO SICOM 365/2024 - Objeto: **Aquisição de 500 cadeados de latão maciço com mesmo segredo, conforme especificações constantes do Termo de Referência**. Sessão pública realizada online no dia **22.04.2024**, sendo adjudicado o objeto à vencedora **RIO PRETO PRIME NEGÓCIOS & SERVIÇOS EIRELI** para o **item 01.** A íntegra da sessão está disponível no "Portal de Compras".

Renato Eduardo de Freitas - Pregoeiro – TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2024 – PROCESSO SICOM 365/2024 "HOMOLOGO este processo licitatório, por entendê-lo como regular, não vislumbrando qualquer irregularidade." **S.J.R.P, 23.04.2024 – Nicanor Batista Júnior – Superintendente.**

EXTRATO DE ORDEM DE FORNECIMENTO - PREGÃO ELETRÔNICO 11/2024 - PROCESSO SeMAE Nº 13/2024. Objeto: Aquisição de válvulas de sucção e válvulas de injeção para utilização com solução de hipoclorito de sódio 12% (m/V) e solução de ácido fluossilícico 20% (m/V) para tratamento de água. **Contratada:** PROMINENT BRASIL LTDA. **OF nº:** 59/2024, recebida em 22.04.2024. **Itens:** 01 e 02. **Valor:** R$59.250,00. **Prazo de entrega:** 30 dias. **Nicanor Batista Júnior – Superintendente.**
S.J.R. Preto, 24/04/2024 – Nicanor Batista Junior - Superintendente

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO
1° TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 07/2023-SEMAS.
Processo Administrativo nº 21/2022
Dispensa de Chamamento Público nº 16/2022-SEMAS
Em atendimento as exigências do art. 38 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, bem como do art. 48 do Decreto Municipal nº 19.611, de 31 de outubro de 2023, torna público o extrato do 1° Termo Aditivo ao Termo de Colaboração que entre si celebram o município de São José do Rio Preto, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social e o Instituto Comboniano São Judas Tadeu
Objeto: O presente aditivo tem por objeto destinar um incremento temporário para despesas de custeio e investimento para cofinanciar os serviços socioassistenciais nacionalmente tipificados, de acordo com a Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2.009, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, para o período de 1° de maio de 2024 a 31 de dezembro de 2024.
Valor global: R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), sendo R$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais) destinados para investimento e R$ 90.000,00 (noventa mil reais) destinados para custeio, conforme previsto no Cronograma de Desembolso e Plano de Aplicação, constantes do Plano de Trabalho aprovado.
Vigência: 01/05/2024 a 31/12/2024.
Data da assinatura: 18 de abril de 2024.
Helena Cristina Rozales da Silva Marangoni - Secretária Municipal de Assistência Social
Pe. Luiz Donizeti Caputo – Presidente do Instituto Comboniano São Judas Tadeu.
(Republicado para correção da data de vigência)

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO
1° TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 09/2022-SEMAS.
Processo Administrativo nº 16/2022
Dispensa de Chamamento Público nº 14/2022-SEMAS
Em atendimento as exigências do art. 38 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, bem como do art. 48 do Decreto Municipal nº 19.611, de 31 de outubro de 2023, torna público o extrato do 1° Termo Aditivo ao Termo de Colaboração que entre si celebram o município de São José do Rio Preto, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE .
Objeto: O presente aditivo tem por objeto destinar um incremento temporário para despesas de custeio para cofinanciar os serviços socioassistenciais nacionalmente tipificados, de acordo com a Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2.009, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, para o período de 1° de maio de 2024 a 31 de agosto de 2024.
Valor global: R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), destinados para custeio, com recurso de origem municipal, conforme previsto no Cronograma de Desembolso e Plano de Aplicação, constantes no Plano de Trabalho aprovado.
Vigência: 01/05/2024 a 31/08/2024.
Data da assinatura: 23 de abril de 2024.
Helena Cristina Rozales da Silva Marangoni - Secretária Municipal de Assistência Social
Magdalena Volpe – Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 39/2024 – SMA
FICAM os candidatos abaixo elencados, habilitados no **CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N.º 01/2023**, para preenchimento do cargo de **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I**, devido as desistências de candidatos convocados em Editais anteriores e, para que não haja descontinuidade no serviço público, ficam cientificados que terão **até o dia 10 de maio de 2024** para apresentarem toda documentação exigida no Edital do Concurso conforme relação de documentos adiante elencados, de forma que a Administração Pública possa aferir o preenchimento de todas as condições para posterior nomeação.
Se os candidatos não entregarem toda a documentação exigida dentro do prazo estabelecido na Coordenadoria de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, localizada na Av. Alberto Andaló, n.º 3030, 3º andar do Paço Municipal, decairão do direito à nomeação.
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS:
Apresentar os documentos na ordem da relação e originais para atestar a autenticidade:
1) Carteira de Identidade – R.G. (cópia) Não será aceita a CNH;
2) Cadastro de Pessoa Física - CPF (cópia);
3) Comprovante de endereço (cópia);
4) Carteira Profissional – **01 cópia** das páginas onde constam a foto, os dados pessoais, os Contratos de Trabalho, Contribuição Sindical, FGTS e Anotações Gerais, sempre copiando a próxima folha em branco **(de todas as Carteiras de Trabalho)** e **Declarações de órgãos públicos** (ref. Registros de Trabalhos exercidos anteriormente, se houver) ou print da Carteira Profissional Digital – Acessar: www.gov.br/pt-br/temas/carteira-de-trabalho-digital ;
5) PIS/PASEP - Encaminhar-se a **Caixa Econômica Federal** e ao **Banco do Brasil**, solicitar:
- Atualização dos Dados Pessoais (caso tenha inscrição);
- Pesquisas do PIS e do PASEP atualizadas;
Apresentar os documentos que serão fornecidos pelos dois bancos, mesmo não constando número de inscrição e
Baixar APP – Caixa Trabalhador, fazer o acesso, clicar em "Meu NIS" – "Salvar" **– Apresentar documento impresso do NIS**;
6) Certidão de Quitação Eleitoral emitida pelo site www.tse.jus.br;
7) Certificado de Reservista (cópia);
8) Certidão de Nascimento ou Casamento (no caso de União Estável, trazer também a Certidão do estado civil anterior) (cópia);
9) Consulta efetuada no site do eSocial: consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml e caso conste pendência no resultado da consulta (campo "mensagem") esta deve ser sanada, conforme campo "orientação", até a entrega da documentação.
10) Certidão de Nascimento ou R.G. dos filhos menores de 21 anos e dos maiores de 21 e menores de 24 anos que estejam cursando universidade e dos filhos deficientes de qualquer idade (cópia);
11) Carteira de vacinação de filhos menores de 14 anos (cópia);
12) Comprovar os requisitos exigidos para o exercício do cargo, elencados no Quadro do item 2.2, Capítulo 2 do Edital Normativo (cópia);
13) Pesquisa por **nome** e **número** de **PIS/PASEP** efetuada no site do Tribunal de Contas (www.tce.sp.gov.br/siscaanet) para a verificação de acúmulos.
Os cargos, empregos e funções anteriores que não estiverem ativos e que não constem a Data da Demissão/Exoneração nas respectivas pesquisas, apresentar a publicação da exoneração ou documento comprobatório do desligamento;
14) Declarações (redigidas de próprio punho ou digitadas) com a devida qualificação pessoal (Nome, RG, CPF e endereço) e declarando sob as penas da lei:
14.1) Declaração de possuir ou não cargo, emprego ou função pública, de acordo com a Constituição Federal (em caso positivo, apresentar Declaração de horário);
14.2) Declaração de possuir ou não vínculo privado (em caso positivo, apresentar Declaração de horário da empresa);
14.3) Declaração de não ter sido demitido(a) do serviço público Federal, Estadual ou Municipal em consequência de Processo Administrativo (por justa causa ou a bem do serviço público);
14.4) Declaração de Bens e Valores que constituem seu patrimônio ou cópia completa da última Declaração do Imposto de Renda com Recibo de Entrega;
14.5) Declaração de ser ou não beneficiário(a) de aposentadoria pública, em caso positivo, apresentar comprovante;
14.6) Declaração da(s) cidade(s) onde reside e residiu nos últimos 5 (cinco) anos;
15) Atestado / Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (âmbitos Estadual e Federal), dos últimos **05 (cinco) anos**, expedidas pelos órgãos competentes **dos Estados onde reside e residiu** no período de abrangência. Em caso positivo, apresentar a Certidão de Objeto e pé.
Obs: Podem ser expedidas via Internet:
15.1) **Estadual**: http://www.ssp.sp.gov.br (demais Estados consultar Secretaria de Segurança Pública);
15.2) **Federal**: http://www.pf.gov.br (caso ocorram problemas na obtenção da Certidão, via Internet, solicitar diretamente no órgão competente).
16) Certidões de Distribuição Criminal dos últimos **05 (cinco) anos,** expedidas pelos órgãos competentes **Âmbito Estadual - das cidades onde reside e residiu** e **Âmbito Federal – dos Estados onde reside e residiu** no período de abrangência. Em caso positivo, apresentar Certidão de Objeto e pé.
Obs: Endereço dos órgãos competentes em **São José do Rio Preto - SP**:
16.1) **Estadual**: emissão via internet, **em todo Estado de São Paulo,** no endereço https:///esaj.tjsp.jus.br/sco/abrirCadastro.do - **Certidão de Distribuição de Ações Criminais OnLine, não serão aceitas de Execuções Criminais** - Fórum Estadual – Rua Marechal Deodoro, 3036 – Centro. **Caso o nome consultado tenha data de nascimento anterior a 01/01/1969**:
Deverá encaminhar o protocolo do pedido, junto do RG, ao e-mail: **riopreto@tjsp.jus.br**;
16.2) **Federal**: emissão via Internet no endereço http://www.jfsp.jus.br - Justiça Federal: Rua dos Radialistas Riopretenses, 1.000 – Chácara Municipal.
17) Dirigir-se ao Banco Bradesco, munido(a) de RG, CPF e comprovante de endereço no nome do(a) convocado(a) (originais e cópias) e o Documento referente à abertura de conta, que deverá ser retirado no SEESMT, para abertura de **Conta Salário** vinculada ao CNPJ da Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto. **Apresentar cópia do comprovante de abertura da conta salário constando CPF e CNPJ desta Prefeitura;**
18) Acessar: https://www.riopreto.sp.gov.br/concursos, imprimir e preencher:
- Formulário de Dados Cadastrais e a Autodeclaração de Raça – **Apresentar no ato de entrega da documentação** e
- Formulário de Anamnese - **Levar no Exame Médico Admissional**, juntamente com a Carteira de vacinação atualizada (cópia).
O agendamento para o Exame Médico deverá ser através do telefone (17) 3203-1128 e sua realização no SEESMT, localizado na Av. Alberto Andaló, 3030, térreo do Paço Municipal.
19) Outros documentos que a PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO julgar necessários.
OBS.: NÃO SERÃO ACEITOS PROTOCOLOS.
CANDIDATOS CONVOCADOS:
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I – LC 742/24

Clas	Nome
540	SOLANGE MARTINS
541	MARIA TEREZA RODRIGUES LOPES
542	ELIANE CRISTINA PEREZ
543	MARINA DALBIANCO
544	MARCELLA PALHIARI TRALLI
545	VANIA DA SILVA COSTA
546	ALINE CORDEIRO DOS SANTOS
547	PRISCILLA ELOYS MENDES

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I – LC 734/23

Clas	Nome
548	THAIS OLIVEIRA ANTUNES AVELAR
549	TALISSA CAROLINE ESTEVAM ORFEI
550	ANA CAROLINA DA SILVA PAZ
551	AMILTON BATISTA RODRIGUES
552	GIOVANNA LOPES DE CARVALHO
553	ISIS MARIA OLIVEIRA NOGUEIRA

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:
- **Prazo para protocolo da documentação**:
Edital de Convocação: 39/2024 - SMA Publicado: 25/04/2024 Término: 10/05/2024
O atendimento para entrega da documentação para nomeação e posse será feito somente mediante agendamento na Coordenadoria de Pessoal pelo Telefone **(17) 3203-1337;**
- Desde que estejam todos os documentos prontos, poderão ser entregues a qualquer momento, dentro do prazo estipulado, observado o disposto no item anterior.

São José do Rio Preto, 24 de abril de 2024.
JOSE FABIO GAZZOLA HEREDIA
Secretário Municipal de Administração

Convocação nº 30/2024 – SME
A Secretaria Municipal de Educação de São José do Rio Preto, convoca **05 (cinco) ESTAGIÁRIOS DE PEDAGOGIA** abaixo relacionados, classificados no Processo Seletivo Simplificado para Estagiários de Pedagogia - Edital SME nº 05/2024, conforme lista publicada em 16/03/2024.
O convocado abaixo relacionado deverá comparecer na Secretaria Municipal de Educação (Rua General Glicério – 3947 – Vila Imperial), no dia **26/04/2024,** às 9 horas.
O convocado que não comparecer na data, hora e local supracitados **terá os dias 29 e 30/04/2024**, para comparecer na Secretaria Municipal de Educação, para atendimento exclusivamente às **9h no período da manhã ou às 14h30 no período da tarde**. **O não comparecimento no prazo acima, será considerado desistente.**
O candidato que comparecer no prazo e local acima citado, terá o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a partir da data de publicação desta Convocação, para o envio dos documentos abaixo relacionados, excepcionalmente, para o e-mail super.prefeiturariopreto@gmail.com com cópia para o e-mail setordeestagio@riopreto.sp.gov.br
O candidato deverá ter disponibilidade de horário para cumprir carga horária de 25 (vinte e cinco) horas semanais.

Classif.	NOME
58	GISLAINE DA SILVA
59	VANESSA SALDANHA MOREIRA
60	SHAYANE DE MENEZES
61	SIMONE SILVA SANTOS
62	CLECIA CRISTINA TEIXEIRA SILVA

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO – Edital SME nº 05/2024
Excepcionalmente, esses documentos deverão ser digitalizados e salvos em arquivo no formato "pdf", para o envio por e-mail.
1) Carteira de Identidade – RG (não será aceita a CNH);
2) Cadastro de Pessoa Física - CPF;
3) Certidão de Nascimento ou Casamento;
4) Comprovante de endereço;
5) Declaração de matrícula atualizada da Faculdade – (**CONSTANDO INÍCIO E TÉRMINO DO CURSO (MÊS/ANO), EM QUAL SEMESTRE ESTÁ CURSANDO, QUANTOS SEMESTRES TEM O CURSO, PERÍODO (MANHÃ/TARDE/NOITE OU EAD**);
6) Comprovante de consulta efetuada no site do eSocial: www.consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml e caso conste pendência no resultado da consulta (campo "mensagem") esta deve ser sanada, conforme campo "orientação", até a entrega da documentação. O resultado da pesquisa deverá constar **" Os dados estão corretos".**
7) Dirigir-se ao Banco Bradesco, munido do RG, CPF e comprovante de endereço para abertura da **Conta Salário** – vinculada ao **CNPJ da Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto** (Enviar comprovante de abertura de conta salário constando os dados da conta, estagiário e Prefeitura).
8) **Exame Médico Admissional** – O agendamento para a realização do exame deverá ser através do telefone (17) 3203-1128. Local do Exame Médico: SEESMT, Av. Alberto Andaló, 3030, térreo do Paço Municipal, munido da Carteira de Vacinação atualizada (cópia), Ficha de Avaliação e Formulário de Anamnese.
OBSERVAÇÃO:
NÃO SERÃO ACEITOS PROTOCOLOS DE DOCUMENTOS.
Prazo para protocolo da documentação:
Convocação nº 30/2024 – SME Publicado em 25/04/2024 Término 10/05/2024
São José do Rio Preto, 24 de abril de 2024.
FABIANA ZANQUETTA DE AZEVEDO
Secretária Municipal da Educação

CORREÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO DIA 24/04/2024
Processo Seletivo nº 01/2023
Onde se lê:
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Convocação SME nº 27/2024
Leia-se:
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Convocação SME nº 29/2024
São José do Rio Preto, 24 de abril de 2024.
FABIANA ZANQUETTA DE AZEVEDO
Secretária Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL
EDITAL DE AUTO DE NOTIFICAÇÃO/ADVERTÊNCIA

NOME/RAZÃO SOCIAL	AUTO DE NOTIFICAÇÃO	MOTIVO
CASSIA PRISCILA VIEIRA	330/2024	AGENDAMENTO DE VISTORIA E MANEJO AMBIENTAL
ORLANDO MENDES LEITE	331/2024	AGENDAMENTO DE VISTORIA E MANEJO AMBIENTAL
ANTONIO BARBIERI	334/2024	MANEJO AMBIENTAL
LUIZ EVARISTO GRACON	335/2024	MANEJO AMBIENTAL
ARIAN JARDIN MACHADO	336/2024	MANEJO AMBIENTAL
OTÁVIO DIAS JUNIOR	337/2024	MANEJO AMBIENTAL
LOAD FACILITY ACADEMIA GINASTICA LTDA	338/2024	TRATAMENTO DE PISCINA
LEOZINDO CARLOS PINTO	339/2024	MANEJO AMBIENTAL
ROSIANE CRISTINA ARANEGA RODRIGUES	340/2024	MANEJO AMBIENTAL
ADRIANO JOSÉ DE SOUZA	342/2024	MANEJO AMBIENTAL

EXTRATO: 04º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 05/2021-SMS – QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E A FUNDAÇÃO FACULDADE REGIONAL DE MEDICINA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO.
OBJETO: O **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, entidade de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.588.950.0001-80, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, ADILSON VEDRONI, e, de outro, a **FUNDAÇÃO FACULDADE REGIONAL DE MEDICINA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**, inscrita no CNPJ sob o nº 60.003.761/0001-29, neste ato representada por seu diretor, JORGE FARES, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente **TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO**.
PRAZO: Fica prorrogada a vigência do Convênio nº 05/2021-SMS até o dia 20 de maio de 2025.
VALOR: O valor global estimado para a execução deste termo aditivo será de R$ 180.700.000,00 (cento e oitenta milhões e setecentos mil reais).
BASE LEGAL: art. 199, § 1º da CF/88; LEI Nº 14.133/21; LEI Nº 8080/90.
DATA DE ASSINATURA: 23 DE ABRIL DE 2024.
Pela Secretaria Municipal de Saúde Adilson Vedroni; pela FUNFARME, Jorge Fares.

EXTRATO: CONVÊNIO Nº 01/2024-SMS – INSTRUMENTO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A ARCD – ASSOCIAÇÃO DE REABILITAÇÃO DA CRIANÇA DEFICIENTE – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO.
OBJETO: O presente Convênio tem por objeto a prestação de serviços de saúde na forma complementar ao Sistema Único de Saúde – SUS, nos termos do artigo 199, § 1º da Constituição Federal, para a manutenção dos serviços prestados pela ARCD Unidade de São José do Rio Preto, no atendimento multidisciplinar e multiprofissional em habilitação e reabilitação às pessoas com deficiências físicas, como ponto de atenção da Rede Municipal de Cuidados a Pessoas com Deficiência, em conformidade com a Portaria GM 793/2012, garantindo a continuidade do cuidado integral.
PRAZO: O presente Convênio terá vigência de **01/05/2024** até **30/04/2026**.
VALOR: O MUNICÍPIO repassará à ENTIDADE o **valor por competência de até R$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais)** por mês, para o pagamento das despesas necessárias ao atendimento do objeto deste Convênio que estão previstas no Cronograma de Desembolso e no Plano de Aplicação de Recursos Financeiros constantes do Plano de trabalho, **totalizando até R$ 2.520.000,00 (dois milhões, quinhentos e vinte mil reais)**, para o valor global desta parceria. **BASE LEGAL:** Constituição Federal, em especial os artigos 196 a 200, Lei Orgânica do Município, Lei Federal n.º 14.133 de 1º de abril de 2021 e suas alterações, Lei Complementar 101/00, Instrução Normativa nº 01/2020 atualizada pela resolução nº 023/2022 do TCE/SP.
DATA DE ASSINATURA: 23 DE ABRIL DE 2024.
Pela Secretaria Municipal de Saúde Adilson Vedroni; pela ARCD, Licia Soares Fernandes Nagao.

CÂMARA MUNICIPAL SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº 17/2024
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
PROCESSO SICOM Nº 223/2024
OBJETO: Registro de preços para emissão de 50 (cinquenta) certificados digitais e-CPF, tipo A3 com mídia token, sendo sua validade mínima de 36 (trinta e seis) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos. Pelo presente termo, HOMOLOGO o Processo Licitatório Sicom nº 223/24 e a proposta da empresa a DELTA CERTIFICADORA DIGITAL LTDA - CNPJ: 33.638.059/0001-69, declarada vencedora do certame no valor unitário de R$259,99 (duzentos e cinquenta e nove reais e noventa e nove centavos). SJRP, 23/04/24. Ver. PAULO ROBERTO AMBRÓSIO Presidente da Câmara Municipal.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO SICOM Nº 223/2024
DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº 171/2024
OBJETO: Registro de preços para emissão de 50 (cinquenta) certificados digitais e-CPF, tipo A3 com mídia token, sendo sua validade mínima de 36 (trinta e seis) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos. Ata nº 09/2024. Contratada: DELTA CERTIFICADORA DIGITAL LTDA. Item/Valor unitário: 1 – R$259,99. Vigência: 12 meses. Data da assinatura: 24/04/2023. Recursos orçamentários: 3390.90 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. Base Legal: Decreto Municipal Nº 19.415 de 17/03/2023, Ato Da Presidência Da Câmara de São José do Rio Preto N° 04/2023 e Lei federal nº 14.133/21 de 01/04/2021. São José do Rio Preto, 24 de abril de 2024. Ver. PAULO ROBERTO AMBRÓSIO Presidente da Câmara Municipal.

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – SP EXTRATO DE ADITIVO Processo nº 41/2024 Aditivo Contratual nº 08/2024 Contrato nº 07/2023 CONTRATADA: EDITORA D HOJE INTERIOR RIO PRETO LTDA. Objeto: Acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) ao valor inicial do Contrato nº 07/2023, firmado entre as partes nos termos previstos em sua cláusula DÉCIMA SEGUNDA. Vigência: 24 de abril de 2024 a 03 de agosto de 2024. Data da Assinatura: 24 de abril de 2024. Valor do Aditivo: R$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais). Recursos Orçamentários: 3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. Base Legal: Artigo 65, § 1º da Lei nº 8.666/93. São José do Rio Preto, 24 de abril de 2024. Ver. PAULO ROBERTO AMBRÓSIO Presidente da Câmara Municipal de São José do Rio Preto

RESOLUÇÃO Nº 1.294
De 24 de abril de 2024.
Autoriza a Câmara Municipal de São José do Rio Preto a filiar-se à União dos Vereadores do Estado de São Paulo – UVESP, na forma que especifica.

Ver. PAULO ROBERTO AMBRÓSIO, Presidente da Câmara Municipal de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo:
FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte **Resolução**:
Art. 1º Fica a Câmara Municipal de São José do Rio Preto autorizada a proceder à filiação à União dos Vereadores do Estado de São Paulo – UVESP, entidade sem fins lucrativos, representativa do Poder Legislativo Municipal do Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 01.024.643/0001-38, observada a legislação aplicável, a fim de que sejam colocados à disposição da Câmara Municipal os seus serviços de apoio e de aprimoramento à atividade legislativa, na forma do Estatuto Social.
Art. 2º A filiação dar-se-á por meio da assinatura de Termo de Filiação, com fulcro no art. 75, XV, da Lei Nacional nº 14.133, de 1º de abril de 2021, conforme minuta em anexo.
Parágrafo único. As prorrogações obedecerão aos requisitos previstos na legislação específica, ficando a critério da Presidência do período.
Art. 3º As despesas decorrentes da presente Resolução correrão por conta de dotações próprias do orçamento da Câmara Municipal, suplementadas, se necessário.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Câmara Municipal de São José do Rio Preto,
24 de abril de 2024.
Vereador PAULO ROBERTO AMBRÓSIO
Presidente da Câmara
Projeto de Resolução nº 005/2024
Aprovado em 23/04/2024, na 14ª **Sessão** Ordinária.
Registrado na Diretoria Legislativa da Câmara e
Publicado no Jornal Oficial do Legislativo.
Eduardo Trivizan Fares
Diretor-Geral
Autoria da propositura:
Mesa Diretora
rfg/

Editais

Esgotado nossos recurso de localização e tendo em vista encontrar-se em local não sabido, convidamos o **Sr. VANDERLEI HERRERIAS MATIAS,** brasileiro, solteiro, auxiliar de mecânico, inscrito no CPF sob o n 371.666.848-60 a comparecer na empresa MC FREIOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 33.636.110/0001-01, com sede na Av. Carlos Alberto Colognesi, n. 1.765, Centro Empresarial, CEP 15.086-343, na cidade de São José do Rio Preto – SP, a fim de retornar ao emprego ou justificar as faltas desde 06/10/2023 dentro do prazo improrrogável de 72 (setenta e duas) horas, contados a partir desta publicação, sob pena de ficar rescindido, automaticamente , o contrato de trabalho por abandono de emprego, nos termos do art. 482, "i", da CLT, o que importará em seu desligamento desta empresa.

São José do Rio Preto, 23 de abril de 2024.

ABANDONO DE EMPREGO
RAMOS & CARDELICHIO COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME, com sede a Rua Fernando Metitier Pierre, 1099, Jardim Primavera São José do Rio Preto, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ 67.591.008/0001-40, convoca o **Sr. VITOR EMANUEL NUNES CARDOSO**, CTPS 0740543, série 4584 que vem faltando desde o dia 08/03/2024, respectivamente, a comparecer em sua sede no prazo máximo de 24 (vinte e quatro horas) sob pena de configurar abandono de emprego, sujeito às penalidades previstas no art. 482 da CLT.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 3000047-05.2013.8.26.0474 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única, do Foro de Potirendaba, Estado de São Paulo, Dr(a). Marco Antônio Costa Neves Buchala, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) JOSÉ CARLOS PEREIRA DA SILVA, Brasileiro, CPF 058.xxx.xxx-71, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial (3000047-05.2013.8.26.0474) por parte de BANCO BRADESCO S/A, alegando em síntese: "A parte ré firmou com a instituição financeira autora, contrato de empréstimo com alienação fiduciária e ocorre que a parte demandada não adimpliu com as obrigações pactuadas, deixando de efetuar o pagamento das parcelas". Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 03 (três) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o valor da dívida no valor de R$ 23.520,56, que deverá ser atualizada até a data do efetivo pagamento, acrescida dos honorários advocatícios da parte exequente arbitrados em 10% sobre o valor atualizado do débito, conforme pedido inicial. Caso o executado efetue o pagamento no prazo acima assinalado, os honorários advocatícios poderão ser reduzidos pela metade (art. 827, § 1º, do Código de Processo Civil). Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. K-24e25/04

EDITAL DE LOTEAMENTO
(Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979)

CRISTIANO VIANA SILVEIRA SANTOS Oficial do 2º Registro de Imóveis de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, **FAZ PÚBLICO**, que foram apresentados por **EMAIS URBANISMO AGIR LTDA**, com sede nesta cidade, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 3631, sala 220, Jardim Moysés Miguel Haddad, inscrita no CNPJ sob nº 34.536.789/0001-11, registrada sob o NIRE 35210239360, para exame dos interessados e na conformidade da Lei 6.766 de 19 de dezembro de 1979, o requerimento, memorial e demais documentos relativos aos **LOTEAMENTOS** denominados **"ECIVITAS LUMIÈRE"** e **"ECIVITAS AMAZONAS"**, aprovado em 29 de dezembro de 2023, pela Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto, objetivando o terreno situado no perímetro urbano desta cidade, **matriculado sob nº 122.259,** desta Serventia, com ***área total de 852.552,27 metros quadrados***, conforme desenho de localização em anexo; tendo sido apresentado a aprovação do GRAPROHAB (Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais) conforme Certificado nº 025/2023, expedido em 24 de janeiro de 2023, e pela Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto, através do Alvará de Loteamento nº 006/2023 de 29 de dezembro de 2023. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados é expedido o presente edital, com prazo de 15 (quinze) dias, será publicado por 03 (três) vezes consecutivas, e na ausência de qualquer impugnação de terceiros, proceder-se-á ao registro de que trata o parágrafo 1º do artigo 19 da citada lei. Dado e passado no Serviço Registral da Segunda Circunscrição Imobiliária da Comarca de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, aos dezoito (18) dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro (2024). O 2º Oficial de Registro de Imóveis de São José do Rio Preto/SP.

CRISTIANO VIANA SILVEIRA SANTOS
OFICIAL

SINDICATO DOS EMPREGADOS NA GERAÇÃO, TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

CAMPANHA SALARIAL DE 2024
DATA BASE JUNHO

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ.

Pelo presente edital, a Diretoria Colegiada do **SINDICATO DOS EMPREGADOS NA GERAÇÃO, TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO** representada pelo seu Presidente João Gustavo Pavanete Sedano, CONVOCA todos os trabalhadores da empresa acima lotados no município que integram a sua base territorial, associados ou não a participar das ASSEMBLEIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIAS, que ocorrerão nas datas e locais abaixo designados para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) deliberação e aprovação da Pauta de Reivindicações a ser encaminhada à empresa, b) autorização para a diretoria do Sindicato firmar Acordo Coletivo de Trabalho com a empresa empregadora; c) Autorização para a diretoria do Sindicato requerer protesto judicial, bem como para instaurar processo de Dissídio Coletivo perante a Justiça do Trabalho e/ou atuar na Defesa de Dissídio Coletivo de Greve; d) Aprovação e/ou Ratificação da Taxa Negocial e/ou Contribuição Assistencial, e) Aprovação de que a divulgação de futuras convocações e/ou consultas sobre a Campanha Salarial 2024 sejam feitas oficialmente através do site sinergiaspcut.com.br dispensando a convocação em Jornal de Grande Circulação, f) Assuntos Gerais de Interesse da Categoria**. DIA, HORÁRIO E LOCAL DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DATA BASE JUNHO: CPFL:. São José do Rio Preto: EA Congonhas:** No dia 30/04/2024 às 07h30 em primeira convocação e às 08h00 em segunda convocação na R. Reinaldo Orlando Nogueira, 420 - Jardim Congonhas; **EA Rio Preto:** No dia 02/05/2024 às 07h30 em primeira convocação e às 08h00 em segunda convocação na R. Fernando Mertittier Pierre, 1094-1152 - Jardim Primavera; **Agência de Atendimento:** No dia 03/05/2024 às 07h30 em primeira convocação e às 08h00 em segunda convocação na R. Roberto Símonsen, 53 - Chacara Mun. E para que o presente edital chegue ao conhecimento de todos os trabalhadores interessados, determino a sua publicação em jornal de grande circulação e no veículo oficial de comunicação do Sindicato no site sinergiaspcut.com.br. São José do Rio Preto, 25 de abril de 2024. João Gustavo Pavanete Sedano. Presidente.

SIMPLES, RÁPIDO E PRÁTICO!
Receba no seu
Whatsapp
as principais notícias do dia
Salve nosso número
17 99168-2346
Envie no WhatsApp a mensagem
"Notícias"

SOCIAL

bobtoledo@gmail.com

Golpe de mestre

"A mensagem mais bonita que a vida nos dá é a existência das crianças"

Mega festa em Mirassol

Mais um final de semana. Rodeio de Mirassol 2024, o rodeio que mais cresce no Brasil, reinicia as atividades nesta quinta-feira, dia 25, a partir das 20h com o "Dia Solidário" e shows de Diego & Victor Hugo e Tierry, o ingresso pode ser trocado por 1kg de alimento não perecível ou comprado antecipadamente por R$ 10. Na sexta-feira (26) uma das noites mais esperadas do evento com shows de Maiara & Maraisa e Simone Mendes. No sábado (27) o furacão Ana Castela promete o recorde de público desta edição. Imperdível! O local das provas e shows no tradicional Recinto Municipal Leopoldo Gotardi.

Julia Maluf e Maria Clara Costantini Marques, durante o chique evento que lançou sua marca de jóias, primeira coleção chamada "by Maria Costantini", lindíssima, durante o maravilhoso coquetel. Maria Clara é filha de Lívia Costantini e do empresário Paulo Emílio Marques. Foto de Luizinho

Uma noite recheada de brilho, principalmente em dourado ouro, para comemoração a Costantini celebrou uma grande marca na sua história que é o aniversário de dez anos da boutique no Iguatemi Rio Preto. A elegante empresária Lívia Costantini Marques, diretora executiva da Costantini, ao lado do marido Paulo Emílio Marques, empresário, pecuarista e tropeiro (foto), promoveu terça-feira passada, 23 de abril, um evento exclusivo para convidados vips que contou com a presença de Carlos Ferreirinha, um dos maiores especialistas no mercado de luxo do Brasil e pioneiro na tradução da inteligência de gestão do luxo como business/negócio na região das Américas. Além disso, durante o evento foi lançada uma nova marca de jóias de Maria Clara Costantini Marques, filha de Lívia Costantini e do empresário Paulo Emílio Marques. Chamada by Maria Costantini, a nova marca também teve sua primeira coleção revelada durante o evento. A noite foi muito especial com coquetel assinado pelo Felix Petrolli Buffet. Foto de Luizinho Bueno

Apresentações do espetáculo

Completando 10 anos de trajetória, o espetáculo "Longos Anos", da companhia rio-pretense Hecatombe, com o dramaturgo e diretor teatral Homero Kaneko em cena, volta a ser apresentado em curta temporada. As sessões acontecem nos dias 25 e 26 de abril, nesta quinta e sexta-feira, às 20h30, no Teatro Municipal Humberto Sinibaldi Neto. Os ingressos estão disponíveis para compra na plataforma Sympla.

A médica dermatologista Dra. Miriam Delbem Bellon e o marido Alaércio Bellon, empresário, durante merecidas férias na cidade de Cuzco (Peru), visitando a tradicional e famosa feira de lá

Fica a Dica

Você não pode perder essa apresentação única do cantor e compositor Oswaldo Montenegro acompanhado de sua parceira e flautista, Madalena Salles, eles se juntam a uma orquestra em um espetáculo que promete emocionar o público, no dia 26 de maio, a partir das 20 horas, no Teatro Paulo Moura, em Rio Preto. Venda no site da Ingresso Digital.

60 anos de sucesso

Com um grande encontro de quatro gerações das famílias dos empresários Benito Benatti e Álvaro Britto e mais a presença de 800 colaboradores, o Grupo Condumax Incesa, de Olímpia, abriu neste mês (10 de abril) as comemorações dos seus 60 anos de fundação. Juntos, o fundador Benito Benatti (fundador) e a sua esposa, Eudirce, os sócios administradores Maurício Benatti, Solange Benatti Murad, Luiz Fernando Breda Britto e seus familiares fizeram a revelação do Selo Comemorativo dos 60 anos e receberam placas de homenagem entregues pelos colaboradores do Grupo. Até agosto, quando o Grupo Condumax Incesa completa oficialmente o aniversário, serão realizadas muitas atividades junto aos colaboradores, clientes e comunidade.

DETALHES NÃO TÃO PEQUENOS

OS ARQUITETOS *André Ceron e Luciana Ogawa, lançam o seu livro "A Arquitetura de Cada Um", no Espaço Cultural Iguatemi (Shopping Iguatemi Rio Preto), nesta quinta-feira, dia 25, das 16h às 21 horas. Após 3 anos de trabalho, eles entrevistaram mais de 80 pessoas no videocast Grão Cast.*

COM CERIMÔNIA *na Igreja da Santa Cruz, Nathália Oger foi a linda noiva de sábado passado, com luxuosa festa na mansão de sua família, no Condominio Bourgainville.*

FÁBIO JR. *será a atração principal do Baile do Dia das Mães, do Clube Monte Líbano, no dia 10 de maio, contratado pela diretoria Hugues Rezende/Everaldo Nazareth.*

BRAYAN EDUARDO *comemorou seu primeiro aninho de vida, ao lado da mamãe Francyellen Fernanda e dos familiares.*

ALAÉRCIO BELLON, *empresário, avisa que no próximo dia 18 de maio, das 09 às 12 horas, acontecerá Workshop Presencial "Lipo Redux FIRM UP – tratamento para flacidez associado à Radiofrequência, com a requisitada Gisele Martins, na loja da "BIOAGE SKINCARE", no rua Voluntários de São Paulo – Centro de Rio Preto. Evento imperdível! Mais detalhes: (17) 3233-4888.*

APLAUSOS *para Wander Ferreira Junior com sua palestra com o tema "Criatividade e Inovação em Eventos de Impacto", na tarde de sábado passado, no Riopreto Shopping Center. Foi sucesso total!*

O PRIMEIRO ENCONTRO *da Apeti Press com jornalistas, será no próximo dia 6 de maio, a partir das 19 horas.*

FIQUE POR DENTRO. *A AORP – Associação dos Ostomizados da Região de Rio Preto, traz a Exposição do Intestino Gigante no Riopreto Shopping Center, nos dias 15, 16 e 17 de maio, das 10h às 21h30, com entrada gratuita.*

SUCESSO TOTAL. *A tradicional Feijoada do Mané 100% beneficente chegou no terceiro lote da vendas de ingressos. O evento será em novo espaço no Buffet Villa Império, todo climatizado, dia 25 de maio. A Feijoada espera receber este ano, 1,2 mil convidados. A festa é um dos principais eventos realizados pelo Centro Social Estoril para manutenção de suas atividades.*

Bernardino de Campos, 3145
Telefone: 3232-4822
Riopreto Shopping Center
Telefone: 3227-3211
Kiberamarp